



PROFHISTÓRIA

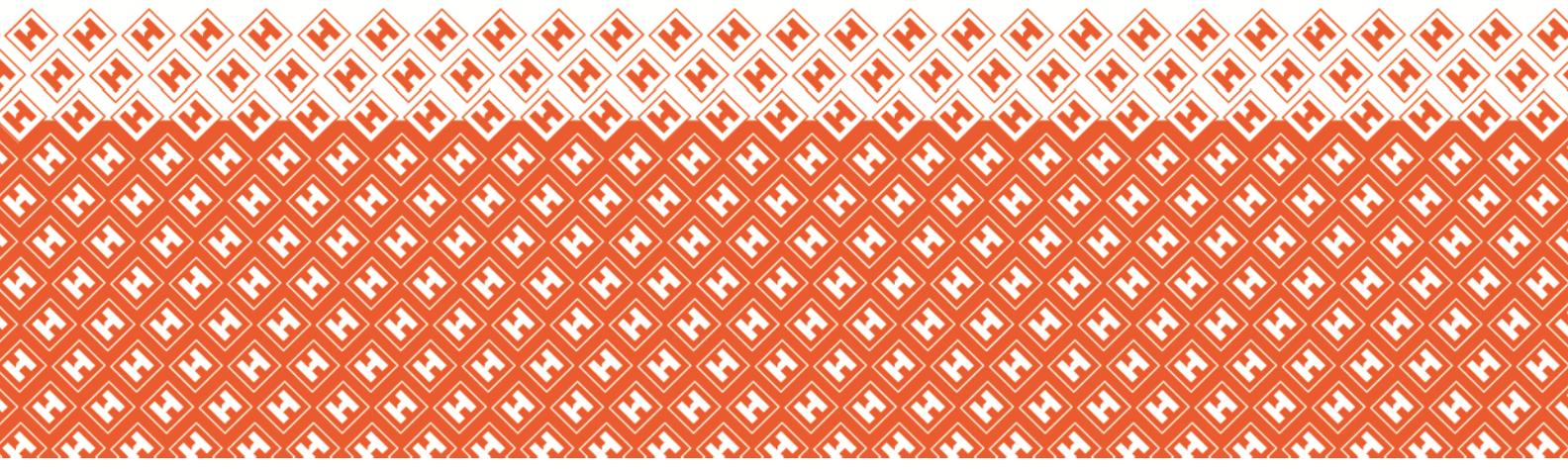
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

PETERSON SOUZA DE OLIVEIRA

Da Modernidade à Marginalização: reflexões sobre o legado da Intendência de
Antônio José de Lemos em Belém para o Ensino de História

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

2024



PETERSON SOUZA DE OLIVEIRA

Da Modernidade à Marginalização: reflexões sobre o legado da Intendência de Antônio José de Lemos em Belém para o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) do Departamento de Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) como requisito para a obtenção da titulação de Mestre em Ensino de História

Orientador: Prof.: Dr.: Bruno da Silva

Xinguara - Pa

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus de Xinguara

- O48m Oliveira, Peterson Souza de
Da modernidade à marginalização: reflexões sobre o legado da intendência de Antônio José de Lemos em Belém para o ensino de história / Peterson Souza de Oliveira. — 2024.
170 f.: il.
- Orientador(a): Bruno da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História, Xinguara, 2024.
1. História - Estudo e ensino. 2. Modernidade. 3. Marginalização. 4. Identidade cultural. 5. Resistência ao governo.
I. Silva, Bruno da, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 940

Elaborado por Maria José Pereira da Silva - CRB-2/1707

PETERSON SOUZA DE OLIVEIRA

Da Modernidade à Marginalização: reflexões sobre o legado da Intendência de Antônio José de Lemos em Belém para o Ensino de História

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito para obtenção do grau de mestre em História.

Data da Aprovação: Xinguara (PA), 01 de Julho de 2024.

Banca examinadora:

Prof.: Dr.: Bruno Silva (Orientador)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Profa.: Dra.: Anna Carolina de Abreu Coelho (Examinador Externo)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof.: Dr.: André Carlos Furtado (Examinador Interno)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Dedico este trabalho à minha mãe, Edna Maria Prist de Souza, minha fonte inesgotável de amor, inspiração e força. À mulher extraordinária que, com apoio, sempre me guiou nos caminhos do conhecimento. Seu apoio incondicional e encorajamento foram a bússola que orientou cada passo dessa jornada.

Este trabalho é dedicado a você, com profundo amor e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Sempre pensei que os agradecimentos em uma dissertação de Mestrado, fosse mera formalidade, exigida pela instituição. No entanto, ao chegar no fim desse percurso de intensa leitura, debate e pesquisa, percebo que, redigir algumas palavras, vão além desses pressupostos.

Primeiramente, gostaria de dedicar algumas palavras para expressar minha profunda gratidão à minha querida mãe, por tudo o que ela fez por mim ao longo da minha vida. Sua presença, seu apoio incondicional e amor inabalável foram âncoras que me sustentaram nos momentos desafiadores. Você sempre foi meu exemplo de força, perseverança e generosidade, e mesmo diante das adversidades, nunca deixou de me incentivar a seguir meus sonhos e buscar a excelência em tudo que faço.

Cada conquista que alcancei até hoje é, em grande parte, resultado do seu amor, orientação e encorajamento. E neste momento de realização, quero dedicar esse sucesso a você, pois é a razão pela qual cheguei tão longe.

Aos meus filhos, Thais e Guilherme que, hoje são as maiores bênção da minha vida, e cada momento ao lado de vocês é um presente que valorizo profundamente. Vê-los crescer, testemunhar suas conquistas e ser parte das suas vidas é uma jornada extraordinária. Vocês são fontes inesgotáveis de alegria, inspiração e orgulho. Saibam que meu amor por vocês é infinito e incondicional, são verdadeiramente o melhor de mim, e por isso, sou eternamente grato por ser pai de vocês.

Por fim, porém, não menos importante, gostaria de expressar minha gratidão à esta instituição que possibilitou a realização deste trabalho de Dissertação de mestrado. À UNIFESSPA, através do programa de Mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), agradeço por sua excelência que, não apenas forneceu um cenário propício para a pesquisa, como também enriqueceu minha experiência acadêmica de maneiras inestimáveis. Além disso, gostaria de estender minha gratidão aos professores que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho. Suas inestimáveis colaborações desempenharam papéis cruciais em cada etapa desse processo e, por isso, sou profundamente grato: Prof.: Dra.: Valéria Moreira Coelho de Melo; Prof.: Dr.: Eduardo de Melo Salgueiro: prof.: Dr.: Daniel Brasil Justi; Prof.: Dra.: Karla Leandro Rascke; Prof.: Dr.: Heraldo Marcio Galvão Junior; Profa.: Dra.: Anna Carolina de Abreu Coelho; Prof.: Dr.: André Furtado.

Ao Prof.: Dr.: Bruno da silva, gostaria de agradecer por ter abraçado a ideia dessa dissertação e, principalmente, por sua paciência para com este mestrando, que está engatinhando nas pesquisas.

Mais uma vez, obrigado a todos que tornaram possível a realização deste projeto. Suas influências foram incomensuráveis para o meu crescimento acadêmico e profissional. Estou verdadeiramente grato por fazer parte dessa comunidade tão dedicada e inspiradora.

RESUMO

A pesquisa aborda as transformações ocorridas na cidade de Belém do Grão Pará durante a administração de Antônio José de Lemos. O objetivo é refletir sobre os impactos e mudanças promovidas por sua gestão na urbanização e nas dinâmicas sociais da urbe paraense. O estudo examina, ainda, como as iniciativas de modernização lideradas pela municipalidade lequista, influenciaram a vida dos cidadãos e contribuíram para a marginalização dos grupos de pessoas que não se encaixavam como “gente civilizada”. Além disso, abordamos também, as formas de resistência encontrada por essa classe subalterna, como forma de manter sua identidade cultural. A partir dessa reflexão, propõe-se aos professores uma estratégia para ser aplicada em sala de aula, visando sensibilizar os alunos em relação a História local na qual o Ensino de História conduza à compreensão de que a História é composta por múltiplas narrativas, e pode ser construída por todos, inclusive por aqueles que foram historicamente excluídos.

Palavras-chave: Ensino de História; Modernização; Marginalização; Identidade cultural; Resistência.

ABSTRACT

The research addresses the transformations that occurred in the city of Belém do Grão Pará during the administration of Antônio José de Lemos. The objective is to reflect on the impacts and changes promoted by its management in the urbanization and social dynamics of the city of Pará. The study also examines how the modernization initiatives led by the Lemist municipality influenced the lives of citizens and contributed to the marginalization of groups of people who did not fit in as "civilized people". In addition, we also address the forms of resistance encountered by this subaltern class, as a way to maintain their cultural identity. Based on this reflection, teachers are proposed a strategy to be applied in the classroom, aiming to sensitize students in relation to local history in which History Teaching leads to the understanding that History is composed of multiple narratives, and can be everyone, including those who have been historically excluded.

Keywords: History Teaching; Modernization; Marginalization; Cultural identity; Resistance.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPITULO 1 – Teias do tempo: construindo narrativas	
1 - Construindo Narrativas: Uma Abordagem Dinâmica para o Ensino de História	16
1.1 – Para Além dos Livros.....	23
1.2 - Conectando épocas: Relevância da Narrativa.....	27
1.3 – Pertinência do estudo.....	35
1.4 - Condições Favoráveis: O Ambiente Propício Para a Burguesia Gomífera.....	37
CAPITULO 2 - Belém Modernizada: Ensino e Aprendizado das Transformações Urbanas	
2 - O Cenário Urbano Transformado: Marcas da Modernização Lemista.....	44
2.1 - A Modernidade sob a Ótica de Antônio José de Lemos.....	50
2.2 - Modernização e Identidade Local.....	59
2.3 - Contrastes Sociais: O Preço do Desenvolvimento.....	66
2.4 - A Cidade: a importância de compreender a relação entre o discurso narrativo e a realidade vivida pelas diferentes camadas sociais.....	68
CAPITULO 3	
3 - A relevância o pensamento atento à realidade dos excluídos: desvelando verdades para uma transformação social.....	87
3.1 - A Proposta.....	106
3.2 – INTERVENÇÃO.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131

INTRODUÇÃO

Se é verdade que saber é poder, tal como nos ensinou o movimento dos trabalhadores, então também é verdadeiro que nem todo saber é saudado com boas-vindas. Como não há em parte alguma, verdades das quais possamos nos apossar sem luta e como todo conhecimento tem de escolher o seu lugar na estrutura de poderes hegemônicos e contrapotências, os meios de criar validades para os conhecimentos parecem ser quase mais importantes do que os próprios conhecimentos.¹

A trajetória da sociedade humana é permeada por períodos em que a revolução se manifesta como uma necessidade inadiável, proclamando-se por si mesma como inevitável. Nessas fases, novas ideias germinam vigorosamente em todos os cantos, ansiosas por forjar um caminho rumo a luz e encontrar aplicação prática na vida coletiva. No entanto, tal ímpeto inovador é, invariavelmente, contraposto pela inércia arraigada e pelos interesses daqueles que resistem às mudanças substanciais, buscando manter uma antiga ordem estabelecida. Este embate entre o impulso revolucionário e a resistência conservadora se desenrola em uma atmosfera asfíxiante, permeada por preconceitos arraigados e tradições profundamente enraizadas. Esses complexos cenários desses períodos de efervescência social, nos permitem observar como novas ideias buscam penetrar nas sombras da indiferença e dos interesses conservadores, enfrentando as barreiras de uma atmosfera que, por vezes, parece sufocante em suas tradições. A História tende a revelar que nesses momentos críticos, em que a sociedade se depara com a inevitabilidade da transformação, desafiar preconceitos e moldar novos paradigmas, são imprescindíveis para que se possa construir o novo curso futuro da existência coletiva.

Essas inquietações acerca da inadequação ou insatisfação em relação às normas e valores predominantemente elitistas, servem como estímulo à reflexão sobre um determinado momento, período, ou acontecimento caracterizados por desafios, contradições e mudanças no comportamento e entendimento das pessoas que geram esse desconforto. Essa atmosfera, por sua vez, seria vista como um catalisador para o questionamento e a análise crítica da cultura vigente, o que levaria a uma crescente consciência sobre questões antes não percebidas ou compreendidas. Seja por questões sociais, políticas, econômicas e culturais, esses anseios são interpretados como o motor que impulsiona a visão crítica da realidade presente.

¹ SLOTERDIJK, Peter: A crítica da Razão cínica. São Paulo: Estação Liberdade, 2012. p.39.

Dessa maneira, em momentos nos quais as normas geram um mal-estar social, surge uma oportunidade única para que a sociedade se engaje em um diálogo, questionando a ordem estabelecida e propondo mudanças significativas. A crítica torna-se uma resposta natural ao desconforto social e pode desempenhar papel vital na evolução e transformação da sociedade. Ou, como diria Peter Sloterdijk “nenhum acontecimento se dá sem o efeito de destruir o pensamento do ponto de vista e sem dissolver morais perspectivas convencionais”². Trocando em miúdos, nenhum acontecimento ocorre sem ter o efeito de desafiar ou alterar o pensamento a partir de uma determinada perspectiva, sem que se dissolva as morais convencionais estabelecidas. De outra forma, a ideia de que eventos significativos tem o poder de impactar e até mesmo transformar a maneira como as pessoas pensam ou percebem o seu próprio mundo, implica numa dinâmica de acontecimentos, não apenas como uma sequência isolada de eventos, mas também como uma força que influencia as mentalidades e as normas previamente aceitas.

Essa perspectiva nos leva a compreender que, eventos marcantes não podem ser vistos apenas como incidentes isolados, mas sim como elementos integrados em um contexto mais amplo e com potencial de desencadear mudanças na maneira com que as pessoas entendem e interpretam a realidade ao seu redor. Essas vicissitudes têm potencial para agir como dinamizadores capazes de questionar visões e normas estabelecidas e, em alguns casos, até promover uma profunda reavaliação das crenças e valores individuais e coletivos.

Nesse sentido, percebemos que, as dinâmicas desses acontecimentos, não somente implica numa interconexão entre os eventos, mas também sugere que, os impactos deles não são apenas imediatos, como também pode se estender ao longo do tempo, moldando gradualmente a consciência e influenciando as narrativas.

Entretanto, é preciso considerar que, existem lacunas que ainda não foram preenchidas pela historiógrafa que se depara com desafios devido a informações perdidas, registros ausentes ou interpretações incompletas e que, inevitavelmente, limita nossas interpretações sobre o passado. E ao reconhecer essa condição, novas descobertas podem surgir à medida que mais evidências tornam-se disponíveis, permitindo ajuste e refinamentos contínuos nas narrativas históricas conforme a pesquisa avança. Sendo assim, seguindo as ideias de Paul Marie Veyne: “Não pretendemos, com isso, demonstrar o fato evidente de que, de um período para outro, as lacunas das fontes não incidem sobre os mesmos temas; constatamos,

² SLOTERDIJK, 2012, p.20.

simplesmente, que o caráter heterogêneo das lacunas não nos impede de escrever algo a que se dá, ainda assim, o nome de história [...]”.³

Esse processo contínuo de descoberta e reavaliação, permite uma evolução constante na compreensão da história além de possibilitar o desenvolvimento de novas formas de abordagem metodológicas, o que nos ajuda a manter uma visão dinâmica e progressista da história e a reconhecer sua relevância para o entendimento do presente. “Assim, os historiadores, em cada época, têm a liberdade de recortar a história a seu modo, pois a história não possui articulação natural”.⁴

De fato, essa liberdade é inerente à natureza da história como disciplina acadêmica, uma vez que não existe uma única maneira que seja “correta” de contar a história, haja vista que, diferentes historiadores podem oferecer interpretações diversas dos mesmos eventos, e essa diversidade de abordagens enriquece o campo da história, oferecendo uma gama de perspectivas que podem ser analisadas e debatidas.

Nesse sentido, entendemos que, a abordagem da história como disciplina que se concentra mais na trajetória e evolução das civilizações e sociedades do que nas histórias individuais de pessoas específicas, busca entender e analisar os padrões, eventos e transformações que moldaram as comunidades humanas ao longo do tempo, em vez de se aprofundar nas vidas individuais de figuras históricas. Conforme Paul Veyne: “assim é a seriedade da história: ela se propõe a narrar as civilizações do passado e não a salvar a memória dos indivíduos; ela não é uma imensa coletânea de biografias”⁵. Isso não significa que as histórias individuais não sejam importantes para a compreensão do passado, mas sim que a ênfase principal está na tendência mais ampla e nos desenvolvimentos sociais, políticos, econômicos e culturais de determinado contexto histórico, e acrescenta o autor: “o indivíduo, seja como papel principal da história ou figurante entre milhões de outros, só conta historicamente pela sua especificidade”.⁶

Uma das preocupações centrais desse trabalho está na pretensa ideia de contribuir para uma compreensão das dinâmicas que envolvem a produção da consciência histórica a partir de

³ VEYNE, Paul Marie; Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

⁴ Ibid., p.28

⁵ Ibid., p.57

⁶ Ibid., p.57

um contexto específico de acontecimento, a partir de análises feitas, no sentido de entender como as narrativas são construídas, como as memórias são moldadas, como as informações históricas são transmitidas e na forma como as pessoas percebem, interpretam e se relacionam com o passado.

Diante disso, entendemos que a História enquanto ciência, vive em constante processo de descoberta e inovação, num cenário dinâmico onde ideia e conhecimento se entrelaçam em constante movimento, contrariando o que se entendia por história como ciência linear e unidirecional, que se limitava a narrativas simplificadas e progressivas. Hoje valoriza-se a diversidade de perspectivas, os conflitos teóricos e as revoluções paradigmáticas que moldam o desenvolvimento científico na área das ciências humanas, ao longo do tempo. Essa abordagem dinâmica da História não apenas enriquece a compreensão do passado, mas também destaca a importância de questionar interpretações consolidadas e buscar novas formas de abordar os eventos históricos.

Nesse sentido, Stuart Hall, importante teórico cultural e crítico social, frequentemente explorava essas mudanças nas estruturas culturais e nas formas de pensamento, na qual o autor enfatizava como as ideias e as práticas culturais são moldadas e remodeladas ao longo do tempo. Segundo ele, “o que importa são as rupturas graves – em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações são deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”⁷, em que, não apenas abrem espaços para que novas abordagens e teorias sejam apresentadas, mas também desafiam as formas existentes de compreensão e interpretação.

Assim, ao invés de buscar uma única verdade absoluta, a História abraça a complexidade e a ambiguidade do passado humano, levando em consideração que as interpretações podem variar dependendo do ponto de vista, das fontes disponíveis e das condições culturais e sociais do período que está sendo estudado, corroborando com nossa compreensão sobre esse passado, encontra-se sempre sujeito à revisão e reinterpretação à luz de novas evidências e perspectivas.

Nesse sentido, pretendemos apresentar, logo de início, principalmente as formas narrativas da História, pois reconhecemos que elas desempenham um papel necessário na compreensão e construção do passado, além de oferecer uma estrutura que nos permite

⁷ Da diáspora: Identidades e mediações culturais / Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et al. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

organizar os eventos temporais estabelecendo conexões entre causas e efeitos, dando significados aos momentos que delinham as sociedades ao longo do tempo. Essa escolha, deve-se ao fato, dessa abordagem ser mais objetiva, e possuir uma forma mais fluída de linguagem voltada para os eventos em si, estabelecendo uma estrutura temporal e sequencial que possibilita uma organização lógica e cronológica dos elementos narrativos.

Assim sendo, ao olharmos para a cidade de Belém, no final do século XIX e início do XX, que experimentou um intenso processo de transformação, percebemos que os grupos que se apropriaram dos espaços urbanos, desenvolveram variadas formas de se relacionar com esses espaços. Várias mudanças ocorreram nesse período, incluindo a consolidação do modelo urbano burguês, a modernização de infraestruturas, o crescimento populacional e a influência de novos ideais e estilo de vida.

Sendo assim, as primeiras reflexões que serão construídas no primeiro capítulo desse trabalho, consistirão em uma análise dos aspectos conceituais que permeiam a historiografia e o Ensino de História. Essa abordagem visa, além de fornecer uma compreensão mais clara desses fundamentos, conscientizar o leitor sobre sua importância na construção e transmissão do conhecimento histórico que, ao adentrar em suas nuances, busca-se não apenas elucidar conceitos, como também estabelecer as bases para uma reflexão crítica sobre o passado e seu impacto no presente. Dessa forma, conforme frequentemente tem-se afirmado, a História não pode restringir-se apenas a relatar eventos, ela tem a responsabilidade de oferecer compreensões mais profundas e interpretações sobre esses acontecimentos, ou melhor, deve buscar explicá-los de maneira detalhada e contextualizada⁸. Essa é a razão pela qual deu-se início essa pesquisa, analisar as causas e os efeitos, como forma de compreender as motivações que levaram indivíduos e grupos subalternizados, reivindicarem seus direitos e desencadearem movimentos de resistência diante de um processo violento e excludente: a modernização.

Consideramos a cidade de Belém, na sua primeira década do século XX, como cenário para análise desta pesquisa devido aos paralelos existentes entre passado e presente ainda vivos, quando examinamos as dinâmicas sociais e todo o seu contexto cultural e político que definiram a urbe paraense. Ao traçarmos essa linha histórica, conseguimos extrair lições valiosas que são diretamente relevantes para a compreensão do passado local, além de fornecer uma perspectiva histórica que enriquece nossa capacidade de interpretar eventos contemporâneos.

⁸ Veyne, 1998.

Integrar a análise de Belém da primeira década do século XX ao Ensino de História, pode enriquecer o aprendizado dos alunos, tornando-os mais reflexivo e conectado com a realidade contemporânea. Para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental que os educandos compreendam a História como um processo interligado e contínuo, na qual eventos passados têm causas, consequências e conexões que influenciam o presente. Para tanto, é necessário que se aproxime mais os alunos do estudo da História, haja visto que, ao compreender as dinâmicas propostas pelo Ensino de História, as aulas parecem fazer um pouco mais de sentido para eles, o que os torna sujeitos da sua própria história e ajuda na construção de uma identidade social.

Entretanto, os desafios que se apresentam diante de uma realidade em que esses alunos se tornem atores de sua própria história, são significativos e exigem uma educação que não apenas os capacite com conhecimento histórico, mas também os prepare para pensar criticamente, agir com ética e responsabilidade, além de participar ativamente na busca por mudanças sociais e econômicas que promovam a justiça e a igualdade. Nesse sentido, o reconhecimento de que as circunstâncias atuais são moldadas por contextos históricos específicos nos permite questionar nossas próprias visões de mundo e compreender melhor as condições históricas que moldam nossas experiências e percepções.

Essas questões refletem um movimento em direção a um Ensino de História que passa a ser visto como fundamental para a formação de cidadãos responsáveis e ativos:

Contemporaneamente, vêm-se, de forma recorrente, discutindo questões importantes acerca do ensino de História em nosso país, uma vez que seus desafios, abordagens, possibilidades e métodos de ensino estão em pauta na mídia, no meio acadêmico, nas escolas e em outros tantos lugares. Isto ocorre posto que, cada vez mais, percebe-se a importância de analisar o passado de maneira crítica, responsável e sem preconceitos. Tal ato implica um novo modo de problematizar o ensino de História, articulando-o com a vivência, as curiosidades e o aprendizado multidisciplinar, para acabar, definitivamente, com a representação reducionista da História como uma disciplina de “datas” e “decorebas”, bem como favorecer a construção de um aprendizado a ser carregado por toda a vida. Esta ação, de ruptura com a mera visão disciplinar do conhecimento histórico, deve estar incumbida, não apenas de ensinar o que é necessário para a aprovação imediata, mas também de ensinar a importância do passado construído e a responsabilidade dos alunos enquanto cidadãos e agentes de sua própria história.⁹

⁹ Rita de Cássia Grecco dos Santos e Hardalla Santos do Valle (Orgs.). Ensino de História e Formação de Professores: discussões temáticas. 2014, Vol.20.

Assim, ao conectar eventos históricos, como o que será abordado nesse trabalho, com a vida cotidiana dos alunos, o Ensino de História destaca a relevância de compreender como essas transformações ainda ressoam no presente, o que pode ajudá-los a perceberem que muitos desafios que enfrentam hoje, têm raízes em eventos passados. Dessa maneira, de acordo com Marizete Lucini,

[...] parece adequado apontar que os conteúdos escolares desenvolvidos a partir da ciência de referência, a História, são fundamentais no desenvolvimento da consciência histórica, pois somente ao conhecer a História é possível tomar consciência das ações humanas que nos conduziram ao presente que conhecemos.¹⁰

Convém destacar, a importância da instituição escolar, em conexão com o papel do professor, no processo de formação e socialização dos indivíduos, levando em consideração que é um espaço de aprendizagem com acesso a uma diversidade de conhecimentos e experiências que podem ampliar as perspectivas e habilidades dos alunos. Sob esse aspecto, Mélanie Couvinhas Caeiro fala que:

A escola, inicialmente, tinha um propósito muito simples – transmitir conteúdos para que os alunos realizassem os seus testes e as notas finais dependiam desses resultados, ou seja, o chamado “ensino tradicional”. Porém, a escola de hoje é muito mais do que um mero caminho para a informação, até porque a informação está disponível para todos, em várias plataformas (que não existiam ou que não eram acessíveis).¹¹

A colaboração entre a escola como um todo e os professores, em particular de História, é crucial para criar um ambiente educativo que facilite a aquisição de conhecimentos, além de promover habilidades essenciais para a vida em sociedade. Lucini entende que a capacidade de utilizar o conhecimento histórico como uma ferramenta que possibilite promover uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, capacita os alunos a serem agentes de mudanças e a contribuir positivamente para o tempo em que vivem.¹²

Lucini (2018), destaca que, ao ensinar História, é fundamental reconhecer que as escolhas feitas na seleção, abordagens e interpretação dos conteúdos históricos não podem ser neutras, pois dessa maneira, os educadores têm a responsabilidade de conscientizar os alunos sobre como a história é interpretada e como diferentes perspectivas influenciam essas interpretações. Isso não significa

¹⁰ LUCINI, M. Ensino de História e formação para a cidadania: Reflexões sobre a intencionalidade no ensino de História como elemento de formação histórica, política e cidadã. In: CERRI, L.F., ed. Os jovens e a História: Brasil e América do Sul [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, pp. 63-83.

¹¹ CAEIRO, Mélanie Couvinhas: O Ensino da História: uma educação para a Cidadania. Universidade de Lisboa, 2021, p.4.

¹² LUCINI, p.67

“doutrinar” os alunos, mas sim equipá-los com habilidades críticas para analisar e questionar narrativas históricas.

Nesse sentido, no segundo capítulo serão feitas as considerações sobre o tema que é o objeto central desse trabalho: Da modernidade à marginalização: reflexões sobre o legado da Intendência de Antônio José de Lemos em Belém para o Ensino de História. Onde serão explorados o processo e o sentido de “modernização”, através das iniciativas políticas adotadas pela administração lealista, tendo como abordagem as implicações, especificamente no que diz respeito a população pobre da cidade, analisando suas consequências que impactaram diretamente os moradores de baixa renda. Esse processo, intrinsecamente ligada à redefinição da espacialidade urbana de Belém, busca por uma reorganização institucional, atrelada a uma visão autoritária, que tem na centralidade das estruturas de governança, valores desvinculados das necessidades da população resultando na perpetuação da exclusão social.

Essa exclusão, seja qual for sua forma, relega indivíduos e comunidades a uma posição de vulnerabilidade que desencadeia um ciclo de desesperança, alimentando o fenômeno da periferização que, por sua vez, não está limitada à distância física do centro urbano da cidade, é também uma expressão tangível do isolamento social

De acordo com Sandra Helena Ribeiro Cruz, a urbanização acelerada das metrópoles amazônicas “se assemelha aos processos vivenciados pelas cidades analisadas por Engels e outros autores”¹³, os quais, embora as causas e os contextos sejam distintos, as cidades amazônicas, enfrentam desafios semelhantes em termos de crescimento desordenado, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental. Para a autora, essa rápida expansão urbana acabou levando à formação de áreas periféricas precárias, caracterizadas por condições de vida inadequadas e pela falta de infraestrutura básica, demonstrando que, “uma das características que marcam a cidade capitalista urbanizada é a segregação social, materializada por diferenciações econômicas, políticas e socioculturais que, de forma velada, expõem a cidade dividida em classes.”¹⁴

Assim, a partir dessa perspectiva, faremos uma abordagem centrada em elementos explicativos dos processos que determinaram as singularidades das transformações ocorridas na capital paraense que possa contribuir para enriquecer a compreensão da vida urbana nessa região única e complexa. Evidentemente, sob a influência de ideias que buscavam racionalizar

¹³ Friedrich Engels, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*(1985), descreve os efeitos devastadores da Revolução Industrial nas cidades inglesas, com destaque para a superlotação, a miséria urbana e as condições insalubres de vida enfrentada pela classe trabalhadora.

¹⁴ (CRUZ, 2012, p.53)

o espaço urbano, frequentemente vinculadas à modernização e ao progresso, a urbanização de Belém, marcada por padrões eurocêtricos, contribuiu para a consolidação de abordagens políticas que negligenciaram as particularidades culturais das comunidades que foram afetadas durante o processo.

Acreditamos que essas dinâmicas contribuem para a reprodução e aprofundamento das desigualdades, no qual o acesso a recursos e oportunidades passaram a ser relacionados à posição socioeconômica de cada indivíduo, pois de acordo com os estudos de Cruz “essa tendência ao desequilíbrio no sistema social urbano atinge as cidades em crescimento, omitindo as contradições sociais que se colocam em processos de segregação social, como é o caso da definição pelo lugar de morar, em relação ao lugar de trabalho.”¹⁵

Ao longo do século XX, as narrativas urbanas sobre a modernidade alimentavam as ideias de que as cidades eram lugares de liberdade e emancipação, e suas estruturas urbanas passaram a serem vistas como meio para demonstrar status e riqueza. A cidade, assim, tornava-se símbolo de modernidade e progresso, que atraía os mais diversos indivíduos em busca de uma vida melhor e mais próspera. No entanto, verificamos que esses discursos nem sempre refletiam a realidade das condições urbanas, e as promessas de prosperidade tornaram-se inacessíveis para grande parte da população, especialmente para os mais empobrecidos

É basilar lembrarmos que os fundamentos da modernidade foram habilmente tecidos sob uma trama intrincada de eventos significativos da história, e é nesse contexto que nos deparamos com uma premissa vital: os avanços significativos em direção à modernidade não emergiram de forma isolada, mas sim como frutos de uma considerável acumulação de capital. Essa acumulação, por sua vez, enraíza-se numa peculiaridade da economia extrativista da borracha, um período vital que não apenas impulsionou o desenvolvimento econômico, como também forneceu a base financeira para os projetos ambiciosos delineados pelo intendente, para quem, a modernização que se presencia em Belém, assim como em outras cidades que passaram pelo mesmo processo, é apresentada como o único caminho legítimo capaz de levar a cidade ao progresso.

Nesse sentido, a modernização que ocorreu na metrópole paraense, é entendida como um importante elemento do processo histórico de transição capitalista que consolida o aburguesamento da sociedade, e desencadeia uma série de impactos que se refletiram na paisagem urbana, na dinâmica social e nas relações de poder. Assim, os espaços urbanos,

¹⁵ CRUZ, 2012, p.56

anteriormente fluidos em termos de sociabilidade, foram gradativamente organizados de acordo com as premissas estabelecidas pelos planos urbanísticos e as reformas empreendidas, de modo que, “as contradições que marcam as relações entre o Estado e o Urbano tornam mais difíceis a transformação social por aqueles que jazem na condição de desigualdade social produzida pelas relações capitalistas no Brasil.”¹⁶

A opção por explorar a modernização de Belém, durante o governo de Antônio José de Lemos, foi uma escolha, sobretudo, que visa preencher uma lacuna na abordagem histórica, que muitas vezes negligencia a riqueza da participação das classes subalternas, que foram esquecidas pela historiografia tradicional. Além disso, a municipalidade lemistá, marcada por sua iniciativa civilizatória, oferece uma janela única para explorar as complexidades históricas locais que, embora não sejam assentes, ainda são insuficientemente abordadas em sala de aula. Esta proposta entende que, ao proporcionarmos aos estudantes uma imersão no passado local, podemos apresentar uma história mais palpável do seu entorno, buscando narrativas enraizadas em suas próprias experiências, tornando-os protagonistas na reconstrução e valorização da rica herança histórica de sua região.

Nessa perspectiva, é pertinente refletirmos sobre alguns aspectos em que, segundo Jonatas Roque Ribeiro, a visão histórica não é uma entidade isolada ou objetiva, mas sim uma construção que emerge da interação entre o sujeito que investiga (historiador ou aluno) e os eventos que ocorrem no mundo real.¹⁷ Ora, se para termos uma visão crítica dos acontecimentos, o Ensino de História precise incentivar os alunos a questionarem interpretações históricas, examinando diferentes pontos de vista e considerando como o contexto pode influenciar a compreensão dos eventos passados, torna-se essencial que os educadores reconheçam e discutam a subjetividade no estudo de História que promova uma compreensão das complexidades envolvidas na construção do conhecimento histórico. Para tanto, é fundamental que os educadores que lidam diretamente com os alunos em sala de aula, sejam incluídos e ouvidos em todos os estágios do processo de decisão educacional, pois [...] os professores são profissionais essenciais nos processos de mudança das sociedades. Se forem deixados à margem, as decisões pedagógicas e curriculares alheias, não se efetivam, não geram efeitos sobre a sociedade.¹⁸

¹⁶ CRUZ, 2012, p.60

¹⁷ RIBEIRO, Jonatas Roque: História e Ensino de História: Perspectivas e abordagens. Educação em Foco, Edição nº: 07, Mês / Ano: 09/2013, Páginas: 1-7

¹⁸ Trecho retirado da apresentação escrita por Antônio Joaquim Severino e Selma Garrido Pimenta do livro: Ensino de História: fundamentos e métodos, produzido em 2008 pela Cortez Editora.

Dessa forma, o terceiro capítulo desse trabalho, propõe uma abordagem didática que, além de conduzir à aprendizagem, desafie os professores a estabelecerem uma estrutura robusta capaz de envolver os alunos de maneira significativa, na qual a compreensão sobre a História local, provoque descobertas e conduza a novos olhares sobre suas próprias histórias. É o que nos diz Girleide Barbosa Fontes (2018), em sua dissertação de Mestrado, intitulado “Ensino de História: o currículo, o local e a cultura escolar como elos constituintes”, conforme a autora:

para que o ensino de História tenha sentido é preciso fazer com que os educandos se sintam sujeitos atuantes da história e, a partir dessa ideia, compreendam melhor seu contexto de modo que possam agir sobre ele. Assim, o trabalho com local é uma das possibilidades que aproximam o educando de sua realidade e propicia o seu reconhecimento enquanto sujeito da história.¹⁹

Neste sentido, para que se torne possível o que a autora afirma no fragmento acima, a asserção central desse capítulo abrange a implementação de atividades práticas de campo, análise de fontes históricas, discussões em sala de aula, como meio para se construir narrativas onde o sujeito da história seja o próprio educando.

Assim sendo, o cerne dessa abordagem didática visa promover uma participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, transformando-os em protagonistas que não apenas absorvem informação, mas que, de maneira colaborativa, exploram, questionam e interpretam a história local, “pois, entende-se que a valorização do local além de possibilitar a aproximação do estudante ao conteúdo, oportuniza o (re)conhecimento de outras histórias, outras vozes para além das sacralizadas, assim como, a construção sujeitos autônomos”.²⁰

CAPÍTULO I

Teias do tempo: construindo narrativas

Não é fácil “narrar” a História de um passado através de um discurso histórico, pois uma série de questionamentos faz com que o próprio discurso do narrador se torne labiríntico, no sentido de que a narrativa produzida “permite aos indivíduos organizarem a experiência cotidiana e o conhecimento acerca do mundo na medida em que ajuda a construir

¹⁹ FONTES, Girleide Barbosa; Ensino de História: o currículo, o local e a cultura escolar como elos constituintes. UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, 2018, p.34.

²⁰ Ibid., p.36

interpretações e sentidos gerados pelo exercício de narrar”²¹. Nesse sentido, a produção de uma consciência histórica só se torna possível com a possibilidade da construção de novas narrativas, novos questionamentos, feitos pelo historiador, conferindo-lhes sentidos possíveis nas diversas tradições historiográficas.

Esse processo não é apenas uma simples recontagem de fatos ou um reflexo direto e objetivo do passado, mas uma construção que organiza e dá sentido à experiência humana. O dinamismo que envolve a constante revisão e reconstrução das narrativas, é essencial para a vitalidade da disciplina histórica, pois permite que ela se adapte e responda às mudanças que ocorrem em todas as áreas que compõem o corpo social.

A ausência de uma educação histórica crítica e reflexiva contribuiu para a manutenção de ideologias coloniais e a marginalização de diversas vozes e experiências. Esse tipo de abordagem, não apenas negligenciou as complexidades do passado, como também impediu que se pudesse desenvolver juntos aos alunos, um entendimento de sua própria realidade.

Alex Carbonel Pereira (2020), comenta que:

Mediante nossa própria história, é possível entender o quanto é necessário construirmos um ensino que proporcione uma “conscientização” em nossa sociedade. As experiências do passado no Ensino de História não proporcionaram “conscientização”, levando desse modo, ao pensamento colonial de subserviência e, conseqüentemente contemplando o processo de Ensino de História como imprescindível.” (PERERIRA, 2020, p. 28).

Com uma educação que frequentemente era utilizada como uma ferramenta para manter o *status quo*, torna-se crucial valorizar e encorajar suas curiosidades, mesmo quando ela pareça ingênua e trivial. Para Pereira (2020) o indivíduo sem discernimento ou julgamento crítico seria uma ferramenta utilizada para manter sua própria condição social, já que não teria as habilidades necessárias para questionar sua própria realidade, em contraste com aquele que compreende plenamente o mundo ao seu redor e contribui, assim, para sua transformação.

Nesse sentido, a primeira parte do trabalho, propõe-se analisar os aspectos teóricos e metodológicos que visam compreender o processo de conscientização entre as camadas menos favorecidas da sociedade. Com base em discussões fundamentais na historiográfica contemporânea, particularmente no que diz respeito à narrativa e ao Ensino de História, iniciamos nosso estudo a partir da primeira década do século XX em Belém do Pará, período de início da modernização urbana sob a liderança do intendente Antônio José de Lemos, onde

²¹ PICCINI, Fabiana: O Narrador Benjaminiano na Mídia Contemporânea: Notas Sobre o Documentário “Nós Que Aqui Estamos Por Vos Esperamos”. Porto Alegre, nº 22, dezembro 2009, Famecos/PUCRS

buscamos examinar não apenas os aspectos desse contexto, mas também refletir sobre como as narrativas históricas podem ser construídas e ensinadas de maneira a promover um ponto de vista inclusivo sobre o passado. Assim, pretende-se contribuir para o entendimento das dinâmicas históricas que moldaram as experiências das camadas sociais menos favorecidas oferecendo uma perspectiva enriquecida pela historiografia e o Ensino de História.

Narrativas Esquecidas: Resistências nas entrelinhas da História

Em “*A Oficina da História*”, François Furet fala que, “a história é filha da narrativa”²², na qual através dela, o historiador suscita contar uma história, ou uma série de eventos, conectando-os em uma trama que permita compreender como o passado se desenvolveu e levou ao presente, possibilitando dar sentido e significado, de modo que possa ser entendido e interpretado pelo leitor. Entretanto, o autor afirma ainda que, ela “não se define por um objeto de estudo, mas por um tipo de discurso”²³, que podem variar de acordo com as abordagens teórica e metodológicas adotadas, bem como pelas questões que são levantadas e pelos objetivos que são buscados em cada investigação histórica. Como observa o autor:

É verdade que a história tem como vocação central à análise de tal ou tal destes problemas, ao longo de período de tempo que podem ser muito afastados; mas esta dimensão temporal, mesmo a muito longo prazo, não acarreta por si própria nenhum privilégio particular de totalidades: permite descrever e analisar a série de transformações e modificações do fenômeno considerado e introduzir assim, com a ajuda do tempo, uma perspectiva implicitamente comparatista que é essencial, porque permite enriquecer o(s) conceito(s) para a análise, mas não mais do que isso -não poderia levar-nos ao que não existe, isto é, a um conceito que dê conta de todos os aspectos do objecto estudado. (FURET, 1986, p.13-14)

A esse respeito, é importante observarmos que, embora seja possível entender os fenômenos estudados, temos que ter ciência das limitações impostas pelo tempo ao qual estamos condicionados, tornando assim, “[...]um exercício intelectual que abre a compreensão da objetividade”²⁴, fazendo-se possível continuar a desenvolver novas perspectivas e abordagens que possam explicar as características únicas de cada fase de tais fenômenos.

²² FURET, 1986, p.81

²³ FURET, François. 1986, p.81

²⁴ Ibid., p.36

Dentro de uma perspectiva onde o Ensino de História contribua para o desenvolvimento de uma prática que visa ampliar o entendimento dos eventos estudados, é possível adotar abordagens e estratégias que promovam uma compreensão mais profunda e crítica, a partir de um ambiente que possibilite a ampliação da interpretação dos eventos históricos, tornando o Ensino de História mais significativo e relevante aos professores e alunos “para ajuda-los na compreensão de si, dos outros e do lugar que ocupamos na sociedade e no dever histórico.”²⁵

Ao ensinar História, é essencial que o professor possua um conjunto de conhecimentos e habilidades que permita combinar conhecimentos histórico com habilidades pedagógicas adequadas que vão além do conteúdo em si, para que se torne possível o desenvolvimento de um ensino que ajude a construir interpretações mais embasadas e uma compreensão dinâmica do passado, ou seja, é necessário questionar não só o que precisa saber um professor, mas o que precisa saber um professor que ensina História.²⁶ À vista disso, de acordo com Ribeiro:

É de extrema importância, que o professor tenha domínio e aborde, coerentemente, o processo histórico a partir de uma sequência temporal, indicando mudanças e permanências que, na vida social, ressoam do passado até nossos dias, em outras palavras, incorporar o passado e o presente como possibilidades e categorias de estudo. Contudo, ao abordar o processo histórico, não se deve apresentá-lo como inexorável, pois, o presente não é o destino inevitável do processo histórico, assim como o passado não constitui uma realidade única, cristalizada e imutável, mas sim um campo de estudos no qual ingressamos munidos de nossas próprias indagações. O resultado de nossa busca depende, fundamentalmente, dos tipos de questões que fazemos das “ferramentas” que utilizamos ao estudar história. (RIBEIRO, 2013, p.5).

Outro aspecto importante a ser observado é a relação que uma narrativa tem com o tempo. Paul Ricoeur, deu visibilidade nesse sentido, argumentando que a narrativa é uma forma fundamental para se compreender e dar sentido ao tempo e aos eventos que ocorrem no mundo. De acordo com essa perspectiva, torna-se possível organizar os eventos em uma ordem temporal e criar uma estrutura significativa para as experiências que vivenciamos, através do ato de narrar, imputando-nos a capacidade de entender a relação entre eventos passados, presentes e futuros, de forma que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo”²⁷

²⁵ NADAI, Elza, Ver. Bras. de História. São Paulo, v.13, nº 25/26, pp143-162. Set. 92/ago. 93

²⁶ Ensinar, pesquisar, ensinar: a experiência dos Mestrados Profissionais Carmem Zeli de Vargas Gil, Nilton Mullet Pereira, Caroline Pacievitch, Fernando Seffner

²⁷ RICOEUR, 1994, p.15

Para o autor, o tempo não é simplesmente uma sequência de eventos, mas algo que é construído, de forma que, “O mundo exibido por qualquer obra narrativa seja sempre um mundo temporal”²⁸. Desse modo, podemos compreender a importância na relação entre tempo e narrativa para a construção de uma verossimilhança, uma vez que os eventos precisam estar dispostos de forma que façam sentido e pareçam plausíveis dentro da história.

Toda narrativa histórica renova uma pretensão de verdade.²⁹ A forma como os conhecimentos são reconstruídos e interpretados pelo historiador tem no seu objetivo fornecer uma representação mais precisa possível dos eventos históricos por meio de um rigor metodológico fundamental para garantir a confiabilidade e a credibilidade do conhecimento produzido. A História é um campo em constante evolução, ou como afirma Michel-Rolph Trouillot “é sempre produzida num contexto histórico específico”.³⁰ Isso significa afirmar que, ela está sujeita à diferentes interpretações e perspectivas ao longo do tempo, na qual o autor entende que, “uma teoria da narrativa histórica deve reconhecer tanto a distinção quanto a sobreposição entre processo e narrativa”³¹, tornando as pessoas ao mesmo tempo: agentes, atores e sujeitos, de sua própria história.

Ao trabalhar a ideia de que as pessoas são os sujeitos de sua própria história no Ensino de História pode ser enriquecedor para o estudante, visto que permite compreender que não são apenas espectadores passivos de um passado, mas também participantes ativos na construção do presente e do futuro. Assim, torna-se possível o desenvolvimento de uma consciência histórica nos estudantes que permita desenvolver um senso de identidade e pertencimento, compreendendo como sua história pessoal se conecta com a história coletiva de sua comunidade ou sociedade, pois como afirma Jorn Rüsen, “não se pode de forma alguma pensar um processo histórico de conhecimento em que o próprio sujeito do conhecimento deixasse de debruçar-se sobre si mesmo”.³²

Rüsen em seu livro *Razão Histórica: teoria da História*, afirma que, “o homem necessita estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança de si mesmo e do mundo, ao longo do tempo, a fim de poder agir nesse decurso temporal, ou seja, assenhorear-se dele de tal forma que possa realizar as intenções de seu agir”³³. Tais

²⁸ RICOEUR, 1994, p.15

²⁹ Trouillot, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história, 2016, p.27

³⁰ Ibid., p. 53

³¹ Ibid., p.53

³² RUSEN, Jorn; *Razão Histórica: Teoria da história: fundamentos da ciência histórica/ Tradução de Estevão de Rezende Martins*. – Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2001, p.25.

³³ RUSEN, 2001, p.58

compreensões tornam-se fundamentais, apesar de sua complexidade, para que seja possível moldar suas narrativas, na medida em que os historiadores fornecem sentidos e significados históricos por meio da escrita, permitindo perceber de forma mais clara as mudanças que ocorrem ao nosso redor, fazendo do tempo, uma espécie de “horizonte” no qual todas as experiências humanas ocorrem.

Rüsen propõe que, a forma de ver o mundo e a maneira como o homem se relaciona com ele, é um processo abstrativo capaz de levar a uma consciência histórica que “está relacionada com a vida humana prática.”³⁴ Dessa forma o autor, para desenvolver suas ideias, faz distinção entre duas características do tempo importantes em seus estudos: “experiência e intenção”³⁵. Segundo o autor, tais abstrações são dimensões em que a ação humana se desdobra e se realiza, mas que apesar de as abordagens serem diferentes para entender sua natureza, ambas são interdependentes e se influenciam mutuamente. A primeira, se concentra na dimensão subjetiva do tempo, ou seja, como ele é vivido e percebido pelas pessoas individualmente. Isso inclui aspectos como a sensação de passagem do tempo, memórias associadas a momentos específicos, e as forma como as pessoas organizam suas vidas de acordo com o tempo percebido. A segunda abordagem, concentra-se na dimensão do tempo como uma estrutura ontológica, ou seja, como uma parte fundamental da existência que possibilita a experiência humana. Assim, o autor observa que:

A consciência histórica é, assim, o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. (RÜSEN, 2001, p. 58)

Dessa forma, entendemos que a maneira como as pessoas entendem sua história pode mudar ao longo do tempo, em resposta à novas descobertas históricas, mudanças na sociedade e eventos que podem ajudar um corpo social a desenvolver um pensamento mais crítico e uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos, auxiliando-os em questões mais complexas de maneira mais informada e consciente. Para tanto, Rüsen, vê a necessidade de compreendermos que as pessoas experienciam o tempo de diferentes maneiras ao longo de suas vidas, em parte porque é um conceito abstrato e multifacetado, onde a relação entre

³⁴ RUSEN, 2001, p.57

³⁵ Rüsen entende que a relação entre esses dois componentes são fundamentais para a prática historiográfica, haja vista envolver a subjetividade do historiador e as influências culturais, sociais e políticas do contexto em que ele está inserido, tornando-o capaz de organizar os eventos em narrativas coerentes que respondam às necessidades e questões do presente.

experiência do tempo (a forma como as pessoas vivenciam e percebem o tempo) e a intenção no tempo (a maneira como as pessoas dão sentido e propósito à sua vida e história) é dinâmica, na qual “passado, presente e futuro formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica”³⁶

Sobre consciência histórica, Rüsen fala o seguinte:

A consciência histórica constitui-se mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tempo. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana. (RÜSEN, 2001, p.67)

Assim, a história é compreendida e interpretada através de narrativas, que são elaboradas a partir de diferentes perspectivas, permitindo aos indivíduos estruturarem informações de uma forma coerente, contribuindo à medida em que novos fatos e perspectivas são “descobertos”, tornarem-se interdependentes (passado, presente e futuro), pois só assim “os homens conseguem orientar sua vida, seus “feitos”, no tempo”.³⁷

A partir desse entendimento, o Ensino de História expõe os alunos a uma variedade de experiências e perspectivas humanas ao longo do tempo e do espaço, que sejam capazes de desenvolver habilidades essenciais para uma participação política informada, além de permitir que cidadãos avaliem criticamente informações e tomem decisões mais fundamentadas. Dessa maneira, o compromisso que as ciências humanas têm, em especial a História enquanto disciplina, refletem seu compromisso com a promoção da cidadania crítica e participativa e reconhecem a educação histórica não apenas numa questão de transmitir fatos, como também pensar historicamente o seu ensino.

Para tanto, um ponto importante a se considerar é a mediação feita pelo professor em relação ao conhecimento histórico para um saber que o aluno consiga compreender, e nesse sentido, há a necessidade de um amplo conhecimento por parte do professor em relação, não apenas ao seu conteúdo ou disciplina, mas de uma forma ampla, conhecer também os diversos

³⁶ Ibid., p.65

³⁷ Ibid., p.74

aspectos que envolvem o ensino e a aprendizagem, ou seja, “dar aula” é uma ação complexa que exige o domínio de vários saberes característicos e heterogêneos.³⁸

Em seu livro, *Doze lições sobre a história*, Antoine Prost, nos oferece uma abordagem bastante abrangente sobre o estudo e o Ensino de História, refletindo sobre sua importância na formação da cidadania e na compreensão crítica do presente, tornando-a essencial para a participação ativa na sociedade, moldada e influenciada pelo contexto social, cultural e político, que envolve a construção de narrativas movidas pelas perspectivas e objetivos do historiador. Como afirma o autor, a história “antes de ser uma disciplina científica - segundo sua pretensão e, até certo ponto, conforme ela o é efetivamente -, a história é uma prática social.”³⁹

A história, nesse sentido, desempenha um papel crucial na formação da identidade de uma sociedade, na construção de narrativas culturais e na transmissão de valores e memórias coletivas como uma ferramenta para compreender e dar significados ao passado, e como essas práticas tem implicações significativas na forma como as sociedades se percebem e se organizam no presente. Nesse sentido, “a história é a referência obrigatória, o horizonte incontornável de toda a reflexão”⁴⁰, correndo o risco de cometermos as superficialidades das análises e decisões desinformadas e mal fundamentadas.

Não obstante, a história muitas vezes foi ensinada e especializada principalmente a partir de textos clássicos e de narrativas de grandes eventos, figuras proeminentes e fatos, sem muita exploração da vida cotidiana ou das experiências das pessoas comuns. No entanto, a perspectiva moderna da história ampliou esse horizonte, onde os textos clássicos passaram a ser vistos como fontes valiosas, mas não como a única e principal maneira de entender o passado. Segundo Prost:

A história deixou de estar à serviço dos textos clássicos; a relação inverteu-se de modo que estes se tornaram fontes a serviço da história que, por sua vez, já não se contentava em situar cronologicamente os fatos, autores e monarcas, mas visava compreender a realidade em todos os seus aspectos”.⁴¹

Assim, ao incorporar essas perspectivas no Ensino de História, é possível explorar suas conexões promovendo uma abordagem mais abrangente e enriquecedora para o

³⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes: *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.51.

³⁹ PROST, Antoine; , *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2008, p.13

⁴⁰ PROST, 2008, p.14.

⁴¹ *Ibid.*, p.19.

aprendizado, o que permite aos alunos não apenas memorizar os dados e/ou fatos, mas também compreender o contexto e as implicações desses eventos no passado e no presente. Dessa maneira, podemos obter uma compreensão mais acurada das motivações e influências que moldaram as ações das pessoas em diferentes períodos históricos. Além disso, ao destacar as mudanças e continuidades ao longo do tempo, os alunos podem perceber como certos temas e questões persistem ou evoluem na sociedade. Como afirma o autor; “essa evolução direcionada para uma história mais autônoma, mais contemporânea e mais sintética foi conflitante; não foi uma evolução linear, mas uma sucessão de avanços e recuos, associados ao contexto político.”⁴²

Essa dinâmica é especialmente evidente na forma como a historiografia (a escrita da história) se desenvolveu ao longo do tempo. Isso inclui uma transição de abordagens tradicionais que, a partir do surgimento da *Escola dos Annales*, introduz-se novas metodologias e abordagens para o estudo do passado. Circe Bittencourt, ao discutir a influência dessa escola no Ensino de História, enfatiza como ela trouxe novas formas de olhar para esse passado e como essas perspectivas inovadoras impactaram a educação histórica:

No Brasil, particularmente, os temas sociais propiciaram a incorporação de novos sujeitos, provenientes dos setores populares, sendo esta produção conhecida como “história dos vencidos”. Parte dessa historiografia foi introduzida pelas propostas curriculares e pela produção didática, mas tem sido questionada por possibilitar interpretações de caráter maniqueísta – os bons e os maus -, sendo os vencidos geralmente apresentados como grupos dominados totalmente e transformados em não-sujeitos históricos, como é o caso das populações indígenas da América (BITTENCOURT, 2008, p.148).

Tal abordagem promove a ideia de uma “história geral”, que não se limita apenas aos eventos políticos e militares, mas que integra outros aspectos capazes de permitir uma compreensão mais completa e complexa do passado, além de introduzir um conceito fundamental da *Escola dos Annales*, a “longa duração” (*longue durée*), focado em estruturas históricas de longo prazo, ao invés de eventos pontuais e imediatos. Isso permitiu identificar continuidade e transformações que moldaram a sociedade ao longo do tempo. Observa-se assim, a natureza fluída da interpretação histórica e a importância de considerar diferentes perspectivas e abordagens ao escrever e estudar a história.

⁴² PROST, 2008, p.22.

Outro aspecto a ser observado, é referente ao objeto, ao documento que está sendo analisado pelo historiador, para poder fazer suas considerações a respeito de seus estudos. Para interpretar um documento histórico de forma eficaz, é essencial compreender o contexto histórico em que foi produzido, o que inclui questões como lugar, as condições políticas, culturais, sociais e econômicas da época.

De acordo com Prost:

Seja qual for seu objeto, a crítica não é um trabalho de principiante, como fica demonstrado pelas dificuldades dos estudantes às voltas com a interpretação de um texto. É necessário ser já historiador para criticar um documento porque, no essencial, trata-se de confrontá-lo com tudo o que já se sabe a respeito do assunto abordado, do lugar e do momento em questão; em determinado sentido, a crítica é a própria história e ela se afina à medida que a história se aprofunda e se amplia.⁴³

Ao aplicar o método crítico, os historiadores tornam-se capazes de identificar possíveis preconceitos, omissões, distorções e outras questões que podem prejudicar a objetividade de uma fonte ou interpretação histórica. Isso ajuda a garantir a precisão da narrativa histórica. Como afirma o autor:

A importância atribuída ao método crítico por todas as obras relacionadas com a epistemologia da história é um sinal inequívoco: esse é realmente um aspecto central. Por que não há história sem crítica? A resposta é sempre a mesma, a começar por Langlois e Seignobos até Bloch e Marrou: por referir-se ao passado, a história é, por isso mesmo, conhecimento através de vestígios.⁴⁴

Ou seja, o método crítico não é uma abordagem padronizada, mas sim uma metodologia flexível que pode ser adaptada ao contexto e ao objeto de estudo de um historiador, de modo que, se torna um pilar essencial na prática da história, promovendo a integridade, a objetividade e a sofisticação das investigações históricas, contribuindo para o avanço contínuo do conhecimento sobre o passado e o entendimento das complexidades da história humana.

Sendo assim, ao abordarmos em sala de aula, temas tão complexos quanto esse que está sendo desenvolvido neste trabalho, é essencial criar um ambiente que possibilite uma compreensão crítica da temática. Fornecer informações prévias sobre o contexto histórico da

⁴³ PROST, 2008, p.57.

⁴⁴ Ibid., p.64.

época, além de apresentar fontes primária, como fotografias, relatos da época, artigos de jornais, entre outras matérias que evidencie as transformações propostas pela intendência de Antônio José de Lemos, e suas consequências na vida das pessoas espoliadas dos recursos materiais que as considerassem dignas de gozarem das melhorias instituídas durante sua administração, são exemplos que podem estimular a reflexão crítica sobre o tema, incentivando-os a questionar as narrativas historicamente dominantes e a considerar diferentes perspectivas presentes no processo de modernização e desenvolvimento urbano ocorridos na cidade de Belém, no início do século XX. Conforme afirma Prost:

A história constrói-se a partir da consciência apurada, entre os historiadores, de um corte radical e dos obstáculos a superar para eliminá-lo. Por sua vez, a sociedade solicita-lhes que voltem a capturar esses objetos perdidos, de preferência, em sua autenticidade vivida e não em sua estruturação lógica; eles recebem a missão de fazer ressoar, de novo, a voz dos atores e mostrar a paisagem com suas cores e seu exotismo.⁴⁵

Portanto, a importância de uma abordagem historiográfica mais sensível, que vá além da simples análise estrutural, é significativa para um entendimento mais apurado da história que se ensina em sala de aula, ultrapassando os limites dos eventos políticos, econômicos e culturais dominantes, permitindo uma apreciação mais veraz e abrangente das sociedades e culturas do passado, de modo que, “se quisermos ser os atores responsáveis de nosso próprio futuro, teremos de acatar, antes de mais nada, um dever de história”.⁴⁶

1.1 – Para além dos livros: aprendizado Histórico fora dos limites da sala de aula.

Já há alguns anos, é possível observar uma transformação muito importante na forma como a história é ensinada e compreendida. Até recentemente, o ensino de História muitas vezes refletia uma abordagem tradicional, que enfatizava a memorização de acontecimentos e uma narrativa que tendia a favorecer certos grupos, em detrimento de outros. Essa abordagem foi marcada por uma visão eurocêntrica, destacando conquistas de “grandes homens” e subestimando as contribuições de outros grupos e culturas.

Circe Fernandes Bitencourt, a esse respeito, fala que:

⁴⁵ PROST, 2008, p.266

⁴⁶ Ibid., p.272

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de “grandes homens” para uma “nova” disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial.⁴⁷

A inclusão de uma variedade de perspectivas e vozes na narrativa histórica, significou dar espaço à experiências e contribuições de diferentes grupos, o que acabou por desconstruir em favor de uma perspectiva mais global e interconectada, o que envolveu o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, análise de fontes e avaliação de diferentes pontos de vista, possibilitando à história, ser ensinada de forma temática e problematizadora. O Ensino de História agora incorpora uma variedade de fontes, que ajuda a oferecer uma compreensão mais holística do passado.

Essas mudanças representam uma evolução significativa na forma como a História é abordada no contexto educacional, refletindo um compromisso em proporcionar uma educação histórica mais inclusiva, que ajude os estudantes a compreender o mundo de maneira mais completa e contextualizar o presente à luz do passado. Segundo Circe Bitencourt:

Estudos sobre a História nas escolas brasileiras evidenciam que essa disciplina teve sua trajetória sujeita a confrontos semelhantes aos dos países europeus, mas, evidentemente, sob condições específicas dadas as problemáticas decorrentes de uma política educacional complexa que tem mantido a sociedade brasileira em constante disputa por uma educação que possa se estender, efetivamente, ao conjunto de crianças e jovens do país. E tais disputas ocorrem também no espaço escolar por comunidades de pessoas que competem e colaboram entre si, definem suas fronteiras epistemológicas, assim como conferem uma determinada identidade às suas respectivas disciplinas ou áreas de estudo.⁴⁸

Dessa maneira, o Ensino de História no contexto brasileiro torna-se multifacetado e muitas vezes influenciado por questões políticas, sociais e culturais que pode ser refletido na escolha de temas a serem abordados, na ênfase dada a determinados eventos históricos e na forma como a História é ensinada. No entanto, apesar dos desafios, também há oportunidades para promover uma educação histórica de qualidade, pois “ao contrário do que se previa,

⁴⁷ BITTENCOURT, Circe Fernandes; Reflexões sobre o Ensino de História. Ensino de Humanidades – Est. Av. 32(93); May-Aug 2018. P.127. <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>

⁴⁸ Ibid., p.128

houve até um revigoramento e uma valorização das culturas regionais e o despertar de identidades étnico-culturais latentes que, nessa nova “aldeia global”, encontram espaços para a defesa de seu direito à diferença e ao passado.”⁴⁹

Dessa forma, o olhar que o historiador deve ter sobre o passado torna-se fundamental para a compreensão da realidade e para a construção de uma visão crítica e reflexiva sobre a história, pois sua elucidação requer a intervenção constante do historiador, permitindo-lhe entendê-lo como parte de uma história maior, que tem uma coerência e um significado. Nesse sentido, o papel desempenhado pelos seres humanos é essencial para a construção de uma narrativa moldada por meio da seleção de eventos, interpretação e construção de uma determinada compreensão que refletem suas perspectivas, crenças e valores, não apenas como a construção de um determinado passado, mas trazendo consigo possíveis interpretações e representações desse passado, influenciada pela sua subjetividade e pela sua própria experiência humana. Essa dinâmica reflete a natureza da história como uma disciplina em constante evolução, na qual os seres humanos continuamente participam como narradores, contribuindo para a construção do conhecimento histórico.

À vista disso, Michel-Rolph Trouillot nos traz uma abordagem em seu livro “*Silenciando o passado: Poder e Produção da História*”, no qual o autor analisa como certos eventos, perspectivas e vozes são excluídas ou marginalizadas na produção do conhecimento histórico. Segundo o autor:

Seres humanos participam na história não apenas como atores, mas também como narradores. A ambivalência inerente à palavra “história” em várias línguas modernas, incluindo o inglês, alude a esta participação dual. No uso vernáculo, história significa tanto os fatos em questão quanto uma narrativa sobre esses fatos, tanto “o que ocorreu” quanto “aquilo que se diz ter ocorrido”. O primeiro significado enfatiza o processo sócio-histórico; o segundo, nosso conhecimento desse processo ou uma estória sobre esse processo”.⁵⁰

O autor analisa o caso específico da revolução haitiana, demonstrando como o silenciamento pode ocorrer, influenciando na produção e na interpretação da história que é apresentada. É necessário, segundo o autor, desafiar as estruturas de poder subjacentes que

⁴⁹ ORIÁ, Ricardo; Memória e Ensino de História. In: Circe Bittencourt (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. 11. Ed. 1. Reimp. São Paulo: Contexto, 2008, p. 128-48

⁵⁰ TROUILLOT, 2016, p.21.

moldam tais narrativas, bem como a necessidade de incorporar múltiplas vozes na construção do conhecimento histórico. Assim, as mudanças que ocorrem na sociedade ao longo do tempo à medida que novas fontes são descobertas, novas abordagens teóricas são desenvolvidas, novos entendimentos são considerados, a relação entre o processo sócio-histórico e o nosso conhecimento sobre ele, permite uma contínua investigação que seja capaz de “mostrar quanto espaço ainda há para perceber”⁵¹ na produção histórica.

Certamente, a volição feita pelo historiador na construção de sua narrativa, tem que levar em consideração uma série de fatores importantes, fontes confiáveis e variáveis que possam corroborar com o que está sendo proposto, além do cuidado à contextualização dos eventos e processos históricos, tendo em mente fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que possam ter influenciado tais acontecimentos.

É a partir desse entendimento, que este trabalho pretende incentivar alunos e professores a fazerem conexões entre o passado e o presente, que os auxilie a compreender melhor os desafios e dilemas contemporâneos, tornando-os cidadãos mais informados e engajados dentro de suas comunidades, visto que, ao examinar as experiências, perspectivas e contribuições de grupos que formam marginalizados durante muito tempo nos estudos de história, como mulheres, minorias étnicas, trabalhadores e outros corpos sociais que muitas vezes foram negligenciados na narrativa tradicional da história, compeli ao estudante a capacidade de contextualizar e interpretar informações históricas, tendo na escola e no Ensino de História “[...] o compromisso de serem instâncias de afirmação de uma identidade nacional plural, assentada no reconhecimento da memória como princípio fundante para a construção de uma sociedade mais democrática por que todos almejamos”⁵².

Essa tarefa complexa em tecer uma possibilidade de caminhos que ajudem a fundamentar uma compreensão teórica da História e ao mesmo tempo possibilitar o desenvolvimento de habilidades para aplicar esses conhecimentos, relevantes à prática docente, revela a busca por atualização constante do conhecimento, e isso se reflete diretamente na qualidade do ensino oferecido, o pode despertar o interesse dos sujeitos em aprender e continuar nesse caminho, sendo o Ensino de História um dos elementos configuradores desse processo, haja vista que, desempenha um papel indispensável no processo de formação da consciência histórica e na compreensão do passado por parte da

⁵¹ TROUILLOT, 2016, p.23

⁵² ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: Circe Bittencourt (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. 11. Ed. 1. Reimp. São Paulo: Contexto, 2008, p. 128-48

sociedade. Tendo, portanto, um compromisso vital na construção da identidade, no desenvolvimento do pensamento crítico e na promoção da cidadania, onde há “reflexões na prática pedagógica das aulas de História, o que nos faz perceber uma aproximação, em certa medida, com as tendências historiográficas em voga no Brasil.”⁵³ Isso acontece por razões distintas, como a integração de diferentes disciplinas na abordagem do Ensino de História, que reflete uma tendência historiográfica de adotar uma perspectiva interdisciplinar para compreender o passado.

Essa valorização da interdisciplinaridade, como foi o caso da História com a Antropologia, no decorrer dos anos 80, foi significativo para a compreensão da própria história, fortalecendo uma *história cultural*, enriquecendo a análise histórica, oferecendo múltiplas perspectivas e metodologias, o que renovou a história das mentalidades, possibilitando incorporar ao currículo escolar, tornando as aulas, na apenas mais variadas e interessantes, como também inclusivas e representativas da diversidade humana. (BITTENCOURT, 2008)

Outro aspecto dessa relação, é a valorização da diversidade e inclusão social que demonstra uma profundidade em questões como a pluralidade de narrativas e inclusão de grupos historicamente marginalizados. Ao integrar esses elementos ao ensino de História, percebe-se a importância do papel do professor que se vê na condição de romper com posturas e concepções conservadoras, ainda existentes no ambiente escolar, buscando adotar um comportamento em direção a um espaço de aprendizagem dinâmico, inclusivo e enriquecedor. Como observa Virgínia Torres Cavalcante Sales:

Para que o professor esteja apto a desempenhar tais metodologias ele precisa em definitivo romper com a concepção de mero transmissor de conhecimento e assumir a postura de professor pesquisador. Uma vez em sua lide em sala de aula, o professor pesquisador irá se apropriar da teoria, da técnica, da observação, da experimentação. Ele deverá sempre considerar o conhecimento prévio dos alunos, fortalecendo a relação de troca de conhecimento no espaço da escola, além de ter em mente que este é um fator determinante para que a experiência com fontes em sala de aula seja única e permeada pelas particularidades que cada turma ou grupo de alunos poderá manifestar no processo de construção de conhecimento histórico a partir de fontes históricas.⁵⁴

⁵³ SALES, Virgínia Torres Cavalcante; in Combates pelo Ensino de História. Heraldo Márcio Galvão Júnior, André Furtado - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. P.147-148

⁵⁴ Ibid., p.49

Tal postura envolve o compromisso com o aprendizado contínuo, e isso inclui aprofundar o próprio conhecimento, bem como se manter atualizado com as tendências e debates historiográficos. Dessa maneira, apesar de ser desafiadora, é um passo fundamental para tornar o Ensino de História mais envolvente e significativo.

1.2 - Conectando épocas: Relevância da Narrativa

Quando observamos os acontecimentos da modernização executadas por Antônio Lemos em Belém do Pará, à luz das perspectivas históricas sobre o tempo e a produção de uma consciência, entendida aqui, como a prática da reflexão crítica e a interpretação que os indivíduos tem sobre o passado, bem como a compreensão de que o presente está enraizado em eventos históricos, percebemos que a capacidade de refletir sobre a própria posição no tempo e as influências das experiências passadas na compreensão do presente, é pertinente para captar a profundidade das mudanças que ocorreram na capital paraense sob a administração lealista.

Na apresentação do livro de Reinhart Koselleck, *Futuro e Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos*, percebe-se a importância da relação dos indivíduos ou sociedades, e suas experiências com o tempo, para a construção de uma “consciência histórica”. Nele o autor argumenta que tal consciência é moldada pela interação entre a experiência passada e expectativas futuras, visto que o tempo não é uma entidade objetiva e estática, mas sim uma construção social moldada pelas experiências e interações das pessoas que influenciam como elas percebem e interpretam o tempo. Dessa maneira, “O tempo, aqui, não é tomado como algo natural e evidente, mas como construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas”.⁵⁵ Por essa razão, para Koselleck (2006) a história, enquanto campo de estudo, deve ser compreendida não apenas como um conjunto de fatos passados, mas também como uma dimensão existencial e uma concepção que proporciona conhecimento e inteligibilidade sobre a vida humana. Essa visão abrangente da história exige que ela seja apreendida em sua

⁵⁵ Trecho extraído da apresentação do livro de Reinhart Koselleck, *Futuro e Passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Escrita por Marcelo Jasmin, professor do departamento de História da PUC-Rio e do IUPERJ. Publicado pela Contraponto : Ed. PUC-Rio , 2006, p.9.

própria historicidade, tornando-se um objeto de reflexão teórica destinado a entender seus limites e suas consequências.

Para tanto, é preciso que levemos em conta a necessidade de superar uma visão linear e simplista da própria história no tempo, reconhecendo a existência de ritmos, acelerações, continuidades e descontinuidades na trajetória humana. Ou seja, isso implica em reconhecer que tanto os eventos históricos quanto o próprio estudo da história são influenciados por seu contexto temporal. De modo que, como sugere o autor “Somente as estruturas temporais [...] são capazes de articular o espaço da experiência histórica como um campo de pesquisa próprio, a partir da perspectiva imanente à materialidade dos eventos”⁵⁶. Essa abordagem mais complexa e dinâmica da história permite, também, uma compreensão mais rica e matizada da trajetória humana. Não se trata apenas de observar os eventos isoladamente, como também de compreender as condições, as motivações e as influências que os moldaram.

Assim, quando analisamos a modernização proposta por Antônio Lemos, percebemos que não foi apenas um conjunto de mudanças urbanísticas e infraestruturais, mas sim um fenômeno sociocultural, além de econômico, que reconfigurou a própria identidade da cidade. Dessa forma, ao cogitar que a algumas pessoas da comunidade belenense interpretou essas mudanças, não como uma ruptura completa com o passado, mas como uma evolução necessária para enfrentar os desafios da época, percebemos que o reconhecimento das complexidades das escolhas feitas por Lemos, fomenta a construção de uma consciência histórica hoje, que considera não apenas seus impactos imediatos, mas também suas reverberações ao longo do tempo.

Segundo essa perspectiva, Koselleck (2006) argumenta ainda que, a consciência histórica não é uma noção abstrata, mas sim uma construção cultural que emerge da interação complexa de indivíduos e sociedade, experiências passadas e futuras, isso significa que as competências individuais e coletivas com o tempo, moldam a compreensão que as sociedades têm de seu passado, presente e futuro e essas concepções temporais são fundamentais para a forma como as pessoas dão significados aos eventos, às mudanças sociais e aos processos históricos.

Além disso, o autor explora a evolução das categorias temporais e suas mudanças ao longo do tempo, demonstrando como certos termos e conceitos associados ao tempo- a exemplo de “modernidade”, “tradição”, “progresso”, entre outros-, tem significados

⁵⁶ KOSELLECK, Reinhart; *Futuro e Passado: Contribuição à semântica dos Tempos Históricos*. Ed. PUC-Rio, 2006, p.121.

específicos em diferentes contextos históricos. Essa análise semântica dos tempos históricos revela como as noções de passado, presente e futuro são socialmente construídas e sujeito às transformações ao longo das eras. No tocante a esses diferentes significados das expressões utilizadas pela historiografia ao longo dos tempos, Carlo Ginzburg em artigo publicado em 2021, “*Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade*”, aborda questões sobre a prática historiográfica contemporânea, pondo no cerne da discussão a relação entre linguagem, interpretação e contexto, onde o autor argumenta que as palavras usadas no passado podem ter significados diferentes dos que têm hoje, e que é essencial para o historiador captar esses significados para evitar anacronismos e interpretações errôneas.⁵⁷

No artigo, Ginzburg dialoga com a obra de Marc Bloch “*Apologia da História: ou o ofício do historiador*”, com intenção de revisitar e atualizar as propostas de Bloch à luz das transformações historiográficas e dos desafios da atualidade enfrentados pelos historiadores, levando em consideração as necessidades de uma história que considere um diálogo contínuo e evolutivo sobre a natureza e o propósito da história como disciplina acadêmica e prática social.

Não pretendemos nos aprofundar nesse debate, mas achei importante citá-lo devido aos debates sobre as ambiguidades linguísticas abordadas pelo autor, que podem ser percebidas na pesquisa da História. Para que possa aprofundar sobre o tema, consultar a referência em nota.

Dito isto, entendemos que a História não se limita apenas a acumular histórias passadas, mas também envolve a compreensão das relações “entre experiência e expectativa”⁵⁸, na qual se constitui um “tempo Histórico”, possibilitado pelo entendimento de que elas se desdobram em um contexto temporal mais amplo. Essa mudança de perspectiva não é apenas uma alteração nos significados tradicionais, mas uma verdadeira revolução nas formas de conceber a história e imaginar o que é possível, ou não, bem como o que se deve esperar dela, de modo que, para Koselleck, “toda historiografia se movimenta em dois níveis: ou ela examina fatos já articulados linguisticamente ou ela reconstrói fatos não articulados linguisticamente no passado, mas que, com a ajuda de determinados métodos e a coleta de indícios, podem ser de alguma maneira recuperados”. (KOSELLECK, 2006. p.116)

⁵⁷ GINZBURG, Carlo: *Nossas palavras e as deles: o ofício do historiador na atualidade*. ArtCultura Uberlândia, v. 23, n. 42, p. 7-26, jan.-jun. 2021

⁵⁸ Espaço de experiência e Horizonte de expectativas, são dois conceitos fundamentais no trabalho de Koselleck para entender como as sociedades compreendem o tempo e como isso afeta sua percepção histórica. a primeira, refere-se ao contexto histórico, social e cultural experimentado pelos indivíduos delineando sua compreensão. O segundo, refere-se as aspirações e possibilidades futuras que as pessoas têm dentro de um espaço de experiência.

Assim, em seu livro, *Estratos do tempo: estudos sobre história*, Koselleck expõe que “a história sempre tem a ver com o tempo, com tempos que permanecem vinculados a uma condição espacial, não só metafórica, mas também empiricamente”.⁵⁹ Desse modo, as abordagens tradicionais que se concentram apenas na memorização de datas e eventos, é desafiada a promover uma compreensão mais profunda e significativa do passado, onde os historiadores de forma contextualizada buscam analisar os eventos dentro de uma rede complexa de fatores, investigando as causas e consequências, as interações e as condições estruturais que influenciaram o desenrolar dos acontecimentos para tentar entender como algo pôde ocorrer. (KOSELLECK, 2014).

Dessa maneira, ao relacionar as mudanças de comportamento das pessoas na primeira década do século XX, decorrente das decisões tomadas pela administração de Antônio Lemos, em Belém do Pará, num contexto histórico de modernização, percebemos que o “tempo” desempenha um papel fundamental para a compreensão desses eventos, pois implica uma mudança de paradigma em relação às práticas e estruturas presentes, haja vista permitir a implementação gradual das transformações vistas como “necessárias”, e influencia a redefinição dos conceitos até então existentes, caracterizado por uma série de modificações econômicas, sociais e culturais que visavam trazer uma sociedade “atrasada” para um estado considerado mais avançado e moderno. O espaço, por sua vez, está intimamente ligado à modernização, visto que, é o cenário onde ocorrem as mudanças que visam refletir e acomodar as novas necessidades e ideais modernos da sociedade, de modo que, espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidade da história. (KOSELLECK, 2014, p.77)

Além disso, a capacidade de refletir sobre a própria posição no tempo, possibilita que os habitantes da cidade de Belém do Pará compreendam seu papel de continuidade dessa história, visto que, a consciência histórica não é apenas sobre olhar para trás, mas também sobre reconhecer o presente como um ponto de interseção entre o passado e o futuro, o que por sua vez contribui para uma melhor compreensão sobre a identidade e a trajetória histórica da comunidade.

Ao observarmos as mudanças ocorridas na urbe paraense, entendemos que essas modificações só foram possíveis, porque foram impulsionadas pelas riquezas geradas durante o ciclo da borracha na região amazônica. Vê-se Belém envolta numa tentativa de acompanhar

⁵⁹ KOSELLECK, Reinhart; *Estratos do tempo: estudos sobre história*; tradução Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, P.9.

os “melhoramentos” que alguns países europeus estavam passando, a exemplo da França, tendo na figura de Antônio Lemos a iniciativa de implementar uma série de reformas no âmbito político, econômico, social e cultural, que visavam modernizar os espaços públicos e acompanhá-la com o progresso hodierno.

Desse modo, a série de projetos modernizadores e o desenvolvimento urbano proposto pelo intendente, podem ser vistos à luz de um contexto histórico que considera as influências e tendências da época, que eram uma resposta às pressões e desafios de seu próprio tempo. Nesse contexto, compreender a sequência de eventos que ocorreram, torna-se primordial quando os relacionamos com o tempo no qual essas mudanças estão sobrevivendo, uma vez que, “sem uma referência temporal, qualquer compreensão permanece muda”. (KOSELLECK, 2014, p.91)

Desse modo, podemos perceber que as mudanças implementadas por Antônio Lemos foram aplicadas em áreas específicas da cidade, que de acordo com Celma Chaves, “[...] essa modernidade concentrou-se majoritariamente nas áreas centrais da cidade de Belém”.⁶⁰ Tais transformações assinalam alterações significativa na identidade e na dinâmica da cidade de Belém, à medida que ela se alinha com padrões da modernidade europeia adotando seus elementos característicos, busca-se integrar em redes globais de comércio, cultura e cooperação, que passam a ter implicações profundas na vida e na experiência dos habitantes da cidade.

Ao considerar alguns elementos que nos permitem desenvolver uma percepção mais crítica de uma determinada realidade social, esperamos ser capazes de desenvolver um entendimento sobre os processos e eventos constitutivos dessa realidade, que possibilite reconhecer nuances complexas que auxiliem na tarefa de produção de narrativas (narrar está sendo usando no sentido de elaboração de um discurso histórico), necessários à construção do conhecimento histórico.

Alguns desses elementos servem como base para a construção de um tipo de consciência que consideramos necessária à emancipação e transformação social, em que a cultura subalterna, as tradições populares, tornam-se expressões de uma criticidade, capaz de conduzir as camadas populares a formas elevadas de concepção de mundo como parte integrada de uma possível luta revolucionária que transcende as narrativas dominantes. O antropólogo e pensador latino-americano, Nestor Garcia Canclini, faz observações

⁶⁰ CHAVES, Celma: Belém e os sentidos da modernidade na Amazônia. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.1, n.1, p.26-43, abr.-set. 2017

importantes sobre a cultura popular como um espaço dinâmico onde ocorrem negociações culturais e resistência, reconhecendo que as práticas culturais cotidianas das classes subalternas não são passivas, mais sim locais de produção simbólica como um terreno fundamental para a construção de formas de consciência e subjetividades.

Canclini, em seu livro “*Culturas Híbridas: Estrategias para Entrar y Salir de La Modernidad*”, fala que os países latino-americanos sofrem uma espécie de “modernização tardia”, argumentando que essa modernização não segue o mesmo caminho linear observado em outras partes do mundo, como na Europa e Estados Unidos, por exemplo. O autor discute sobre a peculiaridade que se encontra nesses países, em relação aos que se industrializaram primeiro, sofre o que ele chama de “hibridismo cultural”, marcado pela fusão e interação de elementos tradicionais e modernos, que constituem as especificidades sociopolíticas e culturais da América Latina.

Como o próprio autor fala no início do segundo capítulo de seu livro “hemos tenido un modernismo exuberante con una modernización deficiente.”⁶¹ No entanto, o processo de modernização na América Latina foi um fenômeno complexo que ocorreu ao longo dos séculos XIX e XX, e envolveu uma série de mudanças no âmbito das relações sociais, que foram influenciadas por fatores externos, mas principalmente interno.

É o caso, por exemplo, das independências que ocorreram no continente americano, que levou à formação de Estados-Nações, no qual buscaram seu próprio caminho de desenvolvimento. Porém, a existência de contradições entre as aspirações modernistas e a implementação prática da modernização, aponta para o papel que as elites dominantes tiveram na manutenção de seu *status quo* através da manipulação dessas dinâmicas, que devido ao controle das divisões sociais concentra o poder e influência em suas mãos, em detrimento das necessidades e aspirações de grande parte da sociedade, como podemos observar no trecho:

Modernización con expansión restringida del mercado, democratización para minorías, renovación de las ideas pero con baja eficacia en los procesos sociales. Los desajustes entre modernismo y modernización son útiles a las clases dominantes para preservar su hegemonía, y a veces no tener que preocuparse por justificarla, para ser simplemente clases dominantes.(CANCLINI. 1990, p.67)

⁶¹ CANCLINI, Néstor García; CULTURAS HÍBRIDAS: Estrategias para entrar y salir de la modernidade. EDITORIAL GRIJALBO, S.A. de C.V.1990, p.65.

É importante lembrar que a modernização não é um processo unidimensional, percebendo-se assim, que as nações têm desafios e oportunidades distintos, e as estratégias de modernização devem ser percebidas de formas adaptadas às circunstâncias e necessidades específicas. A saber, um único modelo metropolitano de modernização não é necessariamente o melhor modelo para todos os países. Entretanto, há uma característica em comum nesses processos, que é a tentativa de manutenção da dominação de uma determinada classe sobre a outra. É o caso, por exemplo, dos aspectos culturais, em que há uma separação entre o que considerado culto e o não-culto, determinando o que seria insigne à posição de poder e o outro a posição de subalternidade, ou seja, alguns “[...] movimientos innovadores fueron "trasplantes", "injertos", desconectados de nuestra realidad”.⁶² (Canclini. 1990, p.68)

A ideia é que, em alguns contextos havia uma tentativa de transformar a cultura das classes sociais mais alta em algo mais moderno, seguindo, frequentemente, padrões culturais ocidentais europeus, levando à adoção de estilos de vida, valores, modos de consumo que eram considerados avançados para os padrões convencionais da época. Assim, a História nos mostra que a modernização vem sempre acompanhada por esforços para preservar ou consolidar a posição da classe dominante. Seja através do controle de instituições-chave, da manipulação de ideologias ou das influências sobre a narrativa cultural, esse grupo sempre busca perpetuar sua supremacia.

Si el modernismo no es la expresión de la modernización socioeconómica sino el modo en que las élites se hacen cargo de la intersección de diásporas temporales históricas y tratan de elaborar con ellas un proyecto global, ¿cuáles son esas temporalidades en América Latina y qué contradicciones genera su cruce? ¿En qué sentido estas contradicciones entorpecieron la realización de los proyectos emancipador, expansivo, renovador y democratizador de la modernidad? (CANCLINI, 1990, p.71)

As preocupações acima, apontam para questões importantes relacionadas à modernização no, outrora chamado “Terceiro Mundo”, visto que, por vezes a resistência cultural, é interpretada como obstáculos à modernidade e aos projetos elitistas de dominação, onde as contradições geradas pela intersecção das oralidades dos países latinos com os projetos modernizadores, impedem a realização completa dos ideais modernistas. Essa incapacidade de interação resulta em projetos superficiais, que perpetuam estruturas de poder existentes e limitam a verdadeira transformação social.

⁶² CANCLINI, 1990, p.68

Esse tipo de dinâmica, comum em sociedades que passaram por processos de colonização, dominação cultural e modernização, reflete como os diferentes elementos culturais se entrelaçam de maneiras bastante complicadas, e constantemente desafia as categorias simplistas de cultura “tradicional” *versus* “moderna”, fundamental na compreensão em contextos pós-coloniais, fazendo-se necessário uma abordagem mais matizada e contextualizada, na qual “Lo popular y lo culto, mediados por una reorganización industrial, mercantil y espectacular de los procesos simbólicos, requieren nuevas estrategias.”⁶³

Dessa forma, como afirma o autor, é possível que uma sociedade passe por processos de modernização sem necessariamente aplicar plenamente os princípios e valores do modernismo cultural, significando que as mudanças não podem ser necessariamente restritas a uma transformação radical na cultura ou em qualquer outro elemento que reflita a singularidade de cada contexto histórico e social. Ao invés de uma simples adesão ao modernismo, as sociedades podem adotar uma abordagem mais híbrida, como evidencia o autor em seus estudos, em que elementos da cultura tradicional são combinados com influências modernas. Isso pode levar à criação de formas culturais e artísticas únicas e inovadoras capazes de refletir a complexidade das experiências locais, como o próprio autor conclui dizendo:

Sigue habiendo desigualdad en la apropiación de los bienes simbólicos y en el acceso a la innovación cultural, pero esa desigualdad ya no tiene la forma simple y polar que creímos encontrarle cuando dividíamos cada país en dominantes y dominados, o el mundo en imperios y naciones dependientes (CANCLINI, 1990, p.93).

Como podemos perceber, há nessa abordagem uma crítica à simplificação das desigualdades sociais e simbólicas, visto que, essa noção já não pode ser reduzida a uma dicotomia rígida entre opressores e oprimidos, dominantes e dominados. Ao invés disso, Canclini alvitra que as dinâmicas contemporâneas envolvem uma multiplicidade de agentes culturais que participam ativamente na construção e na apropriação dos significados culturais.

Assim, as perspectivas de Canclini, aplicadas ao contexto de modernização pela qual Belém passou, oferece uma lente analítica que nos ajuda a compreender as transformações culturais, sociais e identitárias ocorridas na cidade, descortinando as implicações surgidas entre os diversos atores sociais em relação às políticas adotadas no período. Dessa maneira, a urbe paraense, a exemplo do que ocorreu nas diversas metrópoles latino-americanas,

⁶³ CANCLINI, 1990, p.92.

presencia um intrincado mosaico cultural desencadeado pelo aumento econômico do extrativismo gomífero, convergindo e, por vezes colidindo com as tradições locais.

Assim, a influência modernista europeia, perceptível na arquitetura, nas artes e nas práticas urbanas, é outro elemento chave na dinâmica cultural de Belém que, acaba criando uma narrativa complexa de resistência e adaptação pelos grupos marginalizados, política e economicamente, que frequentemente utilizam práticas culturais tradicionais como formas de contrapor à homogeneização impostas pelas influências externas, fortalecendo valores que compõe a identidade da cidade.

José Luis Romero (2011), em seu livro *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*, aborda as cidades na América Latina como espaços complexos que desempenhavam papel crucial na modernização da região, mas que também foram marcadas por desigualdades socioeconômicas e tensões políticas. Suas ideias e análises lançaram luz sobre vários aspectos das cidades e suas transformações ao longo do tempo argumentando que eram frequentemente os locais onde as elites econômicas e políticas exerciam sua influência e controle sobre a sociedade. Sua perspectiva enfatiza a complexidade das relações cidadinas como um reflexo das profundas transformações históricas que ocorreram na América Latina

todos advirtieron que em ellas se labraba un nuevo estilo de vida latinoamericana, signado, sin duda, por las influencias extranjeras pero oscuramente original, como era origina el proceso social y cultural que se desenvolvía em ellas. Metrópolis de imitación a primera vista, cada una de ellas escondía un matiz singular que se manifestaría poco a poco.”(ROMERO, 2011, p.250)

O autor é enfático sobre a importância das cidades como centros de poder político, econômico e social que, frequentemente passam por processos de modernização e urbanização, essenciais ao seu crescimento, além da busca de uma consolidação de poder e prestígio social por parte de uma elite crescente, o que por vezes se refletia na arquitetura, no planejamento urbano e nas instituições governamentais. Essas transformações despertava o desejo de participação nas oportunidades oferecidas pelo desenvolvimento urbano, criando a perspectiva de uma vida melhor, maior acesso à empregos, educação e serviços, bem com uma chance de melhorar seu status social:

En rigor, las metrópolis -grandes o pequeñas- que estaban en el horizonte de quienes sufrían el provincianismo les ofrecían, sobre todo, el señuelo del ascenso social. Eran ya las de las metrópolis típicas sociedades burguesas,

com los caracteres que habían adquirido sus modelos del mundo industrializado, o acaso com los caracteres que engendraba la imitación, más acentuados por certo que em el original. añoraban las sociedades provincianas esas aperturas que las sociedades burguesas ofrecian. Y esse sentimiento multiplico la diferenciación real entre las ciudades estancadas e las que se transformaban.”(ROMERO, 2011, p.259) ,

No entanto, na verdade, essa situação acabava por intensificar as diferenças não apenas entre cidades em desenvolvimento, como também entre as classes sociais.

Quando observamos essa análise de Romero sobre as cidades Latino-americanas, e fazemos uma comparação com a Belém da Belle Époque, percebemos que da mesma forma como foi descrito pelo autor, a ascensão econômica e as oportunidades de trabalho na capital paraense durante esse período geraram esperança e otimismo entre a população, ou ao menos em parte dela, incentivando migrações internas e externas em busca de melhores condições de vida. Como observa o autor:

Fue, justamente, la posibilidad y la esperanza del ascenso social lo que promivió la inmigración: del extranjero hacia los diversos países latino-americanos, y dentro de ellos, de las regiones pobres hacia las ricas, o de los campos hacia alas ciudades. La intensa movilidad geográfica correspondia a las expectativas de movilidad social que crecían hasta um grado obsessivo. Y si algunos pocos millares de recién llegados se incorporaban diretamente a las classes populares [...] porque hacia las grandes ciudad se dirigió preferentemente la inmigración, precisamente porque era em ellas donde esperaba encontrar la más amplia gama de posibilidades para tentar fortuna (ROMERO, 2011, 270)

Todavía, essas transformações trouxeram consigo, incertezas, pois o rápido crescimento econômico e demográfico também foi acompanhado por desafios sociais, como desigualdades, pobreza e condições de moradia e trabalho precários. Como demonstra Romero:

Quienes se apretujaban em las ciudades esperando un jornal o la limosna que les permitiera vivir sin él, los que sólo ganabn salários insuficientes para subsistir constituian, em verdade, um sector no menos marginal que el de la mala vida. Hasta que no conseguían sobrepasar ciertos niveles que los pusieran em la vía del posible ascenso, sus miembros no participaban realmente em la vida de uma sociedade que amaba em lujo y medía em dinero la significación de grupos y personas (ROMERO, 2011, p. 272).

Como podemos perceber, as mudanças que ocorreram nas estruturas sociais e no estilo de vida das cidades simbolizam um período de rápida transformação, em que novos grupos que compõe os estratos sociais emergiram e novos valores e ideais foram adotados. Essa

dinâmica é característica de momentos em que a modernização e a urbanização aceleradas, levaram cidades a se tornarem centros de mudanças socioculturais, e isso torna-se mais conspícuo na ascensão da nova burguesia, tendo em vista seu alcance de poder e influência consideráveis na sociedade urbana moderna.

Destarte, parece-nos evidente que a educação, em especial a disciplina de história, tem testemunhado ao longo do tempo mudanças significativas de modo a se adequar aos novos paradigmas enfrentados pela pesquisa historiográfica. Reflexo das mudanças ocorridas na sociedade, a educação e o Ensino de História estão cada vez mais conscientes das necessidades de abordar temas sensíveis e relevantes para compreensão do presente, como por exemplo, as experiências de grupos marginalizados, os impactos de impérios e colonizações, assim como também as dinâmicas globais de poder. De acordo como Circe Bittencourt (2008) a produção historiográfica, em particular sobre o Brasil, teve significativo crescimento, a partir dos anos 70, resultando numa ênfase maior nas análises das complexidades históricas, o que por conseguinte, transforma o currículo de história numa disciplina mais dinâmica e relevante para os alunos contemporâneos. Segundo a autora:

Essa produção pode ser acompanhada nas variadas publicações de livros e de artigos de revistas, como a *Revista Brasileira de História* da Anpuh. Essa recente produção historiográfica sobre o Brasil favorece, sem dúvida, a renovação dos conteúdos históricos escolares. Favorece a revisão dos “nós da história”, como a Independência do Brasil e a abolição dos escravos, além de possibilitar uma ruptura com a lógica da história eurocêntrica. (BITTENCOURT, 2008, p. 159).

Em vista disso, ao reconhecer e adaptar-se às exigências de seu tempo, o Ensino de História passou a abranger hoje uma ampla gama de temas, evidenciando os desafios enfrentados pelos professores, como equilibrar a necessidade de cobrir um vasto espectro de conteúdos históricos com a profundidade necessária para uma análise reflexiva. Isso envolve não apenas selecionar os temas mais relevantes e significativos para serem estudados, mas também incorporar métodos pedagógicos que estabeleça uma relação significativa e com sentido entre o conteúdo histórico ensinado e os estudantes, de modo que o processo de aprendizagem seja construído de maneira colaborativa.⁶⁴

Este enfoque na educação promove um aprendizado mais significativo, haja vista esse método de ensino reconhece e valoriza as experiências individuais dos alunos, permitindo que

⁶⁴ HERMIDA, Antônio Garcia: O(a) professor (a) de História e os desafios de um ensino que faça sentido para os(as) alunos(as). UNEB, 2021.

se torne um espaço de diálogo entre o passado e o presente, enriquecido pelas diversas perspectivas que cada aluno traz consigo. De acordo com Sandra Regina Ferreira de Oliveira (2019), cada vez mais os historiadores estão assumindo os riscos de escrever a história que considera as complexidades e a interconexão ao longo do tempo, de maneira que exige deles um esforço para entender e integrar as múltiplas camadas temporais e as diversas perspectivas que compõem o tecido histórico.⁶⁵

Esse esforço trouxe consigo uma busca pela compreensão do passado, feita com base nas impressões e compreensões dos alunos, que são moldadas pelas leituras que eles têm do mundo atual. Conforme sublinha a autora:

Ampliou-se a participação dos alunos que atuam como protagonistas no processo de construção do conhecimento trazendo para a sala de aula questionamentos que põem em movimento os saberes históricos apreendidos, relacionando-os com as vivências que elaboram sobre o tempo presente. Tais alunos lançam-se em direção à compreensão do passado, em direção a outras épocas, carregados de impressões e compreensões que são elaboradas a partir da leitura que têm do mundo. (OLIVEIRA, 2019, pp.21-22)

Tal abordagem, reconhece, no nosso entender que, a história é feita de muitos protagonistas e que cada um deles pode oferecer uma visão única do passado tornando o aprendizado “[...] ligado diretamente ao ato de conhecer e à relação do sujeito do conhecimento com o objeto/problema/situação a ser conhecido [...]”.⁶⁶ Além disso, ao ligar o aprendizado diretamente a esses elementos, fomenta-se um comprometimento mais ativo dos alunos, tornando-os partícipes dessa construção, oferecendo melhores formas de compreender a história e fortalecendo suas capacidades de pensar de maneira mais consciente.

Para tanto, buscou-se demonstrar nesse primeiro capítulo, que existe uma visão ampla do saber escolar que valoriza o contexto específico em que o conhecimento é ensinado e aprendido. Reconhecer que esse ambiente, as interações sociais e as experiências individuais de cada aluno influenciam a forma como esse conhecimento pode ser assimilado e reinterpretado é apenas uma parte do processo educacional. Esse processo dialógico

⁶⁵ OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; in.: Dicionário de ensino de história. Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2019.

⁶⁶ LIMA, Marta; in.: Dicionário de ensino de história. Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2019.

reconhece que o conhecimento é co-costruído por professores e alunos, onde é negociado em resposta às suas necessidades.

Percebe-se assim que, as análises das produções historiográficas citadas até aqui, podem dimensionar um pouco dos significados e das mudanças no Ensino de História ao longo do tempo, a partir das reflexões feitas sobre o implemento da modernização iniciadas por Antônio Lemos durante sua administração, na qual essas investigações revelam como a disciplina evoluiu de uma abordagem tradicional para uma perspectiva mais crítica e abstraída, capaz de integrar diversas metodologias e conteúdos que exprimem as complexidades e dinâmica da sociedade contemporânea.

Sob este ângulo, Wesley Garcia Ribeiro Silva pontua:

Assim, historiador seria aquele que investiga, debruçando-se nas temporalidades, decifrando-o, organizando-o, tomando-o compreensível em última instância, podendo conferir racionalidade aos processos, ações e eventos historicamente situados.⁶⁷

1.3 - Condições favoráveis: o ambiente propício para a burguesia gomífera

Nesse contexto, a burguesia que se forma na cidade de Belém, tornou-se influente e desempenhou um papel central nos avanços da modernização e na trajetória da urbanização e o desenvolvimento socioeconômico da região. A arquitetura e o planejamento urbano refletiam o prestígio alcançado por essa classe, predominantemente ligada ao comércio da borracha, e que exerciam, também, forte influência no poder político local, o que era observado nas medidas tomadas pela administração que favoreciam seus interesses, o que de certa forma, contribuía para a estabilidade política e administrativa da cidade. De acordo com Sérgio da Silva do Nascimento:

Enquanto a elite burguesa de Belém – seringalistas, proprietários de armazéns e casas exportadoras –, enriqueciam através da exportação da borracha, o seringueiro se endividava e era submetido a uma condição de exploração e cativeiro no barracão. O sucesso da comercialização desta matéria-prima atraiu migrantes nacionais e estrangeiros, o fluxo do comércio se intensificou no centro de Belém e a cidade foi transformada na sua

⁶⁷ SILVA, Wesley Garcia Ribeiro; in.: Dicionário de ensino de história. Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2019

estética e arquitetura, em favor do escoamento da produção e do acúmulo de riquezas. Na virada do século, a elite de Belém estabeleceu novas regras para o convívio social na cidade, identificando-se com a vida nas cidades modernas da Europa. Transformar a cidade era, em tempos de modernização, tentar abandonar o passado colonial e afirmar o monopólio das camadas dominantes do regime Republicano – as oligarquias regionais.⁶⁸

Por outro lado, é importante notar que, apesar das transformações urbanas e do aumento da influência da classe média, as estruturas sociais fundamentais da cidade nem sempre mudam de forma tão radical, as classes mais baixas continuavam a existir, e a disparidade entre os diferentes estratos sociais ainda era notável.

Apesar do progresso econômico e das melhorias pela qual Belém estava passando, a urbanização não foi capaz de erradicar as desigualdades socioeconômicas intrínsecas à sociedade, pelo contrário, nota-se nesse momento a persistência de uma estrutura social que mantinha as camadas distintas, uma vez que, os grupos desfavorecidos continuavam a enfrentar desafios econômicos, como acesso limitado a oportunidades de emprego digno e melhores condições de vida.

De acordo com Nascimento:

Com o crescimento do comércio em Belém, a elite da borracha vai tentar padronizar os costumes para modernizar o trabalho e incentivar a circulação de novos produtos e serviços, “novos padrões de consumo”. No entanto, essa modernização vai gerar conflitos, pois o processo de desenvolvimento do capitalismo, quando altera as relações sociais de produção, intensifica as desigualdades e dificulta a subsistência dos trabalhadores.(NASCIMENTO, 2017, p.20)

A história de Belém da *Belle Époque* exemplifica como o desenvolvimento econômico sistematicamente ocorre em paralelo à desigualdade e ao conflito social, com grupos privilegiados buscando modernizar a cidade, amiúde às custas dos trabalhadores e das camadas menos favorecidas da sociedade. Além disso, essa modernização que se estabeleceu na capital paraense, preservou e até acentuou uma cultura de subalternidade, no qual as subclasses, por vezes, eram marginalizadas e tinham a participação efetiva nas mudanças

⁶⁸ Apesar de compreender que, mesmo que não sejam considerados referências acadêmicas em trabalhos finais mais avançados, entendo a importância de utilizar trabalhos de graduação como ponto de partida para reflexões, pois eles podem oferecer percepções valiosas e contribuir para o entendimento de mudanças específicas em contextos locais. No caso da modernização da cidade de Belém, o trabalho utilizado aqui, ajudou a corroborar com os aspectos particulares dessa transformação urbana.

sociais, restrita, condicionando de maneira limitada suas vozes nas decisões que afetavam suas diretamente vidas.

Dessa maneira, a manutenção das estruturas sociais nas cidades, perpetuava as desigualdades e circunscravam as perspectivas de progresso para muitos, pois não havia elementos que desencadeassem transformações nas estruturas das classes dominantes ou qualquer diversificação das classes mais baixas. As políticas públicas de embelezamento de Belém, durante o ciclo da borracha, podem ter gerado conflitos e tensões na sociedade local, principalmente devido à contradição entre os costumes tradicionais e às mudanças introduzidas pela modernização. Como afirma Nascimento, “a partir das políticas públicas de embelezamento de Belém, conflitos e tensões emergem nessa sociedade, uma vez que os costumes da cidade moderna entram em contradição com os costumes tradicionais.”(NASCIMENTO,2017, p.21). Isso poderia ser percebido como uma ameaça à identidade cultural e à herança da cidade, causando estresse entre os moradores de longa data e as autoridades que promovem políticas de embelezamento, e como resultado desses esforços, têm-se a ocorrência de protestos e resistência por parte da população local que se sente proscrita.

A singularidade dos eventos históricos relacionados à modernização de Belém, põe o papel do professor como mediador do conhecimento histórico em uma posição crucial para ajudar os alunos a entenderem não apenas o que aconteceu, mas também “como” e “por que” essas mudanças ocorreram.

Assim sendo, a dinâmica urbana estabelecida durante o auge da exportação da borracha, em Belém, deixa claro que, as melhorias, embora apresentem características modernas, é conservadora em seu alcance e impacto, limitando-se a certos setores da sociedade, haja visto que, busca manter estruturas de poder existentes e preservar aspectos evidentes, em detrimento de uma transformação mais ampla e inclusiva, tudo isso impulsionado pelo desejo de manter o *status quo* e preservar as estruturas de poder estabelecidas.

As mudanças nas estruturas urbana e social de Belém durante o auge da exportação de borracha refletem a complexa dinâmica da urbanização em uma cidade em rápido crescimento econômico, tendo impacto na configuração da cidade e nas desigualdades socioeconômicas, que ainda podem ser observadas em algumas áreas urbanas até hoje.

De acordo com Karol Gillet Soares, a Belém da borracha “[...] foi uma era, se assim podemos dizer, do luxo e da modernização, em que a cidade se tornou mundialmente

conhecida [...]”⁶⁹, atraindo investimentos significativos, resultando em melhorias na infraestrutura da cidade, mas que a desigual distribuição das riquezas também era uma característica proeminente nesse período. A modernização e o desenvolvimento da infraestrutura beneficiaram principalmente as áreas urbanas e os setores mais ricos da sociedade, enquanto as comunidades rurais e periféricas cresciam em carência de serviços e estruturas básicas à sua subsistência, como afirma a autora “se esta foi uma era de riquezas, quer sejam de natureza econômica, patrimonial, urbana, essas riquezas não foram comuns à sua população como um todo.”⁷⁰ Portanto, considerar que, apesar das riquezas que o ciclo da borracha proporciona a cidade de Belém, o momento também é marcado por disparidades socioeconômicas que afetam a região. “Esta era a nova Belém, construída a partir do lema de Modernidade, Progresso e Civilização.”⁷¹

Durante nossa pesquisa para a elaboração desse trabalho, notamos que, enquanto havia todo um discurso elaborado de forma eloquente por parte do governo, as políticas exercidas naquele contexto, não condiziam com as ações possíveis que se alinhassem com a realidade vivida pela população menos favorecida na época. Essa discrepância entre retórica e ação é uma característica comum em muitos contextos políticos e históricos, onde promessas bem formuladas muitas vezes não se traduzem em mudanças palpáveis na vida das pessoas e os discursos são frequentemente utilizados para ganhar apoio popular e transmitir a ideia de que o governo está comprometido com o bem-estar de todas as classes.

Para Soares, a era da borracha em Belém, apesar de sua relativa brevidade, torna-se importante para podermos observar os fatores que influenciaram o desenvolvimento econômico da região, particularmente no que se refere à ascensão da borracha como fonte de riqueza, para compreender o “crescimento e urbanização de Belém”⁷², apreendendo a própria dinâmica social nesse período, além disso ao expor os efeitos desse desenvolvimento econômico na forma de morar, podemos perceber como essa população se adaptou em resposta às mudanças socioeconômicas e também sobre a vida cotidiana e as experiências das pessoas que habitavam a cidade, além de entender como tal desenvolvimento impactou as condições de moradia e o acesso à habitação para os diferentes grupos sociais. Nas falas da autora

⁶⁹ SOARES, Karol Gillet; *As Formas de Morar na Belém da Belle-époque*. UFPA, 2008, p. 35.

⁷⁰ *Ibid.*, p.35

⁷¹ SOARES, 2008, p.36

⁷² Soares, Karol Gillet: *AS FORMAS DE MORAR NA BELÉM DA BELLE-ÉPOQUE*, 2008, p.36

Com isso, podemos perceber que o crescimento urbano de Belém, impulsionado pela riqueza da borracha, criou uma nova fisionomia não somente para a cidade, mas uma nova fisionomia para cada classe social, revelada pelas formas de morar encontradas nos bairros da cidade.” (SOARES, 2008, p.37)

Ou seja, essas inovações, visto por nós como conservadora, tiveram impacto mais pronunciado em áreas urbanas específicas, enquanto outras regiões não experimentaram os mesmos níveis de desenvolvimento ou benefícios associados à modernização que, para a autora:

A riqueza da borracha não estimulou somente o desenvolvimento econômico da região, mas também foi capaz de financiar uma nova fisionomia urbana para os seus principais núcleos urbanos[...]. A borracha tornou-se fonte de riquezas. Aliás, poucos eram aqueles que realmente participavam dessa prosperidade econômica, o que compôs um novo tipo de elite, a gomífera. A grande atração desse legado de prosperidade, se é que podemos chamar assim, era a própria cidade. As capitais da borracha, como Belém e Manaus, encontravam-se muito mais próximas do ritmo de grandes centros, onde a circulação do capital proveniente desses recursos realmente pode se engendrar (SOARES, 2008, p.44).

Embora não seja minha intenção nesse trabalho, adentrar profundamente no período da economia da borracha, é crucial considerar a importância desse momento para a compreensão das novas realidades sociais que emergiram no início do século XX, em Belém. As prosperidades impulsionadas pela indústria gomífera tiveram impacto abrangente, onde as cidades ligadas à produção da borracha passaram a ser centros de comércio, modificando o “tecido urbano”, provocando migração de pessoas de várias partes do Brasil e do mundo em busca de oportunidades. Nesse sentido, conforme afirma Soares:

Assim, para o Poder Público era importante que Belém mantivesse sua urbanização atraente. Na prática, uma cidade modernamente bela era capaz de atrair mão-de-obra, financiamentos, lojas e comércios, entre outros interesses. Para este fim, seria necessário que o Poder Público investisse em melhorias no espaço urbano de Belém, nas mais diversas obras públicas. A construção dessa nova paisagem urbana era projetada a partir da renovação e construção de equipamentos urbanos, calçamentos, prédios públicos. Mas, sobretudo, a capital paraense deveria oferecer aos seus habitantes serviços urbanos e de infra-estrutura, como os encontrados nos grandes centros urbanos da Europa.(SOARES, 2008, p.44-45)

Essa estratégia, embora tenha trazido benefícios tangíveis em termos de modernização e crescimento econômico, também gerou algumas controvérsias, visto que, nem todos os

setores da sociedade experimentaram tais melhorias, pois essa abordagem não necessariamente era direcionada de maneira uniforme para todos os habitantes da região.

A nova elite formada pelos barões da borracha e os setores associados ao comércio e exportação foram os principais beneficiários. Isso resultou em um cenário onde uma pequena elite detinha maior parte do poder e dos recursos, enquanto uma grande parcela da população permanecia em condições de pobreza e marginalização. À vista disso, a presença e influência dessa elite não só moldaram a aparência física da cidade, com a construção de mansões e infraestrutura moderna, como também imprimiram uma cultura, etiqueta social, padrões de comportamento e as interações sociais na sociedade belemense da época, como nos mostra a autora:

O desenvolvimento econômico da região promovida pelo negócio da borracha provocou profundas alterações também em sua composição social, e por consequência no modo de vida, costumes e comportamento da população em geral.”(SOARES, 2008, p.45)

As disparidades no modo de vida e no comportamento dos habitantes do centro urbano de Belém passou a incomodar os grupos mais abastados da cidade que buscou imprimir seus esforços junto ao poder público, na tentativa de transformar a capital paraense em uma “Belém moderna”, tirando proveito da riqueza gerada nesse período, para consolidar sua influência que, de acordo com Soares “Esta seria a nova estrutura social imposta pela riqueza da borracha.”⁷³

A concepção burguesa de criar uma cidade que fosse não apenas um centro econômico, mas também cultural e intelectual da região, representou um tratamento abrangente para o desenvolvimento urbano, que envolveu a importação de influências europeias, buscando conferir à cidade um caráter cosmopolita e sofisticado. Vestígios dessa aspiração podem ser observados ainda hoje nas praças, parques, avenidas e nos projetos arquitetônicos presentes no centro de Belém. Entretanto, embora tenha havido esforços para transformar a cidade em um grande centro cultural sofisticado, é importante observar que, essa Belém moderna surgiu em meio a uma dinâmica complexa, onde o crescimento urbano ocorreu de maneira desigual e, em alguns casos, negligente por parte das autoridades públicas. Segundo Karol Gillet Soares:

⁷³ SOARES, 2008, p.47

Se Belém havia crescido muito pouco nos duzentos anos anteriores, a partir de 1880 a cidade teve o seu crescimento acelerado, com a criação de novos bairros, muito deles burgueses. A inevitável expansão urbana da capital paraense levou a cidade para áreas mais afastadas do centro, ocupando, assim, as áreas periféricas, situadas em locais alagáveis e consideradas impróprias para a habitação. Desta forma, podemos perceber que esta Belém moderna evoluiu em meio às contradições sociais e urbanas inerentes ao período de desenvolvimento econômico da região. Essas contradições urbanas cresceram paralelamente à sua expansão, em grande parte motivadas pela negligência do próprio Poder Público, que desenvolvia políticas e intervenções de forma desigual no espaço urbano da cidade.(SOARES, 2008, p.47)

Essas contradições e expansão para as áreas periféricas, muitas vezes por condições desfavoráveis de habitação, criam um terreno fértil para conflitos entre os interesses do governo e as necessidades da população, visto que “essas ações – melhorias e serviços de infraestrutura – concentraram-se apenas no centro urbano”⁷⁴ na qual a falta de planejamento urbano adequado, ausência de investimentos em infraestrutura básica, habitação precária e serviços públicos inadequados, são apenas alguns dos exemplos encontrados que contribuem para o aumento de condições desfavoráveis.

Conforme a autora:

Paris era um exemplo de cidade moderna. Para tornar Belém um equivalente amazônico de Paris, era necessário modificar quase por completo o seu espaço urbano. Esta era uma cidade que precisava ser revigorada, ou melhor, transformada numa capital digna da riqueza da borracha. E a Paris Tropical deveria ser transformada tanto quanto à estrutura física como também com respeito a suas relações sociais, através da europeização de costumes: no espaço urbano da cidade, considerado de caráter coletivo, todos deveriam comportar-se segundo padrões respeitosos ditados pela elite gomífera. Para atingir esse objetivo, Belém adotou no bojo de sua concepção o modelo de urbanização de Paris (SOARES, 2008, p.49)

A ideia de adotar o modelo de urbanização, tendo Paris como referência para as transformações de Belém, apontam para uma tentativa de afirmação da cidade como uma capital de prestígio e influência cultural, como também elevar sua visibilidade em todo o país. Essa estratégia não era apenas uma busca por estética e modernidade, mas uma forma de afirmar sua relevância e importância em âmbito nacional. Ao destacar-se como uma cidade moderna e culturalmente influente, permitiria a Belém diferenciar-se das outras cidades brasileiras, o que lhe daria destaque de uma identidade única, lhe conferindo o prestígio

⁷⁴ Ibid., p.47

almejado. Esse fenômeno multifacetado da modernização, fortemente influenciado por valores estéticos e por uma ideologia positivista de progresso do regime republicano, todos combinados, resultaram em uma transformação urbana que buscava não apenas crescimento e eficiência, mas também beleza, segurança e modernidade, conforme os ideais da época.

Essa significativa influência exercida pela elite local na sociedade belenense da época, delinea o processo de modernização de Belém não apenas por seu crescimento econômico, bem como reflete os valores e ideias que são símbolo do progresso daquele período. Porém, é durante a intendência de Antônio José de Lemos (1897-1911), que Belém presencia as maiores transformações pela qual uma cidade passaria naquele período, e talvez, não presenciemos hoje, modificações de tamanha magnitude. Contudo, é necessário discutir Belém, como espaço inclusivo, que leve em conta tanto o centro urbano quanto as áreas periféricas. O discurso que enfatiza a beleza, o saneamento e o progresso muitas vezes negligenciam as periferias, deixando essas áreas à margem das grandes realizações e melhorias, apontando para desigualdades no desenvolvimento urbano, em que os benefícios da modernização não são distribuídos de maneira equitativa por toda cidade e sociedade.⁷⁵

Essa disparidade entre o centro e as periferias reverbera um desafio comum em processo de modernização urbana, onde determinadas áreas recebem maior atenção e investimento, enquanto outras são negligenciadas. Apesar das melhorias visíveis no centro urbano belenense, o lídimo valor de um processo de modernização está na sua capacidade de beneficiar toda população, no entanto, o que se observou foi que “na prática, esta organização espacial significou afastar aqueles que não participavam diretamente das riquezas da borracha, aqueles que enfeavam o centro urbano – ou seja, aqueles que *destruíam* a concepção da *Belém moderna*”⁷⁶.

Dessa forma, a busca por uma Belém que representasse a estética dos ideais de modernidade, muitas vezes envolveram decisões que impactaram diferentemente nos diversos segmentos da população, pois, tal prática, embora tenha contribuído para um centro urbano que esteticamente tornou-se mais atraente e sofisticado para os padrões da época, dispôs de implicações sociais significativas, onde determinados grupos foram direcionados para áreas periféricas ou menos privilegiadas da cidade, contribuindo para enclaves distintos na urbe.

De acordo com Soares:

⁷⁵ Fazer referencia ao que Soares fala na pag. 52(Contudo, é preciso pôr em discussão uma Belém que se estende do centro urbano às áreas mais periféricas, as quais ficavam à margem das grandes realizações referidas num discurso político envolvendo beleza, saneamento e progresso na capital paraense)

⁷⁶ SOARES, 2008, p.52

Serviços urbanos que, em grande parte de caráter privado, eram condizentes com taxas que nem todos poderiam pagar, de modo que apenas as famílias mais abastadas acabavam podendo usufruir dessas novas melhorias, o que levou a população com menor poder aquisitivo a ter acesso restrito a essas benesses.(SOARES, 2008, p.64)

Essa condição resultou em um acesso restrito às melhorias que estavam ocorrendo para as famílias com menor poder aquisitivo. É interessante observar nessa situação que não houve por parte do governo a tentativa de inserir essa parte da população nessa nova realidade que se fazia presente. Ao contrário, o que se viu foi o “empurramento” dessas pessoas para áreas mais afastadas do centro da cidade, numa forma de exclusão social, o que em certa medida, servirá de “mola propulsora” para conflitos entre o governo e a população.

CAPITULO 2

Belém Modernizada: Ensino e Aprendizado das Transformações Urbanas

Como podemos perceber, as discussões feitas até aqui nos mostram como o projeto da modernização feito pela intendência paraense durante a administração lemist, nos dão ideia das dificuldades enfrentadas pela classe baixa da população que, ao se deparar com a situação de ser “esquecida” desse processo, mostra como esses avanços, muitas vezes, inacessíveis ou irrelevantes para os mais pobres, agravou ainda mais as desigualdades existentes. Esse período de transformação, do início do século XX, oferece um rico material para ao Ensino de História, permitindo que seja possível explorar as dinâmicas urbanas e suas implicações sociais. Assim, a proposta de debater e ensinar sobre as transformações urbanas de Belém, durante o governo de Antônio Lemos, concerne à educação, em especial ao Ensino de História, a responsabilidade de estimular os alunos a aprenderem a questionar e promover o conhecimento e a valorização da história local, o que pode fortalecer a identidade cultural dos educandos e seu senso de pertencimento à cidade.

2.1 – Pertinência do estudo

Sempre me chamou a atenção a forma como era narrada a história da intendência de Antônio Lemos, durante o período em que esteve à frente da administração pública, na capital

paraense, e que se estende *post mortem* à lembrança de “ser considerado o melhor administrador de Belém.”⁷⁷ Essa imagem, presente na memória da cidade, é frequentemente lembrada e objeto de debates, sendo que se percebe o enaltecimento de sua “figura”, como o “homem que modernizou a cidade de Belém”, que ousou pôr a capital paraense no cenário mundial de cidades modernas. O visionário que trouxe avanços significativos para a capital paraense, são vistas como tentativas de elevar o *status* e a imagem da cidade tornando-a mais atraente, funcional e adequada aos padrões modernos. Sua administração também buscou estimular a cultura, o lazer e a realização de eventos sociais, reforçando a ideia de uma Belém cosmopolita e em sintonia com as tendências internacionais.

Essa imagem de Antônio Lemos como modernizador da cidade de Belém está ligada à sua atuação em um período de transformações significativas na história do Pará e do Brasil, com a expansão da economia da borracha e crescente influência do comércio internacional, além de refletir uma característica de muitos líderes da época, que buscavam modernizar a cidade seguindo padrões europeus. Esses líderes, muitas vezes adotaram uma perspectiva paternalista, acreditando que tinham a responsabilidade de orientar a população em direção a um modo de vida mais “civilizado”. Lemos buscava criar uma área central da cidade que refletisse os ideais de ordem, beleza e progresso, qualidades associadas aos centros urbanos modernos na época. Entretanto, como iremos perceber, o que se mostra é uma governança marcada pela exclusão e desigualdade.

Segundo Maria de Nazaré Sarges (1998), “[...] recordar Belém da virada do século, com suas ruas pavimentadas e praças embelezadas, necessariamente remete ao mito da *Belle Époque* simbolizado na figura de Antônio José de Lemos” (SARGES, 1998, p.11), visto que suas iniciativas de urbanização, embelezamento e modernização não apenas melhoraram a infraestrutura da cidade, mas também ajudaram a criar uma atmosfera de sofisticação e progresso.

A Belém que Lemos vislumbrou, era uma cópia da então capital europeia, que passara pelo mesmo processo de modernização, erigidas por Haussman⁷⁸, que “mudam a maneira de pensar a cidade”, com suas largas ruas, transportes públicos modernos, energia elétrica, praças públicas bem-organizadas, teatros, tudo o que era modelo de modernização Belém possuía. E

⁷⁷ Sarges, Maria de Nazaré: Memórias do Velho Intendente, 1998, p. 13

⁷⁸ Georges-Eugène Haussmann foi um urbanista que desempenhou um papel significativo na transformação de Paris durante o Segundo Império Francês, sob o governo de Napoleão III. Ele redesenhou a cidade, criando amplas avenidas, reformando praças, instalando sistemas de esgoto e água potável, modernizando a estrutura urbana como um todo

Lemos não mediu esforços para que se realizasse suas benfeitorias. Esses projetos frequentemente buscavam resolver problemas urbanos através de melhorias na infraestrutura urbana e no desenvolvimento cultural, pois acreditava-se que ao seguir esse modelo, Belém se tornaria uma cidade mais desenvolvida e conseqüentemente mais atraente para investidores e imigrantes.

Porém, precisamos salientar que, enquanto Lemos tentava modernizar a cidade, ele também enfrentava desafios únicos e limitações locais, como clima tropical, uma geografia específica da região e as contradições culturais e sociais que terminam por entrar em conflito com a visão de progresso da intendência, levando a tensões e resistência a certas reformas. Belém era uma cidade multicultural, com uma diversidade de povos indígenas, afrodescendentes, imigrantes vindos de vários lugares e outros grupos que formavam uma vasta diversidade étnica.

Nesse sentido, a contextualização dos eventos que fazem parte desse processo, devem ser situados em seu contexto temporal e espacial, em conexão com o tema proposto, visto que esses “fatos históricos”, não existem isoladamente. Como destaca Circe Bittencourt:

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço acompanhado de uma série de documentos que comprovam sua existência. É preciso ligar fatos a temas e aos sujeitos que os produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos é preciso uma análise, que deve obedecer a determinado princípio. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. (BITTENCOURT, 2008, p.183).

Isto posto, criar um ambiente que ajude os alunos a compreenderem as várias experiências, dos diferentes grupos e indivíduos ao longo da história, além de contribuir com que eles percebam a relevância da História em suas vidas, promove um aprendizado ativo e mais envolvente.

2 - O Cenário Urbano Transformado: Marcas da Modernização Lemista

Sob a liderança de Antônio Lemos, houve um esforço notável para reformar e modernizar Belém, especialmente nas áreas ocupadas pelas elites. Essas reformas urbanas tinham como objetivo atender aos padrões “civilizados” da nova elite paraense, exprimindo a ênfase nas ideias de progresso e civilização vigentes naquele momento.

A “expulsão” de famílias pobres das áreas centrais para pontos mais distantes da cidade é um reflexo do processo de gentrificação e de desenvolvimento populacional que frequentemente acompanham os períodos de desenvolvimento urbano acelerado. Um ponto importante a ser destacado, é que, o processo de modernização frequentemente envolve uma luta de valores culturais e suas práticas que muitas vezes entram em conflito com a visão de uma cidade moderna promovida pelos grupos dominantes. Isso se deixa transparecer nos meios de disseminação de ideias, com o objetivo de influenciar a percepção pública de modo a favorecer a visão de mundo dos grupos em conflitos. Assim, os jornais desempenhavam um papel significativo como veículo de propagação de ideias durante o período pesquisado.

O resultado disso, foi uma dinâmica social complexa que levavam a uma estigmatização e marginalização da classe pobre de Belém que eram frequentemente vistas como uma ameaça à ordem social estabelecida. Com frequência “nos discursos jornalísticos e policiais, era muito comum se confundirem “classes pobres” e “classes perigosas”,⁷⁹ devido às suas práticas culturais que divergiam consideravelmente dos padrões europeus de comportamento e estética, levando a uma marginalização e discriminação de seus habitantes, onde essa elite quase sempre considerava tais práticas como “não civilizadas” ou “atrasadas” “consideradas como perigosas ou de má influência para a sociedade”⁸⁰

A busca por um estado de civilização e progresso compreende vários elementos da vida social e urbana que envolve muitas vezes a imposição de normas e regulamentações em áreas diversas, que vai desde comportamento em público às práticas e festividades culturais, e isso ecoa frequentemente na influência de ideias e valores específicos que eram predominantes na época.

De acordo com Leticia Souto Pantoja, “Belém surge como espaço de convergência de diversas culturas e nacionalidades, revelando-se como um território forjado a partir do embate entre diferentes formas de sobreviver na cidade”⁸¹, indicando que a construção de uma identidade da cidade está intrinsecamente ligada a conflitos e interações das diferentes formas de vida que habitam a urbe paraense. segundo a autora:

⁷⁹ Ver: Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 20-29

⁸⁰ LEAL, Luiz Augusto Pinheiro: *CAPOEIRA, BOI-BUMBÁ E POLÍTICA NO PARÁ REPUBLICANO (1889-1906)*. *Afro-Ásia*, 32 (2005), 2410-0269

⁸¹ PANTOJA, Leticia Souto; *Au Jour le Jour – Cotidiano, Moradia e Trabalho em Belém (1890-1910)*. PUC/SP, 2005, p.106

Os periódicos, ofícios de autoridades, autos de processos crimes e ocorrências policiais também atestam a diversidade que existia na cidade onde a população local formava uma realidade complexa, híbrida e fluída, na qual imigrantes de inúmeras nacionalidades misturavam-se cotidianamente a nacionais pobres, caboclos locais e estrangeiros enriquecidos.(PANTOJA, 2005, p.109)

Essa combinação de realidades diversas, cria um panorama no qual as multifacetadas realidades que se encontram no complexo urbano de Belém, na virada do século XIX, aponta para a formação de uma sociedade, onde as fronteiras entre as identidades poderiam ser permeáveis, indicando que a diversidade não era apenas cultural, mas também se estendia a questões legais e de ordem pública, implicando desafios no modo de viver da elite cidadina que buscava padrões de civilização que parecia estar longe de ser alcançado.

Dessa forma, afirma Pantoja;

Tem-se assim que a cidade não pode ser circunscrita ao universo discursivo do belo, do moderno ou daquilo que as camadas abastadas classificavam como civilizado nas folhas jornalísticas. Além das aulas de dança no Sport Club, dos batizados de mimosas crianças, fruto de uniões conjugais, das exposições de vinhos, frutas e doces importados, das residências em rocinhas e sobrados, havia uma urbe mais complexa e matizada, onde a multiplicidade de práticas cotidianas de sobrevivência imprimia nos espaços formais plurais de autoridade.

Em outras palavras, no Pará e na sua capital Belém, além de brancos remediados e enriquecidos, habitavam muitos pardos, negros e indígenas, nacionais e estrangeiros pobre, trabalhadores de pequenos ganhos e desocupados. Estes indivíduos não só transitavam pelos espaços que o poder público procurava remodelar, como também os ocuparam de forma espontânea e pró-ativa. Nos modos de viver desses indivíduos, pode-se vislumbrar formas de sociabilidade, família, moradia, consumo e trabalho que se distinguem daquelas descritas pelo segmento letrado de Belém. Não obstante, são urbanidades tão constitutivas da história da cidade, tanto quanto as ações dos segmentos letrados.(Pantoja, 2005, p.109-110)

Ao experimentar um aumento nas atividades econômicas, a cidade de Belém impulsiona o desenvolvimento urbano, o que em certa medida, contribui para uma diversificação da população, com a chegada de pessoas de diferentes origens em busca de melhores oportunidades. Essa situação aumenta a disputa pelo poder e influência, consequência natural desse cenário, surgindo novos modos de inserção social à medida que a cidade se transforma, possibilitando novas perspectivas para alguns e desafios para outros, “principalmente porque as hierarquias sociais urbanas de Belém, entre os anos de 1890 e 1910, não se definiam apenas em virtude da condição econômica do indivíduo, mas também a partir das diferentes raças, gênero, níveis de inserção no mundo do trabalho e, especialmente,

pelo domínio de certas sensibilidades, comportamentos, e formas de morar pautadas nos emergentes valores da modernidade”(PANTOJA, 2005, p.111).

Segundo Pantoja, Belém não pode ser visto apenas como um centro urbano físico ou como um mero produto de investimentos econômicos, mas precisa ser observada como um organismo vivo, moldado pelas complexas interações de pessoas que vivem nela. Ao refletir sobre a formação da urbe belenense, é importante considerar que a cidade é dinâmica, que evolui ao longo do tempo e é influenciada por uma variedade de fatores. Ou seja, para a autora, a cidade é um espaço onde a vida das pessoas se desenvolvem, identidades são formadas, de modo que o ambiente urbano torna-se bidirecional, onde à medida em que se desenvolve e influencia os padrões de comportamento, a cidade molda os hábitos das pessoas enquanto é moldada por eles, como se observa “nas entrelinhas dos discursos jornalísticos, parece haver uma “outra cidade” dentro da própria urbe remodelada.”⁸²

De fato, essas diferentes características, próprias do desenvolvimento desigual de uma sociedade, com diferentes níveis de crescimento, tornara a urbe um espaço simbólico e matéria que, segundo a autora “abrigava pessoas de má índole, cujos comportamentos ameaçavam a boa ordem social belenense”(Pantoja, 2005, p.115). Para combater essa percepção negativa da classe menos favorecida, é crucial desconstruir estereótipos negativos associados à classe pobre, e isso, envolve uma mudança na percepção pública e uma valorização da diversidade cultural, reconhecendo a riqueza e a complexidade das práticas culturais de todos os grupos sociais.

Segundo Pantoja : para corresponder à periculosidade que se acreditava imperar nessa Belém empobrecida e incivilizada, os jornais e os gestores públicos passaram a construir arquétipos sobre o comportamento nutridos por seus habitantes.⁸³ A construção desses aspectos negativos de parte da população, resulta numa alocação desigual de recursos, impactando a vida das pessoas e dificultando o acesso a recursos e serviços, além de um isolamento social que, em casos extremos podem resultar em conflitos e violência.

De acordo com a autora, percebe-se nos discursos jornalísticos da época a associação feita entre crime, pobreza, caráter e a constituição biológica dos sujeitos que, por conta desses julgamentos morais presume-se que a pobreza está diretamente associada ao caráter pessoal, ignorando por conta de uma visão simplista, as disparidades estruturais e sistêmica que

⁸² PANTOJA, 2005, p.115

⁸³ Ibid., p.116

contribuem para a falta de compreensão das complexidades subjacentes aos problemas sociais.

Os esforços da administração lealista para transformar a cidade devem ser observados à luz desses desafios e das complexidades associadas à implementação das ideias modernizadoras em um contexto amazônico, pois, percebe-se que a população foi diretamente impactada pelas medidas inovadoras de Antônio José de Lemos, haja vista que suas reformas tiveram um efeito significativo na qualidade de vida e no cotidiano dos habitantes da cidade. Em geral, as iniciativas do intendente foram recebidas com uma mistura de apoio e críticas por parte da população, incluindo seus apoiadores e opositores, e tais percepções variaram dependendo dos diferentes grupos e interesses da sociedade da época.

De acordo com Maria de Nazaré Sarges (1998):

A administração de Lemos pode ser encontrada tanto nas manchetes políticas da Folha do Norte e na A Província do Pará, quanto nas colunas policiais, quando a população contestava as normas implementadas pelo intendente. Trata-se, num certo sentido, de mostrar o “outro lado” da belle époque, na qual os sujeitos silenciados se movimentam nessa trama tecida em nome da civilização. (SARGES, 1998, p.11-12).

Dessa forma, este trabalho pretende mostrar a importância de mencionar que, como em qualquer processo de transformação urbana, nem todos os setores da população foram beneficiados de maneira igualitária. Embora as reformas lideradas por Lemos possam ter contribuído para a modernização de Belém, torna-se pertinente reconhecer que essas ações também tiveram impactos negativos em termos de justiça social, tendo em vista que, suas medidas-muitas vezes de forma violenta-, causaram deslocamentos e remoções de comunidades que foram empurradas para as margens da cidade, o que pode ter gerado descontentamento em parte da população. Além disso, a violência e a coerção frequentemente associadas a tais remoções forçadas, podem ter exacerbado as tensões sociais e aumentado o ressentimento contra as autoridades locais e o próprio governo.

A violência e as arbitrariedades, eram, de fato, uma realidade para muitos desses moradores. Franciane Gama Lacerda e Maria de Nazaré Sarges (2009), no artigo “*De Herodes a Pilatos: Violência e Poder n Belém da Virada do Século XIX para o XX*”,⁸⁴

⁸⁴ LACERDA, Franciane Gama e SARGES, Maria de Nazaré: *De Herodes a Pilatos: Violência e Poder n Belém da Virada do Século XIX para o XX*. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009, p. 165

abordam a questão da violência utilizada pela polícia da municipalidade contra as manifestações populares, e como era retratado nos periódicos da época:

De fato, sendo as ações de violência uma constante na vida de muitos moradores pobres da cidade era corriqueira na imprensa e na fala de pessoas que denunciavam tais arbitrariedades a recorrência a expressões que tinham a “guerra” como centro do discurso a fim de elucidar o caráter da violência sofrida.”⁸⁵

É importante destacar que, como ocorreu em muitas cidades ao redor do mundo, as comunidades mais pobres enfrentam altos níveis de violência e criminalidade, e Belém não é exceção. Quando se trata de comunicar e denunciar essas situações, é comum que a linguagem inclua metáforas relacionadas à ideia de “guerra”, por exemplo, para enfatizar a gravidade da violência sofrida por essas comunidades. Dessa maneira, a intensidade e a brutalidade das mudanças que ocorreram durante as transformações na cidade de Belém, revelam que as ações de Antônio Lemos e sua administração, foram percebidas como impositivas e opressivas por parte da população mais marginalizadas, muito bem-posta na expressão “guerra” descrevendo o sofrimento real e as condições precárias enfrentadas por esses moradores.

De acordo com Lacerda e Sarges, eram comuns, nas páginas dos jornais da época, estamparem notícias de violência causada pela administração lealista:

Assim, consta na mesma Folha do Norte, a história da viúva Anna Medeiros, que teria procurado a redação daquele periódico para queixar-se dos agentes da higiene que invadiram sua casa, e ali “penetraram como em país conquistado” para fazerem o serviço de desinfecção. Ao fazerem este serviço, de acordo com o jornal, o fizeram tão “barbaramente” que aspergiram creolina até sobre as redes, em uma das quais se encontrava uma mocinha, neta da viúva, que estava doente, além da mesma encontrar-se sozinha em casa. Este trágico episódio, de abuso de poder e de invasão de domicílio, é bastante instigante para ilustrar as muitas e complexas relações que se estabeleceram entre os segmentos da população e o poder público paraense.⁸⁶

É importante observar que a cobertura dada pela imprensa local, na época, refletia também uma narrativa específica, sujeita a interpretações e agendas editoriais, como se observa:

⁸⁵ LACERDA, Franciane Gama e SARGES, Maria de Nazaré: *De Herodes a Pilatos: Violência e Poder n Belém da Virada do Século XIX para o XX*. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009, p. 166

⁸⁶ *Ibid.*, p.166

Conforme evidenciou a notícia, sobreviver na dura condição de trabalhador informal parecia ser uma realidade na cidade de Belém no início do século XX, como denuncia o jornal em uma de suas colunas diárias, embora consideremos que a Folha do Norte era a trincheira da oposição ao intendente Antônio Lemos, que esteve à frente da Intendência de Belém entre 1897 e 1911. A pressuposta autonomia dos trabalhadores ambulantes se relativiza diante do controle estabelecido pelo poder público com o processo de modernização que se instala com a economia da borracha na região amazônica. Dessa forma, o espaço público que se confunde com o espaço social se transforma na paisagem que deve ser rigorosamente policiada pelos fiscais detentores de poder de força para a implementação da modernidade civilizatória.⁸⁷

Portanto, ao analisar essas informações, é imprescindível que se leve em consideração um contexto mais amplo de observação, avaliar as fontes disponíveis e possíveis vieses na cobertura jornalística da época, pois como sabemos a História produz narrativas a partir de uma variedade de fontes, e essas possuem suas próprias limitações, portanto, examinar as distorções dos acontecimentos, que são comuns nos meios de comunicação, implica não apenas em revisar os relatos jornalísticos, como também buscar outros meios de perspectivas que possam nos fornecer maior clareza ou contrapontos às narrativas predominantes, visto que podem atender a interesses específicos.

2.1 - A Modernidade sob a Ótica de Antônio José de Lemos

Antônio Lemos foi uma figura proeminente na política do Pará no final do século XIX e início do século XX, sua iniciativa na tentativa de modernizar a cidade o tornou uma figura influente na fase republicana do Estado do Pará. Para seus admiradores, Lemos passa a ser visto como o “maranhense que veio predestinado a fazer de Belém a cidade mais imponente da Amazônia, como também tornar-se a figura política mais importante da fase republicana paraense”.⁸⁸ Por outro lado, vemos grupos de oposição tecendo intensas críticas a respeito da forma como o intendente administra os recursos públicos. Houve críticas à sua gestão, incluindo denúncia de corrupção e nepotismo. Os “lauristas” - como ficaram conhecidos, por conta de seu adversário políticos, Lauro Sodré-, utilizavam de todos os recursos que possuíam para demonstrar os efeitos desastrosos, causados pelos gastos excessivos do intendente, o que

⁸⁷ Ibid., p. 166

⁸⁸ SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; *Memórias do “Velho” Intendente: Antônio Lemos – 1869 – 1973*, 1998, p.42.

de fato não deixava de ser verdade, pois Lemos não escondia a opulência com que levava sua vida, particular e pública. Isso pode ser observado nas festas anuais em comemoração ao seu aniversário que “[...] serviram para reforçar a imagem do administrador sobre os cidadãos, fossem eles correligionário ou opositores”⁸⁹

Os opositores de Lemos procuram desacreditar sua administração e questionar sua conduta como líder político e administrador público: acusações de corrupção, mau uso dos recursos públicos e benefício pessoais em detrimento do bem público. Todos os artifícios utilizados que tentavam desgastar a reputação do adversário. Isso se torna claro na pequena passagem introdutória do livro de Maria de Nazaré Sarges, *“Memórias do velho intendente”*, escritas por José Maia B. Neto:

Mas, tal fabricação da imagem do famoso intendente municipal de Belém compreendia igualmente o seu reverso: a detração da pessoa e imagem de Antônio Lemos por seus opositores, em meio aos embates políticos entre lemistas e lauristas.⁹⁰

Com efeito, de acordo com Adriana Modesto Coimbra (2014), “a urbanização de Belém do Pará durante a Primeira República ocorreu neste ambiente de intensas disputas políticas pelo qual o país estava passando”⁹¹, e essa situação se refletia nas dinâmicas locais, como ocorre na capital paraense, no qual os eventos passam a refletir, não apenas as divergências em relação às estratégias adotadas para o desenvolvimento urbano ou a distribuição de recursos, mas questiona o próprio papel do governo na configuração da cidade. Não foi por acaso que, Lemos tratou de conquistar apoio em áreas além da capital que pudesse consolidar sua hegemonia política no Estado, conferindo-lhe vantagens significativas, o que lhe permitiu manter sua posição por um longo período. No entanto, acrescenta a autora “as ações de Antônio Lemos para urbanizar Belém forneceram argumentos para que seus opositores combatessem a hegemonia política que ele e seu grupo haviam conquistado.”⁹²

O fato é que, como afirma a autora, “durante quase quatorze anos de governo não houve quem pudesse fazer frente a seu poder[...]⁹³, de modo que, a concentração de poder em uma única figura política por um período tão extenso nos permite compreender o contexto

⁸⁹ SARGES, 1998, p.72.

⁹⁰ Texto encontra-se no prefácio do Livro: *Memórias do Velho Intendente*, 2002, publicado pela editora Pakatatu, que foi tese de doutoramento de Maria de Nazaré Sarges.

⁹¹ COIMBRA, Adriana Modesto; *A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938*, p. 28

⁹² *Ibid.*, p. 28

⁹³ *Ibid.*, p.28

político que se estabelece na cidade de Belém, nos primeiros anos do século XX, com todas as suas complexidades envolvidas na gestão do poder local. Essa concentração de poder destaca a importância de considerar não apenas as políticas urbanas inovadoras, mas também suas dinâmicas mais amplas que moldaram o desenvolvimento e a trajetória da cidade.

A hegemonia no governo de Antônio Lemos, de 1897 a 1911, foi frequentemente acusada pelo uso de favores pessoais com a intenção de angariar apoio político e por sua falta de transparência nas transações governamentais, como foi o caso do próprio desenvolvimento urbano, percebido como beneficiando determinadas áreas ou grupos. A imprensa costumava ser um canal crucial para a expressão de diversas opiniões e para a denúncia de práticas que eram consideradas relevantes ao interesse público. Como nos mostra Coimbra:

As concessões para modernizar a cidade, feitas a pessoas próximas ao intendente, foram uma característica marcante do —governo Lemos—. Muitos engenheiros foram beneficiados neste processo. A oposição política personificada em Lauro Sodré e efetivada por Cyprino Santos e Firmo Braga, redatores do jornal local *Folha do Norte*, não deu trégua durante grande parte do governo de Antônio Lemos, denunciando e fazendo severas críticas ao modo como ele utilizava o erário público e conduzia a urbanização da cidade. Estabeleceu-se, então, um longo período de acusações mútuas por meio dos jornais locais, principalmente na *Folha do Norte* e na *Província do Pará*— este último veículo de propriedade de Antônio Lemos. Outros jornais como *O jornal* e *O Estado do Pará*, também tomaram partido, o primeiro a favor de Antônio Lemos e o último a favor de Lauro Sodré.⁹⁴

As críticas veiculadas nesses meios de comunicação desencadearam debates que, no governo de Antônio Lemos, essa cobertura midiática desempenhou papel importante na formação de opinião pública atuando na percepção da população sobre a intendência lemist. A imprensa não apenas informa, mas também molda a percepção e a maneira como as pessoas entendem as ações do governo e interpretam os eventos políticos. A forma como a opinião pública reagia às informações que recebiam, refletem as controvérsas políticas sociais da época que ajudam a delinear a memória coletiva sobre o governo de Antônio José de Lemos em Belém do Pará. Desse modo, evidencia Coimbra “até 1912 podiam-se ler diariamente notícias nas páginas dos jornais supracitados, onde ficava clara a existência da polarização política protagonizada por Lauro Sodré e Antônio Lemos durante as primeiras décadas da Primeira República no Pará.”⁹⁵

⁹⁴ COIMBRA, 2014, p.29

⁹⁵ COIMBRA, 2014, p.31

De acordo com Rodrigo Neves Gomes (2022), a imprensa belenense experimentou avanços tecnológicos que revolucionaram o processo de produção gráfica, o que permitiu um aumento significativo na tiragem dos jornais, além de possibilitar a produção em massa de exemplares com uma qualidade de impressão muito superior à das técnicas anteriores.⁹⁶

Discutir a relações que Lemos tinha com seus opositores e a imprensa, não é o cerne dessa dissertação, no entanto, analisar tais liames permite-nos compreender como as políticas da intendência foram entendidas e recebidas pela população, em particular os segmentos mais pobres, que avalia as desigualdades sociais resultantes das políticas de urbanização pela perspectiva do observador, ou seja, esses estratos sociais aquilatam os melhoramentos realizados de acordo com os benefícios recebidos, e a partir de então, se manifestam a favor ou contra o governo. Segundo Coimbra;

Ao denunciar irregularidades na administração de Antônio Lemos, o jornal laurista, Folha do Norte, construía a sua oposição política, onde o argumento central era a ideia de que Antônio Lemos governava apenas para um ciclo restrito de pessoas, composto por: seus amigos, seus parentes e seus correligionários políticos.(COIMBRA, 2014, p.33).

Essa linha de argumentação por parte do jornal, buscava atingir vários objetivos, como por exemplo, a exposição do nepotismo, tentando minar a legitimidade do governo, visto que os beneficiários eram apenas pessoas mais próximas ao intendente. Dessa forma, buscava-se mobilizar a opinião pública contra o governo de Antônio Lemos, como parte de uma estratégia para desafiar o domínio político do governo em Belém, alimentando dúvidas sobre sua capacidade de representar e atender às necessidades de toda população.

Assim, a estratégia de denunciar essas irregularidades ajudava a construir uma narrativa mais ampla sobre a natureza do governo e sua relação com a população em que, o periódico, A “Folha buscava mostrar que as benesses oferecidas por este Intendente,”⁹⁷ contrastava com as preocupações de parte da população, especialmente aquelas que não se beneficiavam de tais políticas. Desse modo, as disputas pelo poder e as diferentes visões sobre a administração de Belém do Pará durante o governo de Antônio Lemos, refletiam as divergências sobre as políticas urbanas, distribuição de recursos, e a própria natureza da representação política. Entretanto, é comum na análise desse cenário, serem feitas reflexões que abarcam apenas os grupos políticos envolvidos nas disputas pela administração pública,

⁹⁶ GOMES, Rodrigo Neves; A imprensa ilustrada: uma análise das representações fotográficas em Belém. UFPA, 2022, p. 27.

⁹⁷ COIMBRA, 2014, p.33.

negligenciando uma terceira via de observação que inclui perspectivas que não está homologado com nenhum dos grupos políticos, mas que ainda assim desempenham um papel importante nesse cenário: as vozes marginalizadas (que será visto em um outro momento).

Como podemos observar, houve durante a intendência de Antônio Lemos, uma disputa narrativa empreendida pelos periódicos que circulavam na época, comum em contextos políticos, onde os veículos de comunicação desempenham um papel significativo na formação da opinião pública, como mostra Coimbra: Não era raro que fossem utilizados periódicos como espaço de convencimento político da população durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX.⁹⁸ Os jornais eram uma fonte primária de informações para a maioria das pessoas naquela época, e os proprietários, editores e escritores muitas vezes possuíam aliança política bastante clara, de modo que, seus periódicos eram constantemente utilizados para expressar seus pontos de vista de acordo com suas perspectivas, “mesmo que uma parcela significativa da população fosse analfabeta, as notícias estampadas no jornal —corriam de boca em boca, deixando todos a par das últimas novidades sobre a cidade. Entretanto, o desejo de ganhar a atenção do público e obter seu apoio, levou a uma intensificação dos conflitos, que acabou conduzindo “esta disputa política a um desfecho violento”.⁹⁹

Assim, alguns periódicos da época, como é o caso de *O Estado do Pará*, se estabeleceu como uma voz influente no cenário político local, em que, através de suas páginas, denunciava o que considerava os excessos e falhas das políticas de Antônio Lemos, atacando não apenas as reformas urbanas, mas também as práticas políticas que sustentavam seu poder. Segundo Gomes (2022):

Outro jornal que vai surgir anos depois e que também vai estar no meio desses conflitos políticos é o Estado do Pará. Fundado em 9 de abril de 1911 por Justo Chermont, o jornal tinha como objetivo político o combate às políticas do ex-intendente Antônio Lemos do partido Republicano e apoiar o partido de Lauro Sodré. Fazia matérias sobre a crise econômica da borracha e as questões políticas do Estado, principalmente durante as eleições para governo. Algumas dessas notícias traziam imagens representando a figura de Antônio Lemos de forma satírica e pejorativa, enquanto Sodré era

⁹⁸ COIMBRA, 2014, p.45

⁹⁹ COIMBRA, 2014, p.45

representado como uma figura de respeito e virtuosa. (Gomes, 2022, p.28-29).

O jornal funcionava como um veículo de propaganda que buscava minar a base de apoio de Lemos e fortalecer a posição de Lauro Sodré, envolvido de forma bem ativa na construção e articulação do discurso político de sua época.

De acordo com a pesquisa de Adriana Modesto Coimbra, não foram apenas as disputas entre lauristas e lemistas que deram o “tom” das insatisfações que se acentuam nesse período. A política higienista impelido pelo intendente na busca de melhorias nas condições sanitárias da cidade, juntamente com os esforços de modernização e urbanização, interferiam nas práticas cotidianas das pessoas causando sentimento de insatisfação, haja visto que, essas inovações muitas vezes foram adotadas de maneira impositiva e autoritária.

Um exemplo dessa situação é demonstrado no próprio trabalho da autora que, apresenta a insatisfação de alguns comerciantes devido às políticas fiscais e as medidas de regulação do comércio impactando em suas atividades, pois como revela a autora:

Estes comerciantes se rebelaram contra Antônio Lemos em 1911, por estarem descontentes com as altas taxações impingidas pela Intendência sobre as suas mercadorias. Outra motivação para a rebelião foi a imposição para que comprassem, em regime de monopólio, produtos que tinham como fins gerar lucros para o detentor da concessão que fornecia os produtos, padronizar esteticamente os aparatos de venda e garantir a salubridade nos mercados e feiras da cidade.(COIMBRA, 2014, p.46)

Percebe-se que a tentativa do governo de Lemos em melhorar a imagem urbana da cidade e qualidade sanitária dos locais de comércio, levou à busca de esforços visando garantir medidas de prevenção que possam representar risco à saúde da população. No entanto, observa-se também que tais iniciativas geram controvérsias, na medida em que representam custos significativamente elevados aos padrões sociais da grande maioria das pessoas da época. A imposição de um regime de monopólio nas compras de produtos, conforme amplamente noticiado pelos jornais, impactou diretamente os comerciantes de pequeno porte e os consumidores de baixa renda. Todos esses comedimentos restritivos podem ser entendidos como fatores agravantes das dificuldades sociais. O descontentamento gerado pela forma como a administração de Antônio Lemos era conduzido, se manifestaram

de maneira mais contundente em eventos como a revolta popular de 1911, que “tiveram como alvo principal os quiosques da concessão Bolonha.”¹⁰⁰

Conforme Coimbra, as narrativas pelos editoriais da Folha do Norte, jornal que fazia oposição ao governo, presumem a ilustração de uma imagem negativa dos quiosques aos olhos do público com o intuito de criar um ambiente propício à insatisfação e questionamentos sobre a equidade nas práticas comerciais. Nesse sentido, a autora diz que:

Os articulistas da Folha do Norte publicavam constantemente artigos onde propalavam a ideia de que, estes quiosques eram nocivos para o comércio local, por estarem espalhados por um espaço amplo e central da cidade, por serem isentos de impostos, por terem permissão para funcionar durante a noite, aos finais de semana e feriados, direito que era vedado aos outros comerciantes. Estes argumentos eram usados para convencer o povo de que o Intendente Municipal abusava do seu poder para fatiar a cidade entre seus amigos e familiares, principalmente, como já mencionado, depois que foi descoberto que o filho de Antônio Lemos, Pindobussú Lemos, era sócio de Francisco Bolonha nesta concessão, embora o seu nome não constasse no contrato.(COIMBRA, 2014, p.57)

Desse modo, verifica-se que a imprensa utilizava suas páginas como instrumento para, eventualmente, construir narrativas que acabavam ressoando entre a população mais vulnerável, cujas condições de vida frequentemente eram mais diretamente afetadas pelas políticas modernizantes de Antônio Lemos. Esse cenário evidencia que as questões destacadas pelos jornais da época desempenharam um papel decisivo na mobilização e nos conflitos que surgiriam entre a população pobre de Belém e a intendência lemistá, haja visto que, as narrativas veiculadas desenvolveram-se para o agravamento desses conflitos sociais. Diante de iniciativas que buscavam modernizar a cidade, a implementação dessas políticas muitas vezes causaram insatisfações, especialmente entre os menos favorecidos -com efeito, esse grupo era composto por pessoas de diferentes etnias e culturas-, que nos últimos anos da administração de Lemos, observa-se a intensificação de conflitos entre os grupos que compunham a urbe belenense.

Destarte, a modernidade frequentemente traz consigo alterações sociais que cumpre um papel importante na configuração da cidade. A visão que Lemos tinha sobre a forma como seria estabelecido na capital paraense, estava ligado não apenas à estética europeizante de modernização, como também à busca de legitimação de seu governo, tanto aos olhos da população quanto em um contexto mais amplo da política nacional. Por sua vez, essa

¹⁰⁰ COIMBRA, 2014, p.57

associação simbólica contribuiria para a construção de uma imagem de governo moderna e atualizada com os avanços do mundo acidental. Entretanto, o sucesso na implementação de tais medidas se traduziu nas ações violentas tomadas pelas pessoas, entendidas como reações aos parâmetros impostos pelo governo para a adequação aos novos hábitos.

De acordo com Coimbra, a situação conflituosa se intensifica nos últimos dias do ano de 1910, quando a intendência obriga a população a comprar caixas sanitárias para armazenamento do lixo. Essa imposição repentina desencadeou reações por parte da população e um pequeno grupo de comerciantes que “Na tarde do dia 30 de dezembro de 1910, [...], iniciaram um quebra-quebra na travessa 7 de setembro no bairro comercial de Belém, alastrando-se por várias ruas do comércio da cidade.(COIMBRA, 2014, p.62). Tal situação, demonstra a intensidade do descontentamento, manifestando de maneira visível e disruptiva que muitas vezes reflete não apenas uma exclusão específica a uma política, mas também um descontentamento mais amplo em relação à governança e à representação das reais necessidades da população.

Esses eventos não ocorreram de forma isolada, outros setores que já estavam descontentes com o governo, viram nessas manifestações um incentivo à protesto por conta de suas situações de precariedades. Em janeiro de 1911, em frente ao mercado de ferro do ver-o-peso, outra revolta acontece, agora promovida por pequenos comerciantes portugueses que vendiam peixes no mercado. As gazetas trataram a situação da seguinte maneira:

Em Belém uma empresa denominada Empresa Americana de Vehiculos que gosa das antipatias de toda a população, pelo grande monopólio que tem feito dos carrinhos de mão, taboleiro para peixes, etc.,etc., e da qual é um dos maiores concessionários o sr. dr. Francisco Bolonha. Fomos informados que o povo revoltou-se contra aquela empresa, queimando vários kiosques e lançando seus carrinhos e taboleiros ao rio¹⁰¹

O episódio descrito acima, descreve a obrigatoriedade da compra de pequenos carrinhos utilizados para expor os produtos a serem comercializados, pela empresa que detinha o direito de concessão de venda aos comerciantes, como condição para continuar a atuar no comercio. desse modo, o periódico O Jornal aborda esse acontecimento mostrando a extensão da destruição:

¹⁰¹ Trecho de uma publicação do jornal Correio do Norte, extraído da dissertação de Adriana Modesto Coimbra.p.63

Os amotinados arrebetavam as carroças, quebrando-as em seguida. Foram invadidas casas de mercadores e delas arrastadas para a via pública os carros, logo inutilizados [...] A insistência, prolongada em timbres e tonalidades provocantes dos vivas ao senador pelo Distrito Federal [Lauro Sodré] e dos morras ao chefe da cidade [Antônio Lemos], basta para nos fazer compreender que é rementido os rebates em nome das concessões, e que a sinistra verdade reside no fundo das ambições políticas.¹⁰²

Como foi mencionado antes, a polarização na cobertura dos periódicos da época, dependendo de sua posição política e apoio, era uma característica comum em suas matérias, no qual a maneira como os eventos eram relatados refletiam suas inclinações ideológicas e seus interesses, sendo primordial na percepção pública sobre os acontecimentos. Note-se que, as políticas “inovadoras” foram percebidas como controversas ou não, é natural que os distintos jornais da época abordem essas ações de maneira distintas, destacando diferentes aspectos e interpretando os eventos de acordo com suas perspectivas, visto que nesse cenário, a imprensa torna-se não apenas um veículo informativo, como também uma arena na qual as disputas políticas e sociais são travadas.

Entretanto, independentemente da orientação política da imprensa, a análise dos eventos destacou a importância das ações do governo como fator significativo no acirramento de conflitos, haja visto que, “No dia 3 de janeiro continuaram os protestos, com tentativa de incêndio ao mercado de ferro do Ver-o-Peso. Houve troca de tiros entre os manifestantes e a polícia”¹⁰³, isso sugere que uma parte substancial da população, independente das opiniões divergentes expressas pela imprensa, percebiam de maneira negativa a conduta do administrador municipal.

¹⁰² Trecho de uma publicação do jornal Correio do Norte, extraído da dissertação de Adriana Modesto Coimbra.p.63

¹⁰³ COIMBRA, 2014, p.64.



Populares e comerciantes, no comércio de Belém, indignados com a cobrança de impostos municipais e contra a oligarquia dos Lemos, segundo os jornais da época.¹⁰⁴

A revolta dos peixeiros portugueses em Belém e o “quebra-quebra” dos quiosques que ornamentavam a cidade, parece ser uma resposta ao ambiente político repressivo que caracterizava o governo de Antônio Lemos, principalmente nos momentos finais de sua governança, que não conseguia lidar de maneira eficaz com as preocupações da população, contribuindo para o aumento de uma crescente insatisfação por parte desse grupo, levando a formas mais intensas de protestos. Essa situação pode ser vista também, como um indicativo do clima tenso e das tensões sociais durante o fim da “era Lemos”, destacando a complexidade das relações entre a administração, as políticas civilizatórias e sua relação com a população pobre de Belém. Esses elementos controversos em torno da imagem de Antônio Lemos, fazem parte de uma busca por “modernidade” que eram “parâmetros fundamentais na consolidação do novo regime que se instaurou no país”¹⁰⁵ como uma tendência comum entre as elites da época, “associados a um conjunto de valores do mundo europeu”¹⁰⁶ e que permitem questionar se os benefícios da modernização alcançaram toda a população de Belém? destacando assim, as desigualdades sociais e problemas decorrentes das transformações urbanísticas ocorridas nesse período.

Não é intenção desse trabalho negar tais fatos, tanto para os que reconhecem em Lemos a importância de sua administração, quanto para aqueles que tecem olhares mais

¹⁰⁴ SARGES, Maria de Nazaré: Antônio Lemos: a construção do mito.p.56. Edição 17 | maio/junho 2013. <https://issuu.com/revistapzz/docs/pzzlemos>

¹⁰⁵ NUNES, Maria Cristina Ribeiro Gonçalves, Boulevard da República: espaço republicano construído na Baía do Guajará (Belém, PA), 1017, p.79

¹⁰⁶ Belém tinha como referência para a modernização da cidade, padrões e valores culturais, principalmente, vindos da Europa.

detratores sobre sua figura, visto que, a cidade como se conhece hoje, tem muito das características urbanísticas modernizadas que fazem parte dessa transformação empreendida pelo então visionário que governava a cidade no início do século XX. Entretanto, o cenário político e urbano de Belém deixou marcas indeléveis na cidade, acompanhados por eventos tumultuosos que lançam luz sobre as tensões existentes na sociedade paraense no período. Como vimos, a inconciliabilidade narrativa em torno das ações do intendente definiram a moldagem da percepção pública sobre seu governo, culminando assim, com as manifestações e revoltas por populares que marcaram o “fim de uma era”.

Como podemos observar, as reformas promovidas na cidade desencadearam conflitos entre o governo e a oposição, que buscavam nas opiniões populares, que assistiam através das publicações em panfletos e jornais, “ataques dirigidos ao senador e ao grupo de A Província do Pará”¹⁰⁷, tomando partido e sendo influenciados pela forma como se percebiam nessa contenda, especialmente quando afetavam diretamente suas vidas, o que desencadeava manifestações e revoltas populares, como resposta às medidas percebidas como injustas. Dessa maneira, Maria de Nazaré Sarges, fala que:

A simbologia do herói era invertida. Antônio Lemos tornou-se o responsável por todos os crimes: contra o rei, contra a pátria e até contra a humanidade. Como que inspirado na sentença da coroa portuguesa aplicada a Tiradentes, o infidente, Antônio Lemos era execrado do convívio da sociedade e amaldiçoado o seu nome. Faltava somente decretar o seu esquartejamento para que servisse de exemplo “aos traidores do povo (SARGES, 1998, p..108)

2.2 - Modernização e Identidade Local

Durante muito tempo, a modernização empreendida por Antônio Lemos transitou entre esses dois “polos” de discussão, de um lado os que entendem a modernização do governo lealista como a transição de um estado de “atraso” para se tornar a Belém do progresso, a um projeto de modernidade “que se organizava, construindo um novo tecido social, no qual o homem partilhava ao mesmo tempo um ambiente inovador que prometia poder, euforia,

¹⁰⁷ SARGES, Maria de Nazaré: Memórias do Velho intendente, 1998, p.100

¹⁰⁸ SARGES, Maria de Nazaré: Memórias do Velho intendente, 1998. P.106

crescimento e transformação[...]”¹⁰⁹, trazendo benefícios e oportunidades de desenvolvimento econômico e social, visto que, coloca-se Belém em evidência, à frente do próprio tempo, com fama de cidade moderna¹¹⁰ e, portanto, aclaram, não apenas a figura de lemos, mas todas as suas melhorias feitas na cidade, e do outro, os que não cansavam de levantar críticas e ataques a todas as suas benfeitorias, como podemos perceber nas discussões já feitas aqui, ao falar da forma como os meios de comunicação se utilizavam de ferramentas para tecer seus ataques contra o governo de Antônio Lemos.

No meio dessas disputas político-ideológico, percebe-se certos setores da população que não se beneficiaram igualmente das transformações e dos avanços promovidos, pois, muitas vezes essas melhorias e investimentos concentram-se em áreas específicas, deixando outras regiões e/ou grupos sociais em condições precárias. E esses grupos, percebem que, apesar de todos os avanços promovidos pela administração pública, há consequências negativas que não podem ser ignoradas, como a possível perda de tradições locais, desigualdades sociais agravadas ou degradação do meio ambiente.

Rememorando a celebre frase de Aristides Lobo “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”¹¹¹, é assim que pode ser descrita a reação da população que testemunhava as mudanças e transformações sem ter a capacidade de avaliar, imediatamente, seu impacto e significado. Essa situação me fez questionar se esses grupos de pessoas que passaram a ser empurradas para as margens da cidade, como essas mudanças introduzidas pela modernização afetaram as condições de vida das pessoas pobres de Belém? Como as pessoas pobres de Belém perceberam o equilíbrio entre o progresso trazido pela modernização e a perda de identidade cultural? Elas tiveram voz e representação adequadas nas decisões relacionadas às mudanças? Como as comunidades pobres de Belém responderam às mudanças impostas pela modernização? Houve resistência ativa ou protestos contra políticas ou projetos específicos?

Foram esses questionamentos que me fizeram perquirir por esses caminhos intrincados da história, tecidas pelas experiências e perspectivas de indivíduos que a compõem e que, muitas vezes, certas vozes são abafadas ou ignoradas, e não tem suas experiências lançadas nos registros históricos. Ao abordar a história com um olhar sensível às diversas experiências,

¹⁰⁹ MATTOS, Maria de Fatima da Silva Costa Garcia; O Sentido da Modernidade no Imaginário do Século XIX, **dObras** - revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 96-103, 2009.

¹¹⁰ NASCIMENTO, 2017, p.18

¹¹¹ Frase de Aristides Lobo, que pode ser encontrada no capítulo V do Livro: OS BESTIALIZADOS O RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA QUE NÃO FOI.

propomos não apenas prestar um serviço à preservação da memória coletiva, como também contribuir para uma narrativa mais inclusiva e abrangente, que reflita a riqueza e a complexidade das vivências humanas ao longo do tempo.

A partir dessas inquirições, numa tentativa de entender como esse “processo civilizatório” se deu no seio dessa classe marginalizada, esse trabalho tentará esmiuçar essas intempéries sociais vividas pela população pobre de Belém, que ainda vivia “um reflexo da política oligárquica que continuou a existir na República.”¹¹²

Claro que essa abordagem, tendo como perspectiva as experiências daqueles que foram deixados de lado e que por muito tempo não tiveram “voz” na História (tradicional), não é novo, principalmente a partir do século XIX, quando vemos uma profusão de trabalhos em que “historiadores se dedicam a capturar as experiências dos oprimidos”¹¹³, pois até então, a história tradicional se concentrava demais nas elites, nas estruturas dominantes, negligenciando as experiências dos “grupos marginalizados”. Entretanto, minha intenção ao perquirir sobre esses acontecimentos, é buscar uma interpretação crítica das fontes acessadas, que permita levar em consideração as perspectivas dos sujeitos históricos que presenciaram as “transformações da estrutura socioespacial da capital paraense”, em suas próprias dimensões, mas que não tiveram, dentro de um modelo de sociedade, suas próprias necessidades atendidas.

Dessa maneira, a necessidade de compreender que os interesses presentes nos discursos de “modernização” empreendidos na vida do século XIX para o XX, seria fixado na memória das pessoas que viviam na área central de Belém, não apenas como algo que não era possível em sua realidade, mas como uma forma de exclusão. Para aqueles que viviam na área central da cidade, a modernização muitas vezes significava a expulsão de comunidades locais, a demolição de estruturas tradicionais e a substituição por algo mais moderno que atendiam aos interesses de uma elite privilegiada. Ou seja, essa exclusão era, não apenas uma questão de acesso limitado aos benefícios que a modernização trazia, mas também uma perda de identidade e pertencimento para aqueles que se viam afetados negativamente por essas transformações.

Esse estudo, entretanto, busca preencher uma lacuna existente nas discussões historiográficas sobre o período, de modo a explorar não apenas as políticas de modernização

¹¹² Trecho retirado da pesquisa de Sarges que buscou inseri-lo a partir de uma publicação no *Correios da Manhã*, jornal que circulava no Rio de Janeiro, publicado em 30 de agosto de 1912.

¹¹³ SOUZA, Marcio: História da Amazônia. 2019.

e seus efeitos visíveis na cidade de Belém do Pará, como também as experiências das pessoas comuns que vivenciaram essa transformação. No contexto educacional, o estudo sobre o governo de Antônio Lemos oferece uma oportunidade para discutir as dinâmicas de poder entre a elite e a população local integrado a um Ensino de História, que enriquece o currículo escolar, além de oferecer uma plataforma para o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais ao desenvolvimento da consciência histórica. Essa abordagem visa criar vínculos memorialísticos, mostrando que, apesar de a Modernização ter sido concebida e executada para atender às necessidades das classes abastadas da cidade, as pessoas que não se enquadravam nos novos moldes culturais encontraram maneiras criativas de resistir, adaptar-se ou subverter essas mudanças.

No entanto, o Ensino de História tem a responsabilidade de abordar esses processos históricos com uma atenção cuidadosa às especificidades locais, conforme alerta Circe Bittencourt (2008) cada lugar deve ser compreendido a partir de uma série de elementos que os constituem e dê suas funções, o que implica em um ensino que vá além das generalizações e abarque as particularidades de cada contexto histórico. Ao ensinar sobre a modernização de Belém do Pará, por exemplo, é necessário entender não apenas os fatos históricos em si, mas também as condições específicas que proporcionaram as transformações ocorridas, considerando os diversos fatores que corroboraram para a implementação das políticas modernizantes além das respostas da população local.

Nesse sentido, o currículo de História deve incluir narrativas de diferentes grupos sociais, de modo a garantir que todas as suas vozes sejam ouvidas. O Ensino de História que reconhece e valoriza essas narrativas, não somente enriquece a compreensão do passado, como também possibilita o desenvolvimento de uma consciência cidadã. Todavia, Marizete Lucini (2018) aponta para os problemas do cerceamento aos conhecimentos históricos que podem perpetuar as desigualdades e injustiças, segundo a autora:

Se restringirmos o conhecimento histórico dos jovens às narrativas que interessem a um grupo social em detrimento de outros, impossibilitamos o direito ao conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, negamos o direito à memória e à história dos que historicamente foram silenciados por processos de colonização, que não se restringem ao espaço geográfico, mas se reproduzem nas formas de ser, viver e pensar dos sujeitos. (LUCINI, 2018, p.68)

Em vista disso, como um componente vital da identidade pessoal e cultural, a memória histórica permite que os alunos possam conectar-se às suas raízes e às histórias de seus

antecessores, o que ajuda a construir suas identidades pessoais além de fortalecer suas compreensões de quem são e de onde vieram. Como sublinha Lucini “ao conhecer narrativas históricas dos diferentes grupos sociais, os sujeitos têm a possibilidade de se reconhecer e identificar-se com a história de seus antecessores. Esta relação de identificação parece essencial para o desenvolvimento de uma consciência cidadã.”¹¹⁴

Dessa forma, discutir e analisar, a maneira como a população que é excluída dos beneficiamentos que são feitos na cidade e como lidam com esses novos “valores” elitistas, permite entender, do ponto de vista dessa parte da sociedade, como que essa “modernidade”, resulta no aparecimento das contradições existentes no desenvolvimento da civilização, e como que a população reage a essas transformações.

Dentro desse retrospecto social, Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes nos fala que;

a modernidade foi entendida como expansão de riqueza, ampliando as possibilidades, caracterizadas pelo avanço de tecnologia (revolução industrial), construção de ferrovias, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades (em área, população e densidade), mudança de comportamento público e privado e bafejo da democracia, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza.¹¹⁵

As pessoas que não se encaixavam nessa nova realidade que se fazia presente, foram “expulsas” para locais distantes do centro da cidade. Essa situação afetou diretamente a vida de um grupo de pessoas que não possuíam as características básicas, para frequentar a área central da cidade de Belém. Essa migração forçada de indivíduos que não se encaixavam na nova realidade em ascensão, relegando-as a locais distantes do centro da cidade, teve repercussões significativas e diretas na vida desses grupos, onde a segregação espacial imposta, acarretou desafios e impactos em diversas esferas de suas vidas cotidianas.

As ações da administração pública de Lemos, demonstram uma abordagem autoritária e paternalista que assume o papel regulador e transformador da sociedade, mesmo que isso implique na imposição de padrões específicos de comportamento e na marginalização de

¹¹⁴ LUCINI, Mariszete; Ensino de História e formação para a cidadania: Reflexões sobre a intencionalidade no ensino de História como elemento de formação histórica, política e cidadã. In: CERRI, L.F., ed. Os jovens e a História: Brasil e América do Sul [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, pp. 63-83.

¹¹⁵ NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves; O “velho” Lemos como transformador do Orphanato Municipal de Belém (1893-1903). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 12 Nº 24, Julho - Dezembro de 2020, p.18

certos grupos sociais. Segundo Nunes: A ordenação da cidade passava pelo processo disciplinador traduzido não somente em discurso, mas, sobretudo, em ações de ajustamento ou “regeneração social”, um conjunto de intervenções na vida social que atravessou o cotidiano de Belém (NUNES, 2020, p.19). E nesse sentido, entendemos que, no caso da administração Lemista, os projetos urbanísticos inadvertidamente ou intencionalmente, apartam comunidades que passam a habitar locais hostis a moradia. Contraditoriamente, os discursos de modernização proclamados durante o período lemista, embora buscasse promover o progresso e a civilização, por vezes mascaravam um processo que, na prática, perpetuava desigualdades sociais criando uma dicotomia marcante entre a retórica de progresso e as realidades socioeconômicas da população belenense.

Essa perspectiva discursiva evidencia a importância que a ideologia política tem como um elemento central que fundamenta e esclarece os atos políticos. Em artigo publicado na revista “Asas da Palavra”, intitulado “*Ethos: a construção de imagem de si no discurso de Antônio Lemos*”, Jovelina Maria dos Reis *et al*, falam que a ideologia política fornece uma base conceitual e os valores subjacentes ao discurso e ações dos agentes políticos que permite identificar suas opiniões, objetivos e posições dentro desse espectro e “assim, o falante – seja político ou um sujeito investido de autoridade - adota estratégias discursivas conscientemente, ou não, para expressar o seu pensamento e pretensão.”¹¹⁶ Antônio Lemos utiliza-se dessa ferramenta para construir uma imagem de liderança visionária, destacando-se como o principal agente de transformação e modernização de Belém. De acordo com os autores, o intendente destaca a importância de suas políticas urbanas de desenvolvimento, apresentando-as como essenciais para o avanço da cidade e o bem-estar de seus habitantes, enfatizando sua dedicação ao serviço público e o compromisso com os interesses da população, reforçando assim sua legitimidade como líder político:

Com capacidade administrativa aguçada e inspirado no ideário de “modernidade” da Belle-Époque, Lemos projetou um novo desenho urbanístico para a cidade de Belém, com edificações luxuosas e fortes intervenções na salubridade e higienização. Foi o responsável por implantar o primeiro sistema de iluminação elétrica do país e o primeiro sistema de bondes elétricos do Brasil, além de outros novos empreendimentos, fatores que deram à “cidade da selva” ares civilizados e aspectos de cidade europeia.¹¹⁷

¹¹⁶ REIS, Jovelina Maria dos; SILVA, Maria do Carmo Prazeres; SANTOS, Protásio César dos: ETHOS: A Construção de Imagem de Si no Discurso de Antônio Lemos. ASAS DA PALAVRA v. 18 | n. 1 | Jan./Jun. 2021 - ISSN: 1415-7950. P.97-111

¹¹⁷ REIS; SILVA e SANTOS, 2021, p.104.

Percebe-se no trecho acima, a ênfase na aparência e na imagem pública da cidade numa tentativa de criar a impressão de civilidade que, embora possa não refletir a realidade socioeconômica e/ou política de Belém, serve como uma ferramenta de legitimação seu poder e autoridade, além de consolidar sua liderança e influência, não apenas na cidade, mas também no país. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela intendência, seus padrões impostos, nem sempre eram acessíveis ou adequados à toda população “...que manteve seus hábitos de origem nada condizentes com a “modernidade” nem com a nova classe burguesa que “espelhava”, agora, uma distinta posição social.”¹¹⁸

As estratégias discursivas utilizadas por Antônio Lemos para moldar a percepção do público sobre si mesmo, apresenta-se como um aspecto marcante na trajetória política do intendente. Ao longo de sua gestão, Lemos não apenas implementou transformações urbanas significativas, como também forjou uma narrativa cuidadosamente elaborada em seus discursos, podendo ser observados nos relatórios produzidos por ele no “Livro de Detalhes”, projetando uma imagem que refletisse suas ideias, aspirações e, por vezes, seus interesses políticos:

Quando subi ao governo municipal, na qualidade de Intendente, bem clara estava no meu espírito a compreensão da pesada tarefa que tinha de realizar. Com efeito, por motivos que não vêm ao propósito esmerilhar agora, os serviços municipaes achavam-se em desordem, sendo que alguns até regido por disposições em antagonismos com as leis fundamentaes do estado da república. Em muitas estações havia até verdadeira balbúrdia na execução das leis: em grande parte na engrenagem municipal, era a falta de methodo e de ordem a nota característica do governo que me precedia.

Meu principal cuidado, conforme expuz em relatório na primeira reunião ordinária do Conselho em 1898, foi empregar dedicadamente o tempo na referida reorganização dos referidos serviços, em ordem a pôl-os todos de harmonia com as leis federaes e estaduais, emcaminhal-os de inteiro acordo com a lei especialmente reguladora das attribuições conferidas ao governo do município, methodisal-os uniformemente, para obedecerem ao systema administrativo e, em summa, dar-lhes a máxima latitude possível, sem confusão em si nem embaraço á sua boa marcha.

Em seguida, tratei de disciplinar na administração elementos entibiados e, se pelo interesse do serviço publico, me foi dado o dissabor de dispensar a cooperação de alguns auxiliares pouco devotados aos seus deveres, tenho o desvanecimento de proclamar a felicidade com que fui guiado na escolha de outros funcionários, cujo concurso dedicado ao município eu aproveito esta solene occasião para enaltece.

Porém, não era só por este lado que o município soffria a necessidade de um governo devotado e enérgico sem aspereza: toda a cidade -para não falar dos

¹¹⁸ _____, 2021, p.104

subúrbios e districtos do interior – estava entregue á Providencia dos fatalistas. Por causa da benevolência com que era tratado ao arrematante da limpeza publica de então, as ruas todas, ainda as mais centraes, offereciam repugnante aspecto, e não era isto o mais próprio para estimular o zelo de uma parte da população que não comprehende bem o seu dever de collaborar com o poder publico para o asseio geral. Praças havia que concentrava todas as atenções, emquanto outras, bem ao centro da cidade, permaneciam em lastimável abandono, com os seus charcos pútridos, a sua vegetação agreste, os montões de lixo e innominados detritos de toda a espécie.

Tratei logo de prover a cidade de melhor serviço de limpeza, do que mais detidamente occupar-me-ei adeante, no respectivo capitulo; e, por espirito de justiça, providenciei para que todas as praças e logradouros públicos recebessem eguaes cuidados.

Como nota saliente, mencionarei que, aos poucos dias da minha investidura, mandando desobstruir os amplos quadrilongos entre o boulevard da Republica e o littoral, no bairro mais central e mercantil de Belém, tive o desgosto de assistir á retirada de centenas de carradas de lixo repugnante! Trabalharam n'este ponto, ininterruptamente, duas turmas de operários, durante dois mezes.

Também recordarei os labores da Intendencia desde a minha investidura, para o serviço de drenagem de terrenos urbanos e suburbanos e dissecação de pântanos. Cabe-me hoje o orgulho de proclamar bem alto a profunda diferença material d'esta cidade e arredores, nos seus aspectos, entre o estado em que se acha agora e aquelle em que o encontrei, ha cinco anos.¹¹⁹

Por meio dos relatórios, Lemos não busca apenas relatar as atividades administrativas da cidade, ao mesmo tempo ele projeta um discurso meticuloso e acurado de sua própria pernona política, apresentando-se como homem trabalhador, buscando transmitir a ideia de dedicação incansável ao serviço público e ao progresso da cidade. Além disso, ao se retratar como alguém preparado para dar à Belém a dedicação que a cidade merece, Lemos enfatiza sua capacidade de planejamento e gestão, dando destaque a sua expertise na condução do destino da capital paraense.

Segundo os autores que debatem sobre a construção da imagem de si, “o discurso político é um discurso de poder que se apoia na necessidade de “desconstruir o outro, à medida que se constrói”¹²⁰, é uma estratégia dualista que também é parte integrante da luta pelo poder e da competição política -não podemos esquecer que nesse momento, Lemos trava uma intensa disputa com seus opositores políticos, a exemplo dos lauristas, como já foi abordado aqui nesse trabalho-, onde a persuasão e a influência são alcançadas não apenas por meio da apresentação de argumentos construtivos, como também pela desconstrução da oposição, criando assim uma narrativa que fortalece a posição do emissor.

¹¹⁹ Trecho retirado do Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902. Pg. 5-7.

¹²⁰ REIS; SILVA e SANTOS, 2021, p.105

Segundo argumentam os autores, “Antônio José de Lemos procura demonstrar uma imagem de civilizado, de progressista e de higienista. Apresenta uma urbe com serviços de saneamento e novas condutas sociais.”¹²¹ Para transmitir essa imagem, o intendente implementou políticas e projetos que visavam melhorar o saneamento da cidade e promover novas condutas sociais, capazes de refletir os valores e as preocupações da época em relação à saúde pública através das mudanças feitas nos códigos de postura municipal, que na prática foi uma maneira encontrada pela municipalidade de controlar hábitos e costumes considerados inadequados pela administração.

Entendemos, nesse sentido que, para que haja melhoria no comportamento e/ou hábitos da população que são condenados pela administração pública, é necessária, de forma proporcional uma demanda de investimentos substanciais que estruture de forma adequada os meios para que se alcance determinadas exigências numa abordagem adequada na implementação de políticas sociais. Se o objetivo é induzir mudanças comportamentais, o governo precisa ir além da simples imposição de normas, promovendo condições propícias para que a população se adapte às novas práticas. Um governo efetivo não apenas propõe novas normas e conduta, mas também reconhece a importância de criar condições necessárias para que a população possa se ajustar e aderir às mudanças. Essa ausência de investimentos, geram frustrações nos grupos mais vulneráveis, uma vez que suas expectativas de melhorias se tornam difíceis sem o suporte oferecido pelo governo.

Nesse cenário, percebe-se em Belém uma dinâmica social complexa e fragmentada, em que grande parte da população não é percebida como semelhante. Esse cenário de dicotomia existente entre os diferentes segmentos que compõe a urbe central da cidade é agravado pela predominância do controle exercido por uma minoria majoritária, o que evidencia um certo desequilíbrio de forças e acentuam as barreiras sociais e a percepção das diferenças entre seus habitantes. Na prática, Belém enfrentou profundas disparidades econômicas e sociais, com uma elite formada, principalmente pela extração do látex, concentrando riqueza e poder, enquanto a maior parcela da população vivia em condições precárias. A falta de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades contribuiu para a formação de uma sociedade estratificada, onde as classes sociais estavam nitidamente separadas.

2.3 - Contrastes Sociais: O Preço do Desenvolvimento

¹²¹ Ibid., p.109

De acordo com Mirleide Chaar Bahia (2012): “Antônio Lemos desenvolveu uma rigorosa política sanitária na cidade, sendo tudo controlado por um código de posturas, baseado em ideais liberais, criado para disciplinar os hábitos da população e voltado à higienização da cidade[...]”¹²². Quando observarmos as intervenções implementadas, parece ficar evidente que o propósito era mais do que impor uma ordem superficial, essas ações buscavam uma verdadeira regeneração social que envolvia ajustamentos concretos e se manifestavam de maneira tangível na vida social da cidade de Belém.

Nesse contexto, as medidas adotadas pelo administrador público da cidade de Belém, não se limitava a regras e regulamentos, elas transcendem os meros discursos ou decretos abstratos, e se tornam a expressão de uma abordagem ativa, o que representa o esforço deliberado de uma classe social que tem no seu objetivo, pôr a cidade em direção a padrões considerados mais desejáveis. Nesse sentido, a marginalização de comunidades pobres em processo de reorganização urbana, torna-se o reflexo de uma abordagem que prioriza determinados estratos sociais, criando um ciclo de desvantagens que é difícil de ser quebrado.

Esses delineamentos ocorridos no início do século XX, na capital do Pará, emerge a cidade e seus espaços como elementos que refletem prioridades e valores de um grupo restrito de pessoas que cresceram economicamente, e tentavam impor uma perspectiva específica sobre o que a cidade deveria ser e para quem. Vista sob essa ótica, a cidade tona-se um campo de batalha simbólico, onde a supremacia econômica se traduz em transformações concretas e impactos reais na vida cotidiana dos habitantes.

Segundo Chaar:

Foram construídos ou re-estruturados e reinaugurados alguns dos principais espaços e equipamentos de lazer da cidade, como: cafés; casas de espetáculos; o Teatro da Paz; o cinema Olympia; várias praças, como a Praça da República e a Praça Batista Campos, assim como o Bosque Rodrigues Alves denominado de Bosque Municipal. Com o objetivo de proporcionar o entretenimento da classe burguesa paraense, Lemos mandava buscar grandes companhias artísticas da França, Portugal e do Rio de Janeiro, para se apresentarem no Teatro da Paz (BAHIA, 2012, p.82-83).

As praças, por exemplo, tornaram-se lugares de sociabilidade e exibição, onde a classe burguesa frequentava para interagir com seus pares e exibir sua posição na hierarquia social. Como demonstra a autora:

¹²² BAHIA, Mirleide Chaar; O Lazer e as Relações Sócio-ambientais em Belém – Pará. UFPA, 2012, p. 81

As praças não era lugares públicos de lazer criados para a frequência do povo, mas espaços para se demonstrar o status burguês [...]. a praça se transformou num lugar onde, por meio da observação do vestuário de seus habitantes, era possível se identificar a que classe cada um pertencia, distinguindo gente do povo e burgueses.(BAHIA, 2012, p.84)

Como se observa, esses espaços refletiam não apenas a busca por lazer, como também as dinâmicas sociais hierarquizadas dos grupos presentes na sociedade da época. Durante o período em que Lemos esteve no poder, houve uma transformação substancial na configuração da cidade, caracterizada por uma clara segmentação social e espacial:

A política de urbanização de Lemos redefiniu o espaço urbano de Belém e caracterizou a segmentação da cidade, tendo o seu centro desodorizado e higienizado, como a área destinada aos segmentos burgueses e a sua periferia alagada e malcheirosa, como área para a população pobre, com a implantação de ideais de civilização e mudança radical dos hábitos e costumes da população paraense, gerando profundas tensões sociais. (BAHIA, 2012, p.86)

Essa imposição de uma “nova ordem social”, aprofundou as disparidades existente, exercendo nas comunidades afetadas pela redefinição urbana, conflitos e resistência que refletiam as diferentes perspectivas e interesses presentes na sociedade.

Além das transformações físicas e materiais pela qual a cidade estava passando, as disputas sociais e políticas também ocorriam em níveis simbólicos, desempenhando um papel importante na configuração dos espaços urbanos. Segundo Coimbra, “A lei nº 261 de 16 de junho de 1900, mudou o nome das vias públicas de estradas para avenidas,”¹²³ servia para que a Intendência não apenas exercesse seu poder no sentido prático, como também criava significados e valores associados ao espaço urbano da cidade. Essas alterações contribuía para a estética e significados específicos associados a urbe que carregava consigo idealizações que acabavam reforçando as hierarquias existentes, e “quando a população tentava burlar estes hábitos, tinham a sua condição subalterna reforçada por meio da coerção.”¹²⁴

Essa visão estigmatizante usada para justificar práticas discriminatórias e políticas de controle social, cria uma narrativa que serve de base para fundamentar que esses comportamentos são inerentes e naturais, o que reforçaria a ideia de que a intervenção é necessária para controlar e corrigir o que é percebido como uma tendência intrínseca à

¹²³ COIMBRA, 2014, p.102

¹²⁴ Ibid., p.102

indisciplina. Essa retórica de que certos comportamentos ou costumes são inerentes a determinadas camadas obscurece as verdadeiras causas dos problemas enfrentados por esses estratos mais baixos. Assim, a dualidade na experiência da modernidade impunha condições desiguais e discriminatória na sociedade. Se por um lado ela trouxe a expansão de oportunidades, o acesso ao desenvolvimento de infraestruturas e participação na vida cultural de forma mais acessíveis a um pequeno grupo de pessoas, por outro, esse processo intensificou a exclusão de muitos. A modernidade impunha as suas condições, incluía uns, excluía muitos.¹²⁵

Dessa forma, cabe ao Ensino de História dar voz às narrativas que foram silenciadas ao longo do tempo, conforme Marizete Lucini:

Em uma sociedade em que ao passado direcionam-se silenciamentos seletivos, principalmente em relação às narrativas dos grupos originários, entendemos que é importante e necessário que o Ensino de História se efetive na direção de possibilitar que essas memórias e histórias sejam dadas a conhecer, porque nos constituem no que nos tornamos. Compreender o passado implica em, no mínimo, diminuir os silenciamentos e possibilitar que as vozes silenciadas falem. Para tanto, a intencionalidade histórica se faz necessária e é condição para fazer justiça, no sentido de restituir o direito à memória e à história aos sujeitos cuja existência sofre de um apagamento produzido pelo silenciamento de suas narrativas. (LUCINI, 2018, pp.70-71).

A autora fala que é necessário que o Ensino de História se efetive e promova essa inclusão, e para que isso aconteça de fato, é imprescindível que haja uma intencionalidade clara por parte dos educadores no que se refere à decisão consciente de abordar e integrar as narrativas marginalizadas dentro do currículo escolar, pois sem essa intenção deliberada, o Ensino de História corre o risco de perpetuar os mesmos silenciamentos que têm historicamente excluído grupos inteiros da narrativa nacional.

Por conseguinte, a correção dos silenciamentos seletivos que marcaram as narrativas históricas tradicionais, torna-se um imperativo no contexto atual, principalmente quando buscamos fortalecer as heranças culturais desses grupos marginalizados, o que contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.4 - A Cidade: a importância de compreender a relação entre o discurso narrativo e a realidade vivida pelas diferentes camadas sociais

¹²⁵ COIMBRA, 2014, p.113

*“a cidade construída pelo discurso possibilita leituras e interpretações diversas”.*¹²⁶

Até o momento, nossa discussão tem se concentrado nas ideias de modernização lideradas por Antônio José de Lemos durante sua administração em Belém e nos impactos significativos que essas transformações tiveram na vida dos habitantes, sobretudo na classe mais baixa da camada social belenense. Pretendemos agora, voltar nossa atenção para um aspecto fundamental e intrínseco a essa narrativa histórica: a importância da cidade na construção da identidade local.

Examinar como as mudanças urbanas moldaram a identidade dessas comunidades é essencial para compreender não apenas o desenvolvimento físico da cidade, mas também a evolução social e cultural de seus habitantes. Nesse contexto, exploraremos como Belém, através das vicissitudes da modernização, tornou-se mais do que um mero cenário para a vida cotidiana, mas sim um reflexo e um agente ativo na formação da identidade coletiva de seus habitantes.

Para tanto, buscou-se refletir sobre os trabalhos de autores que se debruçaram acerca dos conceitos acima mencionados, na tentativa de obter maior compreensão quanto a sua inserção na vida da população de Belém, no início do século XX, sendo primordial para a construção de uma base analítica que possibilite o debate de uma “história a contrapelo”, como afirma Walter Benjamin em suas “Teses sobre o conceito de história”, inserindo-se num contexto de reflexão capaz de nortear o desenvolvimento de uma consciência histórica, tanto de professores quanto dos educandos.

A cidade, em sua essência, é moldada pelas pessoas que a habitam e pela maneira como interagem com o ambiente urbano, mas também pode refletir-se a partir do controle e poder que certos grupos exercem sobre ela. As ideias proclamadas pelo discurso narrativo sobre o cotidiano das diferentes camadas sociais revelam a complexidade vivida por essas camadas e a verdadeira essência da cidade. Ao examinar essa relação, lançamos luz sobre como as promessas de progresso e modernidade proferidas pelo discurso oficial podem divergir das experiências reais, vividas pelas pessoas que a constitui, compreendendo, portanto, que, a cidade não é apenas um cenário físico, mas uma arena onde as histórias contadas moldam as percepções e valores das comunidades locais.

¹²⁶ Cecília Ribas Borges Teixeira, N. (2007). Lima Barreto: A crônica e o avesso da cidade. *Revista Da Anpoll*, 1(23). <https://doi.org/10.18309/anp.v1i23.116>

Nesse sentido, Nícia Cecília Ribas Borges Teixeira (2007), fala que, a cidade é uma tessitura complexa de histórias, memórias, narrativas e visões políticas que se entrelaçam para dar forma à experiência urbana, onde diferentes culturas convergem e dialogam, misturando-se passado e presente. Como resultado, o discurso desempenha um papel fundamental na forma como as cidades são percebidas e compreendidas, pois, dependendo de como a história é contada, a cidade pode ser vista como um testemunho de continuidade cultural ou como um local de transformação e reinvenção constante.

A autora analisa as crônicas de Lima Barreto sobre a cidade do Rio de Janeiro em meio ao processo de modernização, mas observa que, mesmo nesse contexto de transformação, a cidade “ainda comporta vestígio do passado colonial”¹²⁷ que continua presente no cotidiano de seus habitantes. Essa observação ressalta a complexidade e a dualidade da cidade naquele período. Se por um lado, havia um movimento em direção à modernização, com a introdução de novas tecnologias, infraestrutura e modos de vida. Por outro, mesmo em meio a essas mudanças, ainda há a persistência na organização social e/ou em práticas culturais como elementos arraigados na história da cidade.

Conforme a autora:

Seus representações do urbano desvendam uma cidade não tão maravilhosa; nessa sua virada da sociedade ao avesso, ele satiriza ao máximo a europeização do gosto e dos hábitos que a elite cultiva [...] a palavra de ordem “O Rio de Janeiro civiliza-se” é o que mais define o espírito vivido pela cidade. O escritor evidencia que era preciso livrar-se dos empecilhos, para que o país alcançasse níveis razoáveis de progresso – nesse caso, o empecilho é representado pela população pobre. Era, portanto, necessário que “as picaretas da regeneração” destruíssem, sem nenhum constrangimento, o que a cidade guardava de seu passado, levando com ele o atraso, a vergonha, a sujeira. Numa linguagem sem subterfúgios, o autor mostra o que estava sendo colocado em prática, uma política sistemática de condenação dos hábitos e costumes que tivessem qualquer ligação com a sociedade colonial, além de expor um comportamento inspirado no estilo de vida parisiense (TEIXEIRA, 2007, p.255)

Essas contradições e desigualdades que surgiam à medida que a modernização avançava, destacava como ela nem sempre trazia progresso e bem-estar para todos os estratos da sociedade. Pelo contrário, percebe-se uma forma de fortalecer as desigualdades sociais existentes, já que a elite estava, provavelmente, priorizando seus próprios interesses, criando assim, uma “cultura das aparências” , visto que, “a modernidade chegava ao Rio da Belle

¹²⁷ Cecília Ribas Borges Teixeira, N. (2007). Lima Barreto: A crônica e o avesso da cidade. *Revista Da Anpoll*, 1(23). <https://doi.org/10.18309/anp.v1i23.116>

épouque, com todas as suas contradições, estimulada pelo desabrochar da sociedade burguesa num país de herança colonial escravocrata”¹²⁸(TEIXEIRA, 2007, p.257).

Da mesma forma, percebe-se esse cenário na cidade de Belém, onde a prosperidade econômica proporcionada pela extração gomífera, impulsionou uma série de transformações significativas, levando a um aumento da população, com pessoas de diferentes origens e classes sociais migrando para a capital paraense em busca de melhores oportunidades, muitas vezes resultando em um ambiente urbano movimentado e cheio de pessoas, onde “[...] a ordem é o burburinho, a efervescência instaurada pela modernidade” (Teixeira, 2007, p.259).

Segundo a autora, “o novo panorama suntuoso exigia novos costumes”¹²⁹, o que de fato ocorreu durante o governo de Antônio Lemos que implementou uma série de códigos de conduta e medidas que moldaram a cidade de Belém, “encorajando” seus habitantes a adotar modos de vida refinados e a seguir padrões de comportamento social aceitáveis. Em grande parte, a modernidade, foi construída a partir da forma como as pessoas se adaptaram e incorporaram as mudanças em suas vidas diárias. Como afirma a autora:

A modernidade foi construída com base em sua inserção na cultura do cotidiano. É na vivencia do dia-a-dia que ela vai sendo socialmente estabelecida. Isso significa dizer que é no cruzamento do antigo e do moderno, da permanência e da mudança, que a modernidade adquire sentido.(TEIXEIRA, 2007, p.263)

Esse cruzamento de temporalidades, entre o que é herdado do passado e o que está sendo construído para o futuro, reinterpretando antigas práticas à luz das novas realidades, é que a modernidade vai sendo socialmente estabelecida, ganhando vida e significado. Essa dinâmica temporal, cria uma narrativa urbana que reflete a constante renovação e inovação da identidade da cidade. Ou seja, a forma como as pessoas se relaciona com o espaço urbano, seja por meio da preservação de costumes ou pela adoção de novas formas de experiencias, é parte integrante desse processo.

Charles Baudelaire (1859-1867), um importante poeta e crítico francês que viveu durante esse período de transição da modernidade, observou com bastante cuidado a dinâmica da vida urbana, buscando registrar em sua memória as imagens do que via, assim como aquelas que considerava especialmente significativas e dignas de preservação. Sua sensibilidade aguçada para as nuances da vida urbana, parecia entender a importância de manter viva a memória das

¹²⁸ TEIXEIRA, 2007, P.257

¹²⁹ Ibid., p.261

cenar urbana, mesmo em constante transformação. O autor tentava entender e representar as complexidades da vida na sociedade em rápida transição. Para ele “a Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”¹³⁰. Baudelaire se interessa na busca pelo “eterno transitório” na vida cotidiana da cidade moderna, no qual sua perspectiva ressoa de maneira significativa nas transformações observadas, em Belém, na virada do século XIX para o XX.

Ao aplicar esse olhar ao contexto da capital paraense nesse período, podemos visualizar uma cidade em plena efervescência de mudanças rápidas e profundas, no qual a cidade passou por uma série de transformações urbanas, sociais e culturais que alteraram radicalmente sua paisagem e identidade. Dessa maneira, a perspectiva oferecida pelo autor, ajuda a compreender a modernidade como uma especificidade multidimensional que envolve tanto as transformações evidentes, na arte e na cultura, quanto as mudanças mais sutis e profundas na maneira como as pessoas percebem e vivenciam o mundo ao seu redor.

Nesse sentido, não podemos deixar de perceber a complexidade e a riqueza das cidades como espaços que refletem as interações culturais e sociais de seus habitantes. Cada rua, praça e edifício carrega consigo não apenas a história material da construção, mas também sua identidade cultural e seu ambiente político. Esses espaços urbanos se tornam lugares onde narrativas sociais se desenrolam, e as lutas pelo poder e pela representação são intensamente travadas. Os espaços urbanos coabitados pelas pessoas, tornam-se não apenas um ambiente físico, mas também um produto social, político e econômico.

Dessa forma, a urbanização, longe de ser apenas uma consequência tangencial das mudanças sociais, emerge como um fenômeno central para a análise dessa pesquisa, a partir do entendimento de que, ela molda e define a própria essência da sociedade contemporânea, cujas ramificações vão muito além do mero entendimento como transformações econômicas e sociais.

Nessa linha de pensamento, Henri Lefebvre (2001), aborda questões em seu livro “*O Direito à Cidade*”, no qual o autor analisa as contradições existentes no sistema capitalista a partir do planejamento urbano, destacando a dimensão ideológica e a função segregadora que ele atribui a essas práticas. O autor argumenta que, essa urbanização, da forma como ela está sendo empreendida, prioriza o lucro em detrimento das necessidades e desejos dos cidadãos e que os espaços urbanos não podem ser vistos apenas como local físico, mas também como um

¹³⁰ BAUDELAIRE, Charles, 1821-1867. Sobre a modernidade o pintor da vida moderna / Charles Baudelaire; [organizador Teixeira Coelho]. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

espaço social, político e cultural que precisa ser apropriado por seus habitantes, o que implicaria não apenas no seu acesso físico, como também no direito de influenciar a sua organização e significado.

De acordo com Henri Lefebvre:

A industrialização caracteriza a sociedade moderna. O que não tem por consequência, inevitavelmente, o termo “sociedade industrial”, se quisermos defini-la. Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figure entre os efeitos induzidos e não entre as causas e razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce à nossa volta.(LEFEBVRE, 2001, p.11)

Nesse sentido, o autor busca entender de que maneira, à medida que a industrialização ganhava ímpeto e as cidades cresciam em tamanho e complexidade, como as novas dinâmicas sociais, econômicas e culturais redefiniam a forma que as pessoas interagiam com o ambiente urbano. Nesses novos locais onde as relações sociais se desenrolam e os conflitos e as contradições da sociedade se manifestam, torna-se claro uma forma de segregação socioespacial, que Lefebvre explica através do que ele denomina de processo de “implosão-explosão”, alterando não apenas os aspectos físicos da cidade, como também as experiências e as percepções das pessoas sobre o ambiente urbano, haja visto que, esses espaços deixam de ser locais para a reprodução da vida, e passam a ser apenas lugares de habitação para classe trabalhadora. Assim, Lefebvre destaca a importância de entender esses espaços como um produto social, resultado de relações de poder, lutas políticas e processos sociais.

Atualmente, portanto, aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a “implosão-explosão” da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais...Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem aplicação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas.(LEFEBVRE, 2001, p.18)

O pensamento de Henri Lefebvre se torna particularmente relevante quando analisamos o contexto das dinâmicas da cidade de Belém no início do século XX, durante o auge da indústria da borracha. Assim como nas regiões industrializadas da Europa, o

crescimento da “Indústria” da borracha em Belém trouxe consigo um aumento na complexidade urbana, pois à medida que a economia do látex se expandia, a cidade também crescia para acomodar a crescente população de trabalhadores e investidores. Esse fenômeno, também pode ser observado na suburbanização de pessoas, uma vez que áreas urbanas densamente povoadas experimentaram um movimento gradual e forçado de residentes em direção a locais mais afastados do centro urbano da cidade, onde “os suburbanos se viam de pronto envolvidos nesse novo conceito de se viver, que eles não escolheram para si.”¹³¹

A expansão urbana em Belém durante esse período não ocorreu de maneira homogênea. O movimento de suburbanização, foi uma resposta ao crescimento acelerado e à necessidade de acomodar a população em expansão. Contudo, cabe aqui salientar que, muitas vezes, essa mudança não foi uma escolha voluntária dos habitantes, mas sim uma resposta às pressões econômicas e sociais associadas ao “boom” da borracha e do processo de modernização da cidade. Esse deslocamento forçado frequentemente resultava em uma série de desafios sociais e principalmente econômicos para esses residentes, que se viam envolvidos em um novo estilo de vida imposto a eles, sem necessariamente terem escolha ou controle sobre suas condições de vida. dessa maneira a consciência urbana vai dissipar.¹³²

É possível observar, na capital paraense, as transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo, à medida que a cidade se expandia, onde alguns aspectos da vida urbana tradicional foram perdidos, como o hábito de quilar as roupas em frente às suas casas, fortemente repreendido pela municipalidade, visto que não era tido como um comportamento de pessoas civilizadas, e que por vezes acabava por gerar conflitos entre a população e o governo. Essa rápida urbanização desordenada, levou à fragmentação da cidade, com áreas que refletem uma desconexão entre os elementos que antes compunham a unidade urbana. Conforme Belém, crescia e se modernizava, partes da sua identidade foram sendo perdidas ou até mesmo negligenciadas, levando a uma cidade que, apesar do crescimento, muitas vezes parece separada de sua história e identidade cultural. Segundo Lefebvre;

A destruição prática e teórica da cidade não pode aliás ser feita sem deixar um vazio enorme. Sem contar com os problemas administrativos e outros cada mês mais difíceis de serem resolvidos. Para a análise crítica, o vazio importa menos que a situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana, mutilada, deteriorada, porém real.(LEFEBVRE, 2001, p.28)

¹³¹ COIMBRA, 2014, p.114

¹³² LEFEBVRE, 2001, p.251

Nesse sentido, o autor argumenta que a cidade está em declínio, enquanto a sociedade urbana continua a se expandir, embora de forma mutilada e deteriorada, marcada por divisões, desigualdades e fragmentações, apontando para uma destruição que não apenas transforma o ambiente físico, mas também tem impactos na experiência social e na qualidade de vida das pessoas.

Compreender as relações sociais que se formam no ambiente citadino de Belém do Pará, é fundamental para a análise desse trabalho, no sentido de entender como se deram os encadeamentos que marcaram a modernização da cidade e da própria sociedade humana que se forma naquele período. No entanto, essas relações não podem ser simplificadas ou reduzidas a conceitos abstratos e distantes da realidade tangível. Pelo contrário, as relações sociais são profundamente enraizadas no mundo sensível ao nosso redor. Como destaca Lefebvre; “as relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e, no entanto, não flutuam no ar, não fogem na transcendência”¹³³. Segundo o autor, essa afirmação ressalta a interdependência entre as relações sociais e a materialidade da existência humana, e acrescenta ainda; “Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homologa ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas.”¹³⁴ Nesse sentido, entendemos a realidade social de Belém, como desdobramento nas formas e relações que emergem das interações complexas, onde as conexões entre as pessoas e os elementos urbanos se entrelaçam para moldar suas identidades e revelam a vitalidade de uma comunidade que se desenvolve e se define através das conexões que se desdobram no seio da urbe.

Em meio a tudo o que estava ocorrendo no centro da capital paraense, surge uma questão intrigante: qual é a natureza da relação entre a população economicamente desfavorecida e o espaço urbano central de Belém, bem como as instituições do poder público que moldam a dinâmica desse cenário? Essa disparidade existente entre a retórica da modernização e a experiência prática de quem vive em meio às mudanças promovidas pela municipalidade, não apenas desperta questionamentos, como também instiga uma curiosidade em compreender as relações entre a população mais carente e o espaço urbano central da cidade, bem como seu vínculo com as políticas públicas que tem efeitos diretos em suas vidas. Nesse contexto, percebemos os meandros dessas interações ao observarmos como esses

¹³³ LEFEBVRE, 2001, p.54

¹³⁴ LEFEBVRE, 2001, p.54

indivíduos encontram seu lugar dentro de uma realidade que, frequentemente, enfrentam obstáculos consideráveis na busca por uma vida digna.

Assim, o “direito à cidade” defendido por Lefebvre salienta a ideia de que todos os cidadãos tem o direito de participar ativamente na produção e na transformação da cidade, no qual os interesses meramente capitalistas em que apenas as predileções das elites econômicas, não prevaleçam sobre as necessidades da população. Nessa perspectiva, “a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma prática”¹³⁵, onde a vida cotidiana se desenvolve, dando um olhar para além das representações abstratas da cidade, o que envolve uma análise mais crítica e reflexiva sobre como esses espaços são representados e interpretados. De acordo com o autor:

O urbano não é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado: excluídos da cidade, às portas do “urbano” (LEFEBVRE, 2001, p.102).

Henri Lefebvre argumenta que a cidade não é simplesmente um espaço neutro, onde diferentes grupos e classes buscam afirmar seus interesses, mas um campo de batalha no qual as diferentes classes sociais se envolvem em conflitos e negociações. Tais funcionamentos não eram apenas resultados de processos naturais, mas eram profundamente influenciadas pelas relações de poder que se manifestam de maneira intensa e de formas diversas, incluindo protestos, apropriação de espaços públicos e desafios aos modelos dominantes de planejamento urbano.

Entretanto, devemos abordar com cautela a ideia de considerar a cidade meramente como um sistema de significações e valores, correndo o risco de fazer uma análise semiológica que não é capaz de capturar plenamente a complexidade das relações que permeiam a urbe. Seu estudo demanda de uma abordagem que abarque diversas dimensões e perspectivas, que vão além do exame físico ou geográfico. Ela não é apenas um receptáculo de significados. Ela apresenta oposições e contrastes que revela padrões de significação e fluxos de movimento dentro do próprio espaço urbano:

É preciso estudar como é que a globalidade é significada (semiologia do poder) – como a cidade é significada (semiologia propriamente urbana) – e

¹³⁵ LEFEBVRE, 2001, p.101

como são significados os modos de viver e de habitar (é a semiologia da vida cotidiana, do habitar e do habitat). Não se pode confundir a cidade enquanto ela capta e expõe as significações provenientes da natureza, da região e da paisagem com a cidade enquanto lugar de consumo de signos[...]. Não esqueçamos as dimensões. A cidade tem uma dimensão simbólica; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem dimensão paradigmática; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado. Finalmente, ela possui também a dimensão sintagmática: ligação dos elementos, articulação das isotopias e das heterotopias (LEFEBVRE, 2001, p.70)

Portanto, explorar Belém, da modernidade lemistá, é adentrar em um cenário repleto de contrastes e contradições sobre a história da cidade, marcado pelas influências dos movimentos civilizatórios advindos da Europa, trazendo consigo a dicotomia dos discursos de inovações e as realidades sociais que marcam as ruas e vielas da cidade, e relegou parcelas significativas da população a condições precárias de vida, perpetuando um legado de injustiça e marginalização que continua a ecoar pela cidade.

Para Julia Giles Wünsch, “as cidades são expressões das relações sociais que os homens criam, são reflexos de tantas vidas urbanas que se misturam cada uma a sua cultura e a sua história”¹³⁶, em que cada indivíduo contribui para a complexidade e diversidade do ambiente urbano. Essa mistura de perspectiva, tradições e experiências geraram desafios e oportunidades para a coexistência mútua, fundamentais para a democracia e a participação cidadã, e que “no entanto, é nelas também que se travam as arenas de disputas sobre novas formas sociabilidade”¹³⁷. A autora fala que é necessário tornar o ambiente urbano em espaços de efetivação da ação social coletiva como forma de fortalecer o sentimento de pertencimento e coesão social. A singularidade intrínseca aos espaços urbanos é, em essência, um reflexo vivo das experiências heterogêneas que coexistem, formando um mosaico de identidades, narrativas e tradições. A cidade, assim, se apresenta como um lugar onde as diferenças convergem, e desafia as estruturas sociais pré-estabelecidas.

Essa condição permite que as pessoas se envolvam na construção e na transformação do ambiente urbano de acordo com suas necessidades e desejos, demonstrando o potencial de desafiar as formas de espoliação urbana e econômica, haja visto que impõe o poder de decisão nas mãos das comunidades locais, ou seja, “a questão, nesse sentido, reside em apropriar-se

¹³⁶ WÜNSCH, Julia Giles; Cidades Rebeldes: apropriação dos espaços públicos e os movimentos sociais urbanos. *Conversas e Controvérsias Porto Alegre* v. 3 n. 1 p. 71-75 2016/01

¹³⁷ WÜNSCH, 2016, p.71.

desses espaços através da prática social de comunalização desses locais, tornando as praças, ruas e parques em espaços de efetivação da ação social coletiva e política de reivindicação do direito à cidade.”¹³⁸ Nesse cenário, a diversidade torna-se mais do que uma característica, é uma força motriz que impulsiona a cidade para novos horizontes de compreensão, inclusão e transformação.

É importante percebermos nesse panorama que, a urbanização de Belém no início do século XX reflete, de maneira peculiar, o paradoxo entre a expansão desmedida da cidade e a fragmentação da forma urbana tradicional de se viver. Nesse período a capital paraense passou por um intenso processo de modernização, impulsionado pela crescente extração da borracha, na região amazônica, impactando significativamente a urbe paraense. A demanda por infraestrutura e moradia cresceu exponencialmente, levando à expansão geográfica da cidade que, no entanto, apesar das intensas concessões e empréstimos feitos pela municipalidade, é possível observar a ausência de um planejamento urbano eficiente, resultando em uma cidade que se estendia desmesuradamente, incorporando novos bairros e áreas periféricas de forma fragmentada.

Tatiane do Socorro Correa Teixeira (2020), em artigo publicado em revista eletrônica Margens, percebe Belém como “a cidade a partir de suas múltiplas manifestações culturais, enfocando cada bairro como se fossem cidades dentro de uma cidade”¹³⁹, composta por uma multiplicidade de cultura que se destaca pela riqueza intrínseca ao tecido urbano, onde cada comunidade que forma a urbe belenense exerce influência sobre a identidade da capital paraense. Essa diversidade não apenas reflete os aspectos narrativos da memória belenense, mas transcende a mera representação histórica, transformando-se em um fio condutor que conecta o passado ao seu presente, onde a história não é apenas lembrada, mas continuamente reescrita.

Logo, Belém emerge como uma trama na qual os fios se inter cruzam pelas relações sociais, pelas práticas culturais, sendo uma cidade conectada por fluxos e refluxos de pessoas cotidianamente, que tem nas suas manifestações culturais, a exemplo do carnaval, um marco nos bairros e, conseqüentemente, na cidade; seja na região central – como o bairro da

¹³⁸ WÜNSCH, 2016, p.73

¹³⁹ TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Correa: OS TRAÇADOS DA CIDADE: A BELÉM DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX. MARGENS - Revista Interdisciplinar Dossiê: Cidades, Identidades e práticas educativas Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.13. N. 21. Dez 2019. (p. 11-26)

Cidade Velha –, seja nos bairros suburbanos – a exemplo do bairro Jurunas (TEIXEIRA, 2020, p.13)

A mescla de tradições e inovações, de costumes antigos e manifestações contemporâneas, revela a capacidade de Belém de se reinventar constantemente. No entanto, a rápida e crescente urbanização experimentada durante a intendência lealista, composta pela imposição de um modelo urbanístico ocidentalizado, resultou na perda substancial de práticas e tradições locais, uma vez que as estruturas urbanas e os padrões de vida não se alinham com os valores e costumes tradicionais.

Segundo Teixeira; “Habitar a cidade, ou seja, agir sobre o espaço urbano através do ato de vivenciá-lo, é realizado de diversas formas e por diferentes sujeitos que determinam as funções e os sentidos desse espaço e, inclusive, estabelecem poder sobre ele” (Teixeira, 2020, p.13). Nesse sentido, a segregação espacial ocorrida durante o governo de Antônio Lemos, exemplifica um padrão histórico que contribuiu para a exclusão de comunidades mais vulneráveis a um confinamento em áreas degradadas e desprovida de infraestrutura adequada, enquanto áreas que foram mais valorizadas foram reservadas para os mais ricos da cidade. Essa divisão exacerbada do espaço urbano reflete e reforça a negligência em relação às condições de vida dessas populações criando um ambiente propício para manifestações que expressam frustração, busca por justiça social e uma tentativa de reivindicar dignidade e direitos básicos para todos os habitantes da cidade.

De modo equânime, esses múltiplos significados individuais e coletivos reconhece que as interações sociais e as práticas cotidianas permitem interconexões mais amplas na vivência do próprio espaço. A construção social desses espaços públicos é um processo complexo que para Teixeira pode ser considerado “[...] como um agregado de tensões e conflitos, marcado por fronteiras simbólicas,”¹⁴⁰ mas que desempenham um papel importante na configuração e na transformação dessas fronteiras, influenciando disputas sobre o uso e a apropriação do espaço público, onde as interações humanas, as práticas culturais e as relações sociais moldam a cidade, apresentando a existência de limites impulsionadores das divisões sócio-políticas.

Teixeira (202) utiliza as manifestações populares, tal qual as festas, de modo que sirva como uma lente para entender as dinâmicas sociais em relação à cidade de Belém. Para a autora, “A festa recria o espaço urbano e permite repensá-lo”¹⁴¹, além de tornar possível

¹⁴⁰ TEIXEIRA, 2020, p.14

¹⁴¹ _____, 2020, p.14

perceber como elas não apenas proporcionam momentos de celebração cultural, mas “suas ações, seja a festa de elite, seja a festa das camadas populares, são repletas de intencionalidades determinantes no sentido e justificativas da própria existência da festa”. Assim sendo, é nesses espaços onde as tensões e conflitos são expressos e negociados, que a experiência urbana e os significados na cidade, se moldam.

Embora o crescimento da cidade não seja o foco principal dessa pesquisa, é crucial examinarmos as discussões em torno das influências modernizadoras sobre o comportamento da população belemense diante das transformações civilizatórias empreendidas por Antônio Lemos. Para isso, é essencial estabelecer um entendimento mais profundo das complexas relações sociais que se desdobram nos espaços urbanos, envolvendo as diversas classes sociais, haja visto que, esses locais tornam-se pontos de convergência para diversas narrativas, identidades e dinâmicas sociais. É nesse contexto que se torna evidente a tendência de alguns grupos sociais serem resistência palpável por parte dos segmentos marginalizados da sociedade, que se veem compelidos reagir diante das mudanças que os afetam diretamente.

As mudanças civilizatórias praticadas pela intendência de Lemos desempenharam um papel importante na moldagem da dinâmica social de Belém, não apenas em seu aspecto de infraestrutura e estética da cidade, mas se tornaram significativo na vida das pessoas que lá residiam, e:

De acordo com a historiografia existente sobre o tema, Belém experimentava um processo de urbanização advinda principalmente do papel que a cidade desempenhou como principal porto de escoamento da borracha durante seu período áureo, possibilitando uma redefinição de seu território, onde o intendente municipal Antônio Lemos emergiu como agente patrocinador da modernização. Atrelada às transformações urbanísticas são notórias as transformações culturais pela qual a cidade passou, uma vez que, entre os objetivos da modernização, incluía-se a modificação de hábitos e costumes da população (TEIXEIRA, 2020, p.14).

No entanto, nota-se que o legado de Lemos é ambíguo. Enquanto ele é frequentemente celebrado por suas contribuições para a modernização de Belém (o que não estamos negando aqui), seu governo também foi criticado por sua abordagem autoritária, elitista e muitas vezes excludente. As políticas do intendente favoreciam as classes privilegiadas da sociedade belenense, em contrapartida, “aumentavam os bairros periféricos em população e

tamanho,¹⁴² caracterizados por moradias improvisadas tendo consequências duradouras para a cidade e seus habitantes.

Entretanto, ao avaliar o impacto das renovações feitas pela intendência lemistá em Belém, é precípua considerar não apenas os aspectos visíveis, como infraestrutura e estética urbana, mas também os efeitos nas condições de vida da população, e entender como essas mudanças foram percebidas por seus habitantes. Dessa forma, para que possamos ter uma visão mais holística das incursões de Antônio Lemos em Belém, é essencial considerar que as transformações não se limitaram apenas à estrutura física da cidade, houve uma reorganização política da Intendência Municipal, como nos mostra Soares (2008):

Para colocar em prática o projeto da Belém moderna, Lemos percebeu a necessidade de modificar a estrutura política da Intendência Municipal. Desta forma, ao assumir o mandato, ele regulamentou e reorganizou as novas repartições e serviços prestados em várias entidades novas (SOARES, 2008, p.55)

Dessa maneira, a intendência poderia fornecer a base legal e administrativa necessária às transformações planejadas na cidade. Isso inclui de novas repartições e serviços na intenção de abordar desafios específicos, como saúde pública e desenvolvimento urbano, visando aumentar a eficiência administrativa e alocar recursos de maneira mais eficaz para promover o desenvolvimento da cidade. Conforme Soares:

A preocupação sanitária concentrou os maiores esforços da administração de Lemos. Em 1898, para que Belém se mantivesse em ordem e limpa, foi criada a Repartição Sanitária Municipal, destinada aos serviços de fiscalização sanitária para prevenção de doenças e epidemias. Para isso, foram contratados novos funcionários que fiscalizariam os mercados, matadouros, estábulos, hotéis, restaurantes, necrotérios, cemitérios, inclusive domicílios particulares – enfim, “todos os pontos onde a saúde pública pudesse perigar em face ao desleixo higiênico.”[...] Ainda quanto à higiene, a alimentação em Belém era uma dupla preocupação para a Intendência Municipal, pois era necessário aliar a qualidade dos produtos a um rigoroso padrão sanitário dos estabelecimentos do ramo. Assim, o Curro Público foi transferido para uma zona mais adequada, onde a saúde pública ficasse resguardada dos inconvenientes desta prática. Desta forma, a administração pública construiu um novo prédio afastado do centro urbano, e com um anexo onde os seus funcionários também pudessem morar. O estabelecimento, desta maneira, podia oferecer carne verde para a população com maior fiscalização e dentro dos procedimentos higiênicos em vigência (SOARES, 2008, p.56-57)

¹⁴² TEIXEIRA, 2020, p.15

O impacto da gestão de Lemos, como podemos observar, foi sentido não apenas nas ruas, praças e prédios que construiu e reformou, mas também nos comportamentos e práticas da população, destacando a amplitude de seu projeto de modernização. Sua abordagem autoritária na promoção de mudanças nos costumes municipais é evidenciada pela ampla legislação que ele redigiu e pelo apoio obtido no Conselho Municipal para aprovação dessas leis, ou seja, “[...]O Intendente decidia e ordenava a mudança dos hábitos municipais, para manter a ordem e o controle dos conflitos[...]”¹⁴³

A capacidade de Lemos em delinear os costumes e hábitos municipais, vista por ele como uma medida crucial para a manutenção da ordem e estabilidade social, ilustra a ambição de moldar uma Belém que não apenas se destaca visualmente, mas que serve como reflexo tangível de certas ideias e valores. Para tanto, é necessário notar que, uma das medidas adotadas por Lemos, será a alteração nos Códigos de Postura da cidade, tornando-se uma ferramenta abrangente que abordava uma variedade de questões, desde normas de higiene e limpeza até regras de comportamento social. Esse “Código de Polícia municipal”, como passou a ser conhecido, evidenciou a abordagem autoritária de Antônio Lemos na condução de sua administração. Conforme Nascimento:

Em Belém, o Código de Polícia Municipal foi uma legislação para o controle dos conflitos da cidade, e isso inclui os conflitos que emergem do trabalho, das tradições, do convívio, da experiência coletiva e da luta de classes. O controle da marginalidade do povo pobre e das classes trabalhadoras se dá através da fiscalização e repressão policial. Deste modo, os conflitos durante a modernização da cidade acontecem quando o governo municipal busca controlar e reprimir os hábitos/costumes incompatíveis com a modernização através do código que estabelece regras para padronizar o comércio dos ambulantes e estabelecer uma nova moral do trabalho em Belém. (NASCIMENTO, 2017, p.25)

Essa medida legislativa reflete a tentativa de utilizar o poder regulador do Estado como forma de alinhar-se a esforços mais amplos de civilidade ao qual Lemos buscava para a capital paraense. No entanto, a população pobre de Belém, em geral, não era muito simpática às medidas saneadoras da intendência, visto que, frequentemente essas ações eram percebidas como autoritárias e intrusivas na vida cotidiana, o que contribuía com a antipatia em relação às tais intervenções. De acordo com Sarges: “as medidas saneadoras baixadas por

¹⁴³ NASCIMENTO, 2017, p.23

Lemos eram vistas de maneira extremamente antipáticas pela população, considerando que sempre representavam taxas a serem pagas pelos trabalhadores[...]"¹⁴⁴

Como se observa, a resistência da população às medidas saneadoras era entendida, também, pela percepção de impactos econômicos e sociais negativos, sem uma compreensão clara dos benefícios a longo prazo, resultando na hostilidade por parte da população, bem como refletiu não apenas a oposição às mudanças, mas também a insatisfação pela maneira como elas estavam ocorrendo. Assim, esse novo Código, é um dos testemunhos desse processo civilizatório que a cidade experimentou na virada do século XIX para o XX, sobretudo na administração do ícone da Belle Époque, o intendente Antônio Lemos.¹⁴⁵

A urbanização de Belém trouxe à tona conflitos entre as diferentes formas de viver na cidade. Enquanto os espaços urbanizados adotavam padrões considerando civilizados, outros mantinham práticas percebidas como selvagens ou não civilizadas. Essa dicotomia cultural gerava atritos nos diferentes modos de vida e concepção de civilidade, como menciona Coimbra; “à medida que Belém foi sendo urbanizada, os conflitos entre os hábitos considerados civilizados e os considerados selvagens tornavam-se mais frequentes, pois as fronteiras entre os espaços urbanizados e os não urbanizados tornavam-se cada vez mais próximas...”.¹⁴⁶

Dessa maneira, a urbanização de Belém, longe de ser um processo linear e homogêneo, não foi apenas uma manifestação unidirecional de desenvolvimento, mas uma interação complicada entre as diferentes forças sociais em que, “a urbanização de Belém foi ocorrendo na base da negociação e do conflito.”¹⁴⁷

Embora houvesse elementos de “negociação” envolvidos, o governo exerceu sua influência e frequentemente utilizou sua autoridade para impor suas políticas e diretrizes urbanas. Essa abordagem reverbera uma dinâmica de poder assimétrica, na qual o Estado tinha total controle sobre recursos e decisões-chave relacionadas à modernização da urbe paraense, e que se utilizava de certos ajustes como forma de persuadir ou um possível cooptação de outros atores sociais para apoiar as políticas governamentais, em vez de uma verdadeira troca de interesses “em pé de igualdade”.

¹⁴⁴ SARGES, 1998, pp. 96-97

¹⁴⁵ Lacerda, Franciane Gama & Sarges, Maria de Nazaré: DE HERODES PARA PILATOS: VIOLÊNCIA E PODER NA BELÉM DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX. p-168

¹⁴⁶ COIMBRA, 2014, p.115

¹⁴⁷ COIMBRA, 2014, p.116

A tentativa de explicitar a relação de forças que historicamente marcou o ambiente citadino de Belém do Pará, durante o governo de Antônio Lemos, mostra a complexidade das relações que se desenvolveram nesse ambiente, em que diferentes atores sociais participaram de maneiras diversas diante das melhorias urbanísticas que estava em curso em no qual “se tornou uma ferramenta capaz de equacionar a degradação urbana”(SOARES, 2008, p.84)

Era o dia 18 de novembro de 1897, início de uma nova administração municipal em Belém. Antônio Lemos, o novo intendente andando pela cidade, habito que passou a adotar desde que se tornou alcaide, observou que ainda existiam muitos costumes considerados “bárbaros” para uma capital que se pretendia civilizada. A presença de animais domésticos nas ruas e o habito de corar as roupas na frente das casas eram o sinal de que os costumes paraenses estavam longe de espelhar o discurso europeizado da municipalidade.”(SARGES, 1998, p.116)

Essa observação demonstra que Antônio Lemos tinha uma visão clara sobre o que julgava ser adequado para uma cidade que considerava moderna e civilizada. A presença de animais nas ruas e a realização de atividades cotidianas, eram vistas como práticas que precisavam ser modificadas para alinhar Belém aos padrões europeus de urbanidade. Essa “incompatibilidade” entre os padrões de civilidade que Lemos buscava e as rotinas enraizadas na cultura local, representavam a divergência na compreensão distinta de ordem, higiene e estética urbana entre a visão europeizada do intendente e as condutas cotidianas da população local. Esse desacordo de valores e hábitos, também, pode ser considerado como um reflexo dos desafios das mudanças em sua estrutura política e social, onde [...] um dos principais interesses de Lemos era destruir uma certa imagem corrente sobre o Pará, que ainda existia em vários recantos do país, entre gente culta, inclusive.”¹⁴⁸

Essa tarefa não se limitava apenas à implementação de políticas práticas, mas envolvia a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados, que demonstrava a capacidade do Pará de se destacar como uma sociedade moderna, progressista e civilizada, o que conduziria o Estado a um patamar de força influente e respeitada dentro do país, e conseqüentemente [...] Lemos deixaria os preconceituosos detratores da Amazônia, atônitos perante os irrefutáveis progressos das belezas do Pará.¹⁴⁹

Entretanto, para que se tornasse possível a fazedura de sua política, era necessário manter-se no cargo de dirigente municipal como garantia para a continuidade dos projetos que

¹⁴⁸ SARGES, 1998, p.124

¹⁴⁹ SARGES, 1998, p. 124

havia proposto, além de implementar medidas necessárias para alcançar seus objetivos políticos e administrativos. A estabilidade à frente da municipalidade proporciona a Antônio Lemos uma base de poder inescusáveis para exercer sua influência, consolidada através das alianças políticas feitas fora da capital. Outra característica bastante marcante de sua administração, era o uso da força e da intimidação. Esses aspectos autoritários tornaram-se conhecidos além das fronteiras do norte:

Pereira estremecei! Temei ó Passos! / Vem aí o maior dos intendentes! / E se
 isso sabem cariocas gentes / Estais fora do lugar com dois trompassos
 Esse que vem, jamais os embaraços / Conheceu das políticas correntes, / E
 no Pará até presidentes / Vivem sujeitos aos seus rijos braços
 Enquanto vós aqui abris as ruas, / Pondes abaixo as ruinarias nuas, / Encheis
 as valas, esgotais as sangas Lemos... abre a cabeça aos seus contrários /
 Enche de pau e mata adversário / À frente de uma malta de capangas.¹⁵⁰

Esse registro literário não apenas confirma a reputação de Lemos como um líder autoritário, como também revela como essa imagem transcendeu as fronteiras regionais, sendo reconhecida e comentada em outras regiões do país.

Voltando o olhar para a capital paraense, a violência com a qual Lemos lida com as situações inerentes a cidade de Belém e seus habitantes, agora respaldado e formalizado por instrumentos legais e normativos, representa a regulamentação das práticas cotidianas, hierarquizando as culturas existentes na cidade. Dessa maneira, a resistência por parte da população pode ter sido uma ocorrência natural à tentativa de estabelecimento de um comportamento, considerados alheios à realidade e à identidade local principalmente quando essas mudanças eram acompanhadas pelas condutas arbitrárias de uma política que desconsidera as necessidades e perspectivas da população, ou ao menos parte dela, criando um cenário de conflito, que representa um grande obstáculo para a implementação bem-sucedida das políticas propostas. Como salienta Maria de Nazaré Sarges:

É importante ressaltar que a concepção de civilização de Antônio Lemos está supostamente associada a um conjunto de valores do mundo europeu; tais valores informariam a sua atuação administrativa na luta contra a “barbárie” e o “atraso” da cidade e sua população. Esse projeto civilizador não foi capaz, contudo, de modificar certas tradições culturais, hábitos e costumes

¹⁵⁰ Esse soneto foi extraído do artigo produzido por: Luiz Augusto Pinheiro Leal, Professor da Escola Superior Madre Celeste – ESMAC e membro da Associação Angoleiros da Amazônia – ANGA. Publicado na Revista Afro-Ásia, ed, 2005. p.251. não tive acesso a fonte, porém, achei importante compartilhar seu conteúdo para poder reverberar sobre a percepção tida sobre o intendente, na capital do país.

de uma população que vivia em outro contexto, muito diferente do europeu”(SARGES, 1998, pp.133-134).

É importante perceber o significado da própria ação de se contrapor às determinações de uma modernidade praticadas pela intendência de Lemos, haja visto que não se limita simplesmente a um ato de resistência, mas se configura em “vozes” ativas da parte mais vulnerável da população, destacando sua natureza ativa e engajada, Orejeitando não apenas as mudanças propostas, mas buscando expressar suas preocupações na construção de seu próprio destino. Ao se tornarem vozes ativas, a população menos favorecida não está apenas enfrentando ao que é indesejado, mas reivindicando o seu direito de contribuir para as discussões sobre desenvolvimento e as políticas que impactam diretamente suas vidas.

Quando consideramos não apenas os aspectos materiais da modernização, mas também as dimensões simbólicas e culturais que influenciaram a maneira como as comunidades recebem e respondem às mudanças propostas pelo governo de Antônio Lemos, percebemos as estratégias de resistência adotadas pela população pobre diante do processo civilizatório, reconhecendo as diferentes maneiras pelas quais os diferentes grupos sociais respondem a esses processos.

Ao longo da governança lemista, observou-se a recorrência de denúncias na qual expressões culturais foram alvo de escrutínio e, por vezes, sofreram repressão por parte das autoridades locais, numa tentativa de controlar a moldar a vida pública, a partir de normas e valores específicos que se alinhassem com a visão de modernização proposta pela administração. Como aponta Luiz Augusto Pinheiro Leal (2005), em artigo intitulado: *Capoeira, Boi-Bumbá e política no Pará republicano (1889-1906)*:

Os primeiros anos republicanos se caracterizaram pela intensa campanha contra a capoeira e a vadiagem ou vagabundagem. Justificativas não faltaram para fundamentar a perseguição: o perigo para a ordem pública, a carência de mão-de-obra para a lavoura, o aumento da criminalidade e muitos outros argumentos de menor importância.(LEAL, 2005, p.242)

Essas denúncias tinham diversas motivações, mas a que nos interessa aqui, são as tentativas de suprimir praticas culturais consideradas inadequadas ou em desacordo com as ideias defendidas pela municipalidade no novo Código de Polícia Municipal, que estabeleciam punições, alinhando-se ao modelo republicano:

Para os que eram apontados como vadios o código penal republicano previa a punição com prisão por até trinta dias e a obrigação de assinar um termo que os sujeitasse a “tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena”. Por ser a acusação de vagabundagem um instrumento de grande eficácia para a desqualificação de indivíduos e de práticas culturais, sua utilização era estendida às mais diversas circunstâncias.(LEAL, 2005, p.243)

Esse quadro reverbera as discordâncias, não apenas sobre tradições culturais, como também as disputas em torno do espaço público, apresentando-se como forma de preservação desse substrato simbólico que confere não apenas uma qualidade de pertencimento, mas também integra a identidade individual e coletiva que caracterizam os processos de resistência. A ocorrência dessas tradições em locais públicos, torna-se um ato de reivindicação do direito à identidade e à preservação de elementos simbólicos essenciais para certos grupos ou comunidades.

Como exemplo de manifestação popular que foi alvo de perseguição, podemos destacar a capoeira, que historicamente foi praticada por grupos marginalizados e durante a administração de Antônio Lemos, era frequentemente associada à criminalidade e à vagabundagem:

Na linguagem dos que denunciavam a prática da capoeira em Belém, através das páginas jornalísticas e policiais, “vadiagem” e “vagabundagem” eram termos que se confundiam completamente com “capoeiragem”. E era desta forma que a prática da capoeira estava sendo denunciada, pela imprensa local, ao longo da segunda metade do século XIX e começo do XX. Uma intensa campanha pelo seu extermínio foi desencadeada nesse momento.(LEAL, 2005, p.243)

Através dessa forma de expressão cultural afro-brasileira, que combina arte marcial, dança e música, seus participantes buscavam meios para afirmar sua identidade e fortalecer laços comunitários, resistindo à tentativa de suprimir suas tradições, além de reivindicarem direito preservar traços característicos que permitia transmitir conhecimentos através de seus rituais utilizando linguagens simbólicas que transcendia as barreiras impostas pela sociedade da época.

CAPÍTULO III

3 - A relevância o pensamento atento à realidade dos excluídos: desvelando verdades para uma transformação social

No debate sobre a interpretação da História a importância de reexaminar os relatos passados emerge de uma questão crucial para o pensamento contemporâneo: necessidade de se estar atento à realidade dos excluídos. A história contada a partir das perspectivas do dominante, foi negligente por muito tempo com as vozes dos marginalizados. Ao direcionarmos nossa atenção para a realidade dos excluídos, revelamos não apenas conquistas e avanços, mas também injustiças que não foram tratadas de forma correta pela historiografia tradicional, sofrimentos e resistência que foram esquecidos. No contexto atual, em que a diversidade e inclusão são cada vez mais reconhecidas como pilares fundamentais para a construção de sociedades justas e igualitárias, a atenção a realidades dos excluídos torna-se um imperativo ético e intelectual.

Ao considerarmos a perspectiva dos marginalizados, das minorias e dos oprimidos, expandimos horizontes cognitivos e enriquecemos nossa compreensão da complexidade humana e das dinâmicas sociais, tornando-se uma obrigação epistêmica de confrontar as omissões sistemáticas e distorções presentes nas narrativas históricas circunstanciais. Dessa forma, reiteramos a necessidade de retificar as lacunas existentes nas histórias narradas que perpetuou uma visão distorcida do passado. Isso não é apenas uma resposta à exigência de honestidade histórica, como também é a maneira pela qual notabilizamos a diversidade de experiências que desenvolvemos para a formação da sociedade.

Para o filósofo alemão Walter Benjamin, é necessário que o historiador não se limite a reconstruir fielmente os eventos passados, mas sim apropriar-se de suas reminiscências no momento em que elas relampejam diante de um perigo iminente¹⁵¹. Isso implica em capturar a essência do passado que ressoa no presente, mesmo que o sujeito histórico esteja sob ameaça e subjugo ao controle das classes dominantes. Para o autor “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”¹⁵²

¹⁵¹ BENJAMIN, Walter: *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio Sobre Literatura e história da cultura*. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. Ed. Brasiliense S.A. 1987, p. 222-232.

¹⁵² Tese Sobre o Conceito de História - Tese 6

Benjamin ressalta que a luta contra o controle das classes dominantes é uma batalha contínua, na qual o inimigo, perpetuamente busca subjugar e distorcer a história em seu benefício mantendo a continuidade da hierarquia de poder ao longo do tempo. Não por acaso, sob os imperativos de progresso e modernização, Lemos implementou mudanças em todos os aspectos da cidade de Belém, o que contribui para a construção de uma narrativa que destacou os avanços e o desenvolvimento, permitindo manter uma hierarquia de poder sob o discurso civilizatório, enquanto na prática, as desigualdades sociais persistiram ou até mesmo se agravaram. Nesse sentido, ao refletirmos sobre as ações de Antônio Lemos à luz das perspectivas de Walter Benjamin, para quem “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”¹⁵³, torna-se importante desvelar as complexidades por trás das narrativas de progresso proferidos pela intendência, examinando, de fato, quem foram os agentes beneficiados e quem foram os excluídos nas transformações urbanísticas.

Um bom exemplo que podemos destacar das relações de conflitos entre vencedores e vencidos, foi quando os colonizadores europeus, principalmente espanhóis e portugueses, chegaram à América Latina e encontram povos que já habitavam a região há milhares de anos.

Esses encontros resultam em conflitos frequentes, nos quais os colonizadores impuseram seu domínio sobre os povos nativos, explorando seus recursos naturais, forçando a conversão ao cristianismo e estabelecendo sistemas de trabalho compulsório, como o sistema de encomenda na América espanhola e o sistema de plantação na América portuguesa. Essa relação de conflito revelada em séculos de opressão, persistiram mesmo depois das independências das Américas, contribuindo para as disparidades sociais, políticas e econômicas que são observadas ainda hoje.

É verdade que há uma disparidade no conhecimento e na divulgação das culturas indígenas em comparação com as culturas europeias, e isso pode ser atribuído a diversos fatores históricos e sociais. A colonização europeia no Brasil, por exemplo, teve um impacto significativo na supressão dessas culturas, resultando na perda de território, práticas culturais e até mesmo vidas. Durante séculos, as políticas de assimilação cultural, violência e discriminação desenvolveram-se para a perda de línguas, tradições, religiões, e costumes indígenas. Além disso, o sistema educacional muitas vezes falhou em ensinar de forma abrangente e precisa sobre a diversidade cultural e histórica do Brasil, incluindo as culturas

¹⁵³ Tese 7

indígenas. No que diz respeito à cultura europeia, é verdade que há um conhecimento mais difundido sobre as diferentes nacionalidades, mitos e lendas. Isso pode ser atribuído em parte à influência histórica da colonização, à disseminação global da cultura europeia e a hegemonia cultural resultante. Muitos estudiosos e ativistas concordam que essa disparidade no conhecimento e na valorização das culturas indígenas em comparação com as culturas europeias é um reflexo das consequências históricas da colonização. Durante esse processo, as culturas indígenas foram frequentemente marginalizadas, desvalorizadas e até mesmo suprimidas.

A educação, por vezes foi usada como uma ferramenta para difundir a visão eurocêntrica da história e da sociedade, deixando de lado ou simplificando demais a rica diversidade das culturas dos povos nativos. Suas sociedades possuem estruturas sociais e políticas complexas, e suas tradições orais desempenham um papel crucial na transmissão do conhecimento e na preservação de suas histórias. É preocupante que muitas pessoas desconheçam essas narrativas, pois levam a estereótipos, preconceitos e desvalorização, o que promove o desconhecimento das contribuições desses povos para a formação da sociedade brasileira e a perpetuação da injustiça e da invisibilidade dos seus direitos.

A disseminação de informações incorretas, como a ideia de que os povos originários são atrasados ou não trabalham, por exemplo, foi desenvolvida na Europa, junto com a ideia de progresso, usada como justificativa para as práticas coloniais de exploração ligadas a ideia de superioridade cultural e racial. Esse conceito foi instrumentalizado para concretização do colonialismo, argumentando que as comunidades colonizadas seriam “civilizadas” e “modernizadas” de acordo com os padrões europeus.

Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*¹⁵⁴, fala que alguns intelectuais comprometidos com esse projeto, ajudaram a construir essas ideias:

O vice-rei do México considerava que não havia melhor remédio que o trabalho nas minas para curar “a maldade natural” dos indígenas. Juan Ginés de Sepúlveda, o humanista, sustentava que os índios mereciam o trato que recebiam porque seus pecados e idolatrias constituíam uma ofensa a Deus. O conde de Buffon afirmava que não se registrava nos índios, animais frígidos e débeis, “nenhuma atividade da alma”. O abade De Paw inventava uma América onde os índios degenerados eram como cachorros que não sabiam latir, vacas incomestíveis e camelos impotentes. A América de Voltaire, habitada por índios preguiçosos e estúpidos, tinha porcos com umbigos nas

¹⁵⁴ GALEANO, Eduardo *As Veias Abertas da América Latina*: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (estudos latino-americano, v.12) Do original em espanhol: *Las venas abiertas da America Latina*. 1989.

costas e leões carecas e covardes. Bacon, De Maistre, Montesquieu, Hume e Bodin negaram-se a reconhecer como semelhantes os “homens degradados” no Novo Mundo. Hegel falou da impotência física e espiritual da América e disse que os índios tinham perecido ao sopro da Europa. No século XVII, o padre Gregório Garcia sustentava que os índios eram de ascendência judaica, porque, como os judeus, “são preguiçosos, não crêem nos milagres de Jesus Cristo e não são gratos aos espanhóis por todo o bem que lhes fizeram”.(GALEANO, 1989, p.30)

Essa justificativa utilizada para implementar a superioridade da cultura europeia, contribuiu para a reprodução de relações desiguais de poder, e a legitimação de políticas coloniais injustas, incluindo a escravidão, e expropriação de terras e a imposição de valores que resultou em confrontos significativos, tanto diretos quanto indiretos, entre colonizadores e colonizados que resistiam à subjugação. A chegada dos conquistadores europeus à América Latina marcou o início de uma destruição das civilizações ameríndias através da imposição de sua supremacia, empregando métodos brutais. A violência, o genocídio e a escravidão foram ferramentas utilizadas para controlar os nativos, resultando em um colapso de todas as estruturas que configuravam esses povos que, “A expropriação dos indígenas - usurpação de suas terras e de sua força de trabalho - foi e é simétrica ao desprezo racial, que por sua vez se alimenta da objetiva degradação das civilizações indígenas arrasadas pela conquista. Os efeitos da conquista e todo o longo tempo de humilhação posterior despedaçaram a identidade cultural e social que os indígenas tinham alcançado.”(GALEANO, 1989, p. 36)

Claro, o que tenta-se mostrar até aqui é que, quando ocorre a colonização europeia sobre os países da América Latina, as narrativas, também, sobre a conquista são controladas pela visão que os “vencedores” tiveram sobre seus feitos. Essa moldagem resultou em uma representação distorcida e parcial dos eventos históricos, favorecendo essa visão eurocêntrica. Tais narrativas, perpetuou a ideia de superioridade, retratando a cultura dos povos indígenas e toda a sua história como primitiva ou bárbara, o que justificaria suas ações como parte de um suposto “fardo civilizatório” retratando-os como heróis que “descobriram” e “civilizaram” terras “selvagens” e “atrasadas”. No entanto, como este trabalho se propõe discutir uma percepção da história em que o protagonismo da ação, seja observado a partir da ação de quem foi silenciado, buscamos abordar uma perspectiva, em que não apenas as ações de figuras proeminentes sejam ouvidas, mas também as experiências e contribuições das pessoas comuns.

No caso da conquista da América, Hector Bruit (1991), se contrapõe a ideia de que o sujeito da história seja o conquistador europeu. O autor argumenta que “a resistência indígena

não se esgotou nas guerras nem nas sublevações que assolaram a sociedade colonial”¹⁵⁵, ao contrário, Bruit destaca que a resistência indígena combinava diversas formas de opor-se às tentativas de assimilação cultural impostas pelos colonizadores, e dessa forma conseguiam manter suas identidades e tradições.

Um bom exemplo para ilustrar as variadas formas de resistência praticada pelos povos nativos, é narrado no livro *A conquista da América*, escrito por Tzvetan Todorov, no qual ele argumenta que o silêncio infligido a Montezuma leva a uma paralisia que se traduz numa renúncia à linguagem e por sua vez num reconhecimento à derrota. No entanto, Hector Bruit opõe-se a aparente falta de resposta dos povos indígenas diante da invasão e conquista por parte dos colonizadores europeus. Para ele, essa ausência de resistência direta e imediata não se deve à falta de vontade ou incapacidade de se oporem aos invasores, mas sim à inadequação do sistema simbólico dos indígenas para compreender e enfrentar a chegada dos colonizadores. No entanto, a brutalidade perpetrada pelos colonizadores não resultou apenas em uma perda massiva de vidas, elas desencadearam rupturas culturais e sociais, minando as estruturas fundamentais que formavam essas comunidades impondo um profundo impacto na identidade e nas dinâmicas sociais das populações colonizadas. Segundo Bruit:

De fato, a destruição e o massacre foram, em primeiro lugar, produto de uma relação de guerra que se processa porque existem combatentes de um lado e de outro. O conquistador massacra não apenas porque esteja longe da lei, do Estado e do Rei, como que Todorov, ele mata porque o índio opõe formas diversas de resistência que vão da militância até o silêncio. Se militarmente ele é derrotado, seu silêncio, e a quebra da comunicação freiam a manipulação na medida em que o discurso do conquistador só pode ter efeito e sentido quando referido ao discurso do índio. Se o silêncio explica a derrota, também revela a resistência porque, desse modo, se negava o discurso do conquistador e não é surpreendente que essa atitude silenciosa seja a marca mais evidente do índio.(BRUIT, 1991, 154)

Como podemos observar, o controle das narrativas históricas pelos vencedores acarretaram profundas implicações na forma como as vítimas de suas dominações percebiam e interpretaram suas próprias condições, o que impossibilitava o desenvolvimento de uma consciência sobre suas formas de lutar contra esses abusos. Esses discursos, que durante muito tempo tornaram-se hegemônicos, caracterizado pelo eurocentrismo, distorciam as

¹⁵⁵ BRUIT, Hector in: *América Latina: Quinhentos anos entre a Resistência e a Revolução*. Ver. Bras. de Hist. S. Paulo, v.10 nº20. Pp. 147-171. Mar. 91/ Ago. 91

injustiças cometidas e apresentava uma versão da história que favorecia suas perspectivas e a deturpação real das violações que ocorriam.

Não há como negar que o legado trazido pela colonização, foi marcado pela violência que promoveu durante sua execução. Milhares de pessoas foram subjugadas em nome de uma suposta missão civilizatória. Sob a égide do eurocentrismo que olha para o outro como primitivo, as potências europeias puderam explorar seus territórios provocando-lhes traumas difíceis de serem superados, pois “...provocou nos índios o medo-pânico perante a destruição de sua civilização...”¹⁵⁶. As vítimas dessa violência foram frequentemente culpabilizadas por sua própria condição e retratadas como obstáculos a serem sobrepujados cedendo espaço ao progresso e à modernidade entendidas como a etapa evolutiva da sociedade.

No entanto, no caso das comunidades nativas à época da colonização, percebemos que elas não foram totalmente passivas diante de seu subjugo, a sutileza utilizada na forma de resistir, “...se situava no lugar em que os conquistadores não podem percebê-la com clareza, isto é, fora do campo militar. O autor aponta ainda que:

os conquistadores assumiram um pesado fardo social, o continente todo o assumia no tempo e no espaço que renegando-o, fechando os olhos a uma realidade que tem alimentado uma infinidade de eventos e processos sociais que frustram a pretensão de uma história feita à imagem e semelhança do ocidente. A conquista não eliminou os índios mas tampouco os dominou, não pode. Eles ficaram, sobreviveram para testemunhar o primeiro fracasso do ocidente na América, apesar de todas as evidências em contrário.(BRUIT, 1991, 155)

Quando levamos em conta, na construção de narrativas, as perspectivas de quem foi vítima nos processos históricos, procuramos compreender não apenas os eventos que originaram as investigações dos impactos objetivos, como como as consequências materiais da violência e da opressão, como também as dimensões subjetivos das experiências vividas, que reflete um reconhecimento significativo nas mudanças de abordagem deslocando-se para além do pensamento dominante e historicamente privilegiado, incluindo [...] uma pertinente discussão sobre o sujeito subalterno[...]¹⁵⁷. Ao trazer à tona as experiências que tradicionalmente foram silenciadas, oportuniza-se um melhoramento de cognição sobre os

¹⁵⁶ BRUIT, Hector: América latina: Quinhentos anos de Resistência e Revolução. 1991, p.154

¹⁵⁷ SPIVAK, Gayatri Chakravony, 1942- Pode o subalterno falar? I Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG,2010.

processos civilizatórios ocorridos no final do século XIX, isso nos permite considerar alternativas às interpretações convencionais, explorando particularidades, antes negligenciadas pela historiografia.

Em uma das muitas contribuições de Walter Benjamin, ele rejeita a concepção linear de progresso, comum no pensamento burguês do século XIX, argumentando que essa visão simplista obscurecia as sutilezas nas contradições existentes nos discursos históricos, pois negligenciava as tragédias e as rupturas que marcavam o curso dos eventos. e em vez disso, Benjamin propôs uma compreensão mais dialética que reconhecesse as complexidades da experiência humana ao longo do tempo.

Nesse sentido, o desprezo pelas narrativas simplistas que representam o tempo como uma linha reta e progressista, aponta para a fragmentação e descontinuidades dos eventos históricos que marcam suas narrativas e denotam uma importância de reconhecer as feridas e as cicatrizes deixadas ao longo do caminho. Sua perspectiva sobre o progresso se reflete na possibilidade de uma transformação revolucionária no presente que permitiria a ressurreição de momentos passados em um contexto contemporâneo. Dessa maneira, seria possível obliterar a ideia de que, eventos passados conduzem inevitavelmente a um futuro melhor, em vez disso, para o autor, o curso das ações humanas não segue uma trajetória previsível, mas é caracterizado por contingências, interrupções e rupturas ao longo do tempo.

Quando Walter Benjamin analisa o quadro “Angelus Novus” de Paul Klee¹⁵⁸, como ponto de partida para suas reflexões em seu ensaio “Teses Sobre o conceito de História”, o autor se prevalece de um pequeno texto cheio de metáforas significativas para apresentar o seu pessimismo em relação a História e a ideia de progresso. Para o autor, o anjo é como o representante da visão histórica que encara o passado, testemunhando uma série eventos como uma sucessão de eventos catastróficos revelando um desenrolar caótico marcado por uma apologia do presente orientada pelos vencedores. ou seja, o olhar do anjo revela o sentido da História. Em sua tese nona, Benjamin diz o seguinte:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma

¹⁵⁸ Tese 9.

tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.¹⁵⁹

A metáfora do “anjo da história”, apresentada por Walter Benjamin, encapsula a complexidade do olhar retrospectivo sobre o passado, que ao tentar reconstruir o que foi destruído, encontra-se constantemente preso pelos ventos do progresso. Essa situação ressalta a inabilidade do historiador em “ressuscitar” completamente o que se foi, pois, inevitavelmente, somos moldados pelas lentes do presente, condicionados às limitações do próprio historiador.

Essa compreensão historicista criticada por Benjamin que adota uma postura onde não leva em consideração as consequências e as injustiças que acompanham os avanços, negligencia o sofrimento e a opressão subjacentes ao próprio progresso.

Assim sendo, entendemos que as políticas adotadas por Antônio Lemos, são um reflexo da dualidade de suas ações, onde, embora as medidas adotadas buscassem o progresso e aprimoramento da infraestrutura da cidade, os efeitos dessas medidas revela a inobservância de parte da população e indicam a tentativa de controle de aspectos culturais e comportamentais, manifestados em regulamentações que restringiam certas formas de conduta e expressões populares.

David Durval de Jesus (2010), fala que, “com a Intendência lemistá não ocorreu apenas uma maior vigilância e punição de costumes considerados “incivilizados”, por meio da Guarda Municipal e do Código de Polícia Municipal. Também ocorreu a condenação de costumes antes não inseridos em Códigos de Posturas”.¹⁶⁰

Esse tipo de imposição aos padrões culturais de uma sociedade foi uma característica que marcou a colonização da América latina e influenciou as grandes narrativas, construindo uma compreensão dominante composta por ideias, valores e comportamentos que perpetuaram as estruturas de poder existe. Quando direcionamos esse entendimento para a modernização da capital paraense, no início do século XX, percebemos que o projeto da intendência lemistá, tinha compartilhavam algumas características com a dominação colonial em termos em de imposição de padrões e valores específicos. É claro que, é importante

¹⁵⁹ BENJAMIN, Walter: *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio Sobre Literatura e história da cultura*. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. Ed. Brasiliense S.A.1987, p. 222-232.

¹⁶⁰ VIEIRA, David Durval Jesus: *BELÉM: SOCIEDADE E NATUREZA (1897-1911)*. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.2 – Jul/Dez 2010 Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

considerar que as circunstâncias históricas e contextuais estão separadas por diferenças significativas, incluindo a natureza das relações de poder, os objetivos das políticas implementadas e as condições socioeconômicas da época, haja visto estarmos falando de um período pós-colonial. No entanto, mesmo com essas diferenças, é possível reconhecer suas similitudes nas políticas que infligiam certos padrões e a busca por controle social, tendo efeitos semelhantes em termos de marginalização de certas práticas culturais e o reforço nas estruturas de poder.

Ainda em “Teses sobre o conceito de história”, Walter Benjamin nos instiga a pensar sobre a natureza do que ele chama de “estado de exceção” como regra geral da sociedade, propondo que é necessário reconstruir nossa compreensão da História a partir da tradição dos oprimidos e nos faz lembrar de que o atual contexto de crise e opressão não é uma anomalia, mas sim uma expressão típica das estruturas de poder dominante. Ao construir um conceito de história que reflita essa realidade, somos convidados a abandonar a complacência e o conformismo que por vezes caracterizam nossa compreensão do passado, e também do presente. Essa postura de resistência, reconhece que somente através de uma ruptura radical com a normalidade estabelecida, seria possível enfrentar o passado idealizado que alimenta a ilusão de progresso:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo "como ele de fato foi". Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.¹⁶¹

Benjamin demonstrava certa preocupação com o historiador “interessado em ressuscitar uma época [...]”¹⁶², sob o risco de adotar uma perspectiva unilateral e enxergar a história apenas pelos olhos dos vencedores, além de ignorar as vozes oprimidas perpetuando

¹⁶¹ BENJAMIN, Walter: *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio Sobre Literatura e história da cultura*. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. Ed. Brasiliense S.A.1987, p. 222-232.

¹⁶² BENJAMIN, Walter: *Magia e Técnica, arte e política: Ensaio Sobre Literatura e história da cultura*. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. Ed. Brasiliense S.A.1987, p. 222-232.

uma visão distorcida da história. Essa perspectiva reflete uma realidade muitas vezes negligenciada na prática histórica que tendia a representar apenas um entendimento dos acontecimentos, e omitia experiências valiosas para a compreensão do passado incluindo aqueles que, historicamente foram esquecidos. O autor nos lembra que o passado não é uma entidade distante, mas está intimamente ligado ao presente, que continua a ecoar em nossa realidade. Um bom exemplo que pode explicitar essa situação, está na relação entre a governança municipal de Antônio Lemos e a violência aplicada pela polícia da municipalidade contra a população mais vulnerável, que mesmo exercendo práticas dentro de uma legalidade institucional, revela uma faceta dos ideais civilizatórios, através de atos punitivos, que eram justificados sob a égide de manter a ordem e a conformidade com os valores arraigados e socialmente aceitos naquele contexto específico.

A presença marcante dos valores disciplinares, fundado na moralidade associados a elite da *Belle Époque*, trouxe uma reorganização significativa nos padrões sociais e culturais da sociedade paraense, criando uma atmosfera de instabilidade e violência que desafiava a autoridade no novo regime republicano. De acordo com Lacerda e Sarges (2009);

A sociedade paraense da virada dos séculos denuncia um constante embate entre a ordem e a desordem, a “barbárie” e o civilizado, numa compreensão de que a cultura dominante com o seu componente político impõe um modelo de comportamento que passa a ser referendado por um conjunto de significados concretizados no Código de Posturas de 1900.¹⁶³

Essa nova ordem constituída tornou-se um campo de batalha simbólico, onde a cultura, autodenominada dominante, erguia-se como padrão a ser seguido e qualquer outra prática que fosse considerada divergente, era subjugada e reprimida com uma força antitética ao progresso desejado pela elite. Essa narrativa permitia a legitimação da imposição de um modelo de comportamento que fossem condizentes com os valores culturais dominantes, materializando-se nos Códigos de Posturas. Conforme as autoras observam;

A ordem era impor mais civilidade aos costumes dessa gente que por força do boom gomífero teria que conviver com novo modelo de decoro público. O que remete a um estado de constante tensão entre os populares e os poderes públicos.¹⁶⁴

¹⁶³ LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré: DE HERODES PARA PILATOS: VIOLÊNCIA E PODER NA BELÉM DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX, 2009, p.170

¹⁶⁴ LACERDA e SARGES, 2009, p.170

Dessa forma, a sociedade paraense, que está em constante transformação, na época, e confrontava-se com a necessidade de estabelecer uma ordem em um ambiente permeado pela diversidade cultural e pelas contradições sociais onde “[...] o acirramento das tensões se expressava de acordo com o tempo vivido pelos moradores [...]”¹⁶⁵. No entanto, por trás dessa aparente ordem e civilidade, havia uma resistência latente por parte daqueles que eram marginalizados e oprimidos, e por vezes, buscaram desafiar as imposições estabelecidas no Código de Posturas na tentativa de afirmar suas identidades e formas de vida. À título de ilustração, Lacerda e Sarges falam que:

na temporada carnavalesca eram proibidos os cordões, sem licença da Intendência, fazer sambas, tocar tambor ou andar de máscara depois das 18 horas, sob pena de pagar multa de cem mil réis. Nesse contexto, as festas populares serão um campo propício para a disciplina visando novas dimensões da sociabilidade. A reação da polícia e de moradores da cidade em relação às festas populares que ocorriam nas ruas de Belém não deixou de ser expressa nas páginas dos periódicos locais, que consideravam eventos como os da quadra junina, tão festejada no início do século XX, com as danças dos cordões de boi-bumbá, uma verdadeira afronta à moral e aos bons costumes. Tais cordões dançantes eram vistos como grupos de malandros fantasiados (...) numa berraria de cantos africanos.¹⁶⁶

As reações adversas às festas populares, reflete uma característica peculiar do processo de modernização: o conservadorismo. Essa perspectiva conservadora que associa as manifestações populares a comportamentos considerados inadequados pela sociedade dominante na época, interpretavam tais posturas como ameaça à ordem estabelecida, sendo percebidas como desviantes e subversivas, caracterizando estereótipos presentes na mentalidade da época que reforçava a necessidade de controlar e disciplinar essas expressões consideradas fora do padrão. Essa é uma característica marcante da época, tendo em conta que não fazia muito tempo que havíamos passado de um modelo colonial, para um modelo republicano, onde basicamente, as estruturas de poder permanecem intactas de maneira que ainda refletem valores e ideais tradicionalistas.

Nesse sentido, apesar da aparente “modernização” que cria a ilusão de progresso, na realidade, encobre a persistência de desigualdades profundamente enraizadas que impedem a emergência de mudanças estruturais necessárias para uma verdadeira evolução, mantendo a cidade presa a padrões históricos de exclusão e marginalização.

¹⁶⁵ LACERDA e SARGES, 2009, p.170

¹⁶⁶ LACERDA e SARGES, 2009, p.171

Agemir Bavaresco (2019) *et al*, em ensaio publicado na Revista de Filosofia AUFKLÄRUNG, com o título “*Modernização Conservadora Brasileira como Conciliação:: Ensaio de Interpretação Filosófica – Apontamentos Pragmáticos*”¹⁶⁷, exploram a continuidade desses elementos conservadores que delineiam a sociedade colonial, e continuam a influenciar a sociedade brasileira, agora, no período republicano, como forma de preservar as hierarquias sociais preexistentes. De acordo com os autores:

Essa modernização seletiva possui na correlação de escravismo, poder senhorial, cultura pouco secularizada e politizada e centralidade da monocultura agrária seu horizonte de sentido e seu movimento mais fundamental, de modo que, interessantemente, nossa modernização – modernização que, de modo geral, significa superação de uma sociedade propriamente colonial – foi feita mantendo-se exatamente as características, os princípios e os sujeitos centrais dessa mesma sociedade colonial, a saber, o escravismo no âmbito das relações sociais, o grande fazendeiro senhor de escravos sob a forma de uma perspectiva autoritária e oligárquica no âmbito político, uma cultura fortemente essencialista e naturalizada ¹⁶⁸

Assim, os elementos estruturais que caracterizam a sociedade colonial, foram preservados e ressignificados ao longo do processo civilizatório ocorridos, principalmente, na virada do século XIX para o século XX que, ao invés de promover uma ruptura com as características mais problemáticas do colonialismo, continuam a influenciar as dinâmicas das comunidades, ditas moderna. Os autores acrescentam, ainda:

[...] nosso processo de modernização conservadora, tem seu cerne exatamente no fato de que a constituição da sociedade brasileira como sociedade contemporânea foi feita sem o enfrentamento consistente e, por conseguinte, sem a superação efetiva dos fundamentos de nossa sociedade colonial, em particular essa correlação de escravismo como o fato político, cultural, social, institucional e econômico fundamental da constituição e do desenvolvimento brasileiros[...]¹⁶⁹

Desse modo, na cidade de Belém do Pará, embora tenha havido transformações superficiais e a adoção de práticas modernas, aspectos como relações de poder, desigualdades sociais e estruturas institucionais, mantiveram-se profundamente enraizados, o que pode ser

¹⁶⁷ BAVARESCO, Agemir; DANNER, Fernando e DANNER, Leno Francisco: *Modernização Conservadora Brasileira como Conciliação:: Ensaio de Interpretação Filosófica – Apontamentos Pragmáticos*. I AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v.6, n.2, Mai. - Ago., 2019, p.47-74

¹⁶⁸ BAVARESCO, DANNER e DANNER, 2019, p.52

¹⁶⁹ Ibid., p.53

evidenciado pelo controle administrativo estabelecido por Antônio Lemos, cuja influência se sobrepujou no cenário local.

Destarte, nesse ambiente de disputas, a cultura terá um papel importantíssimo no enfrentamento às exigências por parte da intendência, pois ela se apresenta como uma maneira de burlar as medidas governistas, transformando-se em ações concretas da população. Essas disputas no campo simbólico de relações, é importante para reconhecermos que a cultura é um produto dinâmico das relações de poder e das lutas sociais, da mesma forma que seu processo de transmissão, está impregnado de desigualdades e injustiças, sendo necessário desviar-se das narrativas hegemônicas e “escovar a história a contrapelo”¹⁷⁰, fazendo revelar as fissuras e contradições ocultas sob a superfície da cultura dominante.

O fato é que, a falta de apropriação pelas classes dominadas dos aspectos mais comuns à sua vivência, resulta em uma cultura que, em vez de ser uma expressão diversa e inclusiva da sociedade, acaba servindo como um meio de controle e alienação social. As experiências, as histórias e tradições das classes subalternas são muitas vezes subjugadas ou reinterpretadas de acordo com a conveniência da classe dominante. Desse modo, é importante para esse grupo minorizado não apenas reconhecerem a importância da apropriação cultural, como também agirem ativamente para reivindicarem sua voz e presença nas narrativas culturais. Escovar a história a contrapelo significa, assim, desenterrar a tradição dos oprimidos, redefinindo e enriquecendo a paisagem cultural geral. Essa apropriação permite que diferentes olhares e experiências sejam incorporados, questionando a estruturas de poder estabelecidas, fazendo com que a cultura deixe de ser um instrumento unidirecional de opressão e se torne um espaço de resistência e expressão para todas as camadas da sociedade.

Em Belém, a introdução de práticas modernas, enfrentou resistência por parte dos diversos setores da sociedade que formavam sua urbe, especialmente daqueles que viam suas formas tradicionais de vida e trabalho ameaçadas pelas mudanças. Muitos, de certa forma, até reconheciam que havia a necessidade de melhorias em meio a precariedade a que estavam submetidos, entretanto, devido à forma impositiva que estava ocorrendo, passaram a se opor a elas devido ao impactos negativos em suas vidas e costumes, como a proibição de acender fogueiras na rua, coarar roupas no espaço público, banhar-se na maré, organizar festas de santos com seus mastros característicos, como ocorria na festa do Espírito Santo, no bairro do

¹⁷⁰ Benjamin, Walter: Teses sobre o conceito de História. Tese 7.

Umarizal, dançar em cordões, e muitos outros costumes populares¹⁷¹, além dos deslocamentos compulsórios.

Michelle Perrot (2017), em seu livro “*O excluídos da História*”, nos fala que quando houve a mecanização da força de trabalho na Europa, especialmente na França, no século XIX, encontrou diversas manifestações de oposição por parte dos trabalhadores que viam nessas mudanças tecnológicas, uma ameaça aos seus meios de subsistência, à sua dignidade e autonomia, e agiram de acordo com essa percepção. Para ela “a mecanização não responde a necessidades técnicas, mas basicamente disciplinares.”¹⁷² Ao automatizar os processos de produção, o trabalhador é submetido a uma disciplina mais rígida e uma lógica impessoal ditadas pela tecnologia, redefinindo as relações de trabalho além de normatizar e padronizar os processos de produção, aumentando sua eficácia e eficiência. É o que ocorre em Châteauroux, por exemplo, no ano de 1816:

A diminuição da mão de obra sob a Revolução e o Império contribuiu inquestionavelmente para modificar as atitudes: como lembram os operários da manufatura têxtil de Châteauroux numa petição de 1816 ao prefeito, para a retirada das máquinas, “os braços tinham se tornado escassos em todas as oficinas. Para substituí-los, os chefes das manufaturas e os fabricantes mais ricos (...) pensaram em conseguir máquinas com as quais batem, cardam e fiam a lã, tecem, aparam e fazem a cardadura final dos tecidos”.(PERROT, 2017, p.17)

A adoção de máquinas, nesse caso, representou a melhoria na capacidade de realizar diversas etapas do processo produtivo, assim como sua eficiência, e reduziram os custos, como também aceleraram a fabricação de tecidos e outros produtos. As reações dos trabalhadores, de um modo geral, viam esse processo como uma ameaça à sua própria empregabilidade e às tradições manuais, expressada na petição feita ao prefeito, o refletia, para nós, além da preocupação com seu sustento, uma forma de resistir às mudanças tecnológicas.

A transição para uma produção mais mecanizada teve impactos sociais e econômicos que afetaram diretamente a vida dos trabalhadores, se antes possuíam o controle sobre a modo de produção e, a partir de sua substituição por máquinas, tiveram que se adaptar a uma nova dinâmica, com mudanças nas relações de trabalho, na estrutura familiar e nas suas condições de vida. A preocupação com essas situações que se apresentava, acabou desencadeando

¹⁷¹ LACERDA e SARGES, 2009, p.170

¹⁷² PERROT, Michelle; *Os excluídos da história*. tradução Denise Bottmann. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017, p.16.

manifestações que variavam entre as mais exaltadas, e outras com menos furor, porém tão eficaz quanto a primeira. Michelle Perrot apresenta vários exemplos, em cidades diferentes, de substituição da mão-de-obra pela introdução de tecnologia na produção:

De forma similar, em Vienne, em 1819, a introdução da Grande Tosadeira se segue a um período de organização operária: bem-remunerados, os operários são indisciplinados, brigões e beberrões. Em Paris, “no final dos anos 1820, certos teares são mecanizados, pois o patrão está cansado de empregar a 8 francos por dia operários que se recusam a trabalhar mais de três dias por semana”. O dono dessa fábrica, Eugène Griollet, introduz os teares self-acting, cuja compra ele viera adiando, depois de uma coalizão operária. E a introdução das impressoras mecânicas em Paris, sob a Restauração, dá-se por razões análogas. Assim dispensados, os operários gráficos animarão as cortes revolucionárias de 1830 e tentarão obter sua recompensa: a retirada das máquinas. Mas em vão. (PERROT, 2017, p.18-19)

A autora observa que, o fato de haver um movimento organizado dos trabalhadores para proteger seus interesses, demonstra um certo nível de conscientização desse grupo, em face às mudanças que estavam ocorrendo: Tanto quanto (e sem dúvida mais que) uma luta de classes, a oposição às máquinas, à produtividade industrial e seus ritmos é aqui a defesa de um estilo de vida mais folgado e autônomo. (PERROT, 2017, p.29)

As manifestações da classe operária francesa frente às mudanças industriais que estavam ocorrendo, refletem um período de profundas transformações sociais e econômica na história do país. À medida que a industrialização avançava, trazendo consigo a mecanização e a introdução de novas tecnologias, mobilizava os trabalhadores e se organizar e enfrentar as condições de trabalho cada vez mais desumana e precária. Percebe-se que não houve indolência pela classe operária, pelo contrário, verifica-se que ocorreram uma série de manifestações em toda a França. Suas manifestações não eram apenas por reivindicações econômicas, elas compunham um conjunto de aspirações que vão além de um desejo de justiça, incluem condições de vida digna. Conforme Perrot:

Introduzida para derrotar as reivindicações operárias, para controlar o processo de produção, a máquina é a arma de uma estratégia de dominação. A oposição, aberta ou latente, que a ela oferecem os operários significa a defesa de um modo de produção mais autônomo, a recusa da maior disciplina instaurada pela mecanização, tanto mais sutil e dissimulada na medida em que pode assumir ares de justificativa técnica. Contra a máquina, o mais infalível dos contramestres, é mais que o pão, é a sua liberdade que os trabalhadores defendem. (PERROT, 2017, p.35)

Diante desse cenário, testemunhamos não apenas a introdução de máquinas na força de trabalho, bem como a resistência tenaz por parte dos trabalhadores contra a mecanização, não apenas isso, ela reflete a luta contra um sistema produtivo que, por sua própria natureza, subjuga a humanidade à condição de ser explorado. O enfrentamento vai além da mera oposição às transformações tecnológicas, ela representa a afirmação da dignidade pelos trabalhadores e a rejeição da degradação resultante do tratamento como banais componentes de uma máquina industrial.

A abordagem que Michelle Perrot nos traz, sobre os impactos da modernidade nas vidas dos trabalhadores franceses oferece uma perspectiva crucial para uma discussão mais equilibrada dos avanços trazidos pela industrialização, seu enfoque permite-nos questionar as narrativas simplificadas de progresso que muitas vezes é contada, desafiando a ideia de que houve um beneficiamento uniforme a toda sociedade.

É inegável que a industrialização trouxe consigo avanços significativos em termos de tecnologia, por exemplo. No entanto, é essencial reconhecer que pessoas e comunidades inteiras foram deixadas à margem desse “progresso”, sofrendo consequências devastadoras em suas vidas e meios de subsistência. Basta olhar para a história da colonização, já abordada nesse texto, quem em nome desse “suposto progresso” dizimou comunidades indígenas inteiras. Claro que, testemunhar a “conquista da América”, assim como para a mecanização da força de trabalho ocorrido na Europa francesa, é também enxergar esses eventos a partir do olhar do dominante. É preciso abrir espaço para que aqueles que foram diretamente afetados por esses acontecimentos possam compartilhar suas experiências e perspectivas. Hector Bruit faz alguns questionamentos nesse sentido: será possível rastrear uma história mais profunda, mais abrangente, tão difusa que não se deixa ver, tão redundante e óbvia como o cotidiano? Uma história que nos reivindique perante nossa própria consciência, que resgate das “cinzas da destruição” a consciência de que também vivemos e fizemos nossa história e não apenas a história dos outros?¹⁷³

Ouvir as vozes daqueles que foram excluídos, é um imperativo moral e intelectual. Essas pessoas foram submetidas a condições de trabalho desumanas, viram seus meios de subsistência tradicionais serem destruídos e enfrentaram uma série de desafios decorrentes das rápidas mudanças e radicais da modernidade. Negar-lhes a oportunidade de expressar suas experiências é também perpetuar uma visão distorcida da história. Bruit nos dá uma dica:

¹⁷³ BRUIT, Hector; p. 159

Questionar a conquista como algo consumado é um primeiro passo, mas não o fato da conquista, senão o que ela implicou como dominação, como enclausuramento absoluto na história dos conquistadores, sejam os de antanho ou os de hoje.

Já dissemos acima que a conquista Ibérica não foi suficientemente profunda ao ponto de eliminar para sempre a resistência indígena, nem bastante agressiva para eliminar literalmente o índio.¹⁷⁴

Nesse cenário da escrita histórica, é imperativo que se desvende as tramas ocultas da história e dar voz àqueles que, frequentemente, foram silenciados nos anais do tempo. Ao exemplo dos autores mencionado anteriormente, cujo propósito era elucidar a história dos esquecidos, este trabalho também almeja lançar luz sobre aqueles cujas narrativas foram relegadas à obscuridade durante as reformas implementadas pelo governo Lemos. Seguindo os mesmos passos de Edward Palmer Thompson (1987), que buscava escrever o que ficou conhecido como: “a história vista de baixo”, tencionamos as mesmas perspectivas em dar continuidade ao movimento historiográfico que valoriza as experiências cotidianas, o olhar dos marginalizados o grito dos excluídos na construção dessa narrativa. Essa condescendência do autor, devia-se à importância de compreender certos grupos de indivíduos dentro de seus próprios contextos específicos, sem julgamentos anacrônicos:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcouth, dos imersos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrograda. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1987, p.13).

Thompson concentra o foco de sua análise nas experiências e perspectivas das classes populares, opondo-se à história tradicionalmente focada nas elites e nas estruturas políticas dominantes. Em sua pesquisa, o autor explorava as formas como essas classes populares se organizavam, resistiam e negociavam poder dentro de suas próprias comunidades em relação a estruturas mais amplas. Suas abordagens teóricas, especial na ideia de “história vista de baixo” ou história social como alguns autores preferem chamar, nos ajudam a fazer um

¹⁷⁴ Ibid., p.159

paralelo com as experiências vividas pela população de Belém que foi afetada pela modernidade, obrigando-as a se adaptarem à nova realidade diante das transformações em curso.

Portanto, em meio às mudanças propostas pelas instâncias governamentais, é preciso que se reconheça a presença e importância daqueles que não foram devidamente percebidos nesse “quebra-cabeça” histórico que, ao serem ignorados, resultam em lacunas na compreensão do período em questão. Para dimensioná-lo, entendemos que a construção da história social não pode ser construída num vácuo em que não se incluam todas as camadas da sociedade, mesmo aquelas pessoas que podem parecer periféricas ou menos influente política e economicamente à primeira vista. Aliás, um outro teórico nos dá a dimensão de se considerar esses atores esquecidos, Bertolt Brecht, em seu poema, “Perguntas de um trabalhador que lê”, levanta questionamentos precípuos sobre a idiosincrasia social e as condições de vida das pessoas comuns, chamando a atenção para sua invisibilidade na narrativa histórica:

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
 Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras?
 E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre?
 Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram?
 No dia em que a Muralha da China ficou pronta, para onde foram os pedreiros?
 A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo: quem os erigiu?
 Quem eram aqueles que foram vencidos pelos céсарes?
 Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores?
 Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus
 escravos. O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho?
 César ocupou a Gália. Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?
 Felipe da Espanha chorou quando sua frota naufragou. Foi o único a chorar?
 Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos. Quem partilhou da vitória?
 A cada página uma vitória. Quem preparava os banquetes comemorativos?
 A cada dez anos um grande homem. Quem pagava as despesas? Tantas informações. Tantas questões.

175

Bertolt Brecht (1935)

Brecht, através desse poema, nos mostra um olhar peculiar sobre o papel do trabalhador na sociedade e sua relação com a história, que contraria aquela visão tradicional que o exalta como mero executor de tarefas, e passa a observá-lo como participante nas transformações a partir do momento em que ele consegue se envolver ativamente nos

¹⁷⁵ Texto consultado no site: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/konderbrecht.pdf>

processos de transformação social, ou seja, ele se torna parte integrante da História a partir do momento em que é reconhecida a sua importância como agente de mudança, deixando sua posição de subalternidade.

Consideramos relevante mencionar Bertolt Brecht, assim como a abordagem histórica de E. P. Thompson, pela sensibilidade dos autores em perceber as experiências daqueles esquecidos nas grandes narrativas, objetivamos enriquecer nossa compreensão sobre o tema desse trabalho, a partir da percepção das histórias que foram omitidos nos registros históricos ou tiveram um papel visto com menor importância pela historiografia tradicional, invisibilizando esses atores sociais. Da mesma forma, Thompson, que ao escrever sobre o que se convencionou chamar de “a história vista de baixo”, instiga uma análise mais crítica das estruturas de poder que subjagam e ignoram os menos privilegiados.

Tendo em vista que, numa era em que a modernidade acelera as relações sociais, é imperativo olhar para trás e “resgatar” aqueles que foram deixados de lado na corrida do progresso, e reconhecer que certos grupos viveram em períodos de extrema perturbação social e foram relegados à marginalização. Recuperar o protagonismo dessas figuras da condescendência histórica, exige uma certa apreciação cuidadosa das circunstâncias nas quais viveram e das relações que tinham com as forças políticas da época. Essas pessoas podem ter enfrentado a obsolescência não como uma escolha, mas como uma imposição externa, que trouxe consigo a perda da identidade e sustento.

Peter Burke (1992), percebe que havia muitas dificuldades em estudar uma história “vista de baixo” devido à escassez de fontes históricas que registram as vozes e experiências desses grupos. Burke fala que:

Thompson não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas “comuns”. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz, à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência.(BURKE, 1992, p.42)

Certamente que, ao abordar o passado na produção da historiografia, é crucial exercer um cuidado meticuloso, visto que, os desafios das fontes utilizadas pelos historiadores não se restringem apenas a uma discussão da escrita histórica, mas ressalta sua responsabilidade ao interpretar e narrar os eventos passados. Porém, apesar das dificuldades, o autor argumenta que os esforços em superar tais desafios essencial para uma compreensão mais completa do

trabalho do historiador sobre a vida cotidiana das classes desfavorecidas. Uma das principais dificuldades apontadas por Burke, reside na ausência de documentos oficiais e registros escritos que deem testemunho das vidas daqueles que historicamente ocuparam posições menos privilegiadas na sociedade. No entanto, o autor observa que:

Na verdade, os historiadores sociais e econômicos estão empregando cada vez mais tipos de documentação, cuja real utilidade como evidência histórica repousa no fato de que seus compiladores não estavam deliberada e conscientemente registrando para a posteridade... Tal evidência pode ser empregada, adequadamente, para explorar ações e ideias explícitas ou suposições implícitas, e também para propiciar uma base quantitativa às experiências do passado.(BURKE, 1992, p.48)

Como podemos observar, o estudo da história é intrinsecamente ligado à habilidade dos historiadores em desvendar os enigmas do passado por meio de fontes que nem sempre são fáceis de serem acessadas. Longe de ser uma tarefa simples, buscar meios para que se possa obter o maior número de documentação que sirvam como pilares essenciais para iluminar esse trabalho, requer paciência e perspicácia por parte desses pesquisadores. No entanto, a ideia central desse trabalho não está em detalhar as inúmeras dificuldades próprias à obtenção de fontes de pesquisa, mas sim em ressaltar o empenho dos historiadores em abordar esse material de maneira a propiciar uma escrita histórica mais inclusiva e abrangente, focada nas vivências e contribuições das pessoas comuns.

3.1 - A Proposta

Escutar o grito dos marginalizados da história é, pois, o primeiro momento do discurso que deseja ultrapassar a vontade de poder para instaurar no seu lugar a vontade de viver. Existem pelo três razões para privilegiar essa escuta cujo objetivo é reconhecer a existência do homem marginalizado latino-americano, encarnado historicamente em primeiro lugar no índio, em seguida no negro e finalmente no pobre.

Gustavo Gutiérrez

Desde o início desse trabalho, procuramos construir uma narrativa em que possamos compreender o movimento civilizatório introduzido na cidade de Belém, na primeira década do século XX, pelo então prefeito da cidade, Antônio José de Lemos, e sua aplicabilidade no Ensino de História. Essa jornada perpassa pela tentativa de entender como foram fabricadas as

explicações que justificassem a conduta da municipalidade em relação ao seu comportamento diante do grande número de pessoas que passaram a serem empurradas do centro da urbe, sendo que era nesse local que podiam exercer funções que os ajudassem em sua sobrevivência. Dessa forma, buscou-se entender as relações históricas no tempo-espaço em que esses fenômenos ocorreram, para que se pudesse ter um melhor dimensionamento dos efeitos da modernização sobre as pessoas.

Nesse sentido, críticas e denúncias eram feitas em relação a infraestrutura da cidade, conflitos entre vizinhos, violências cometidas nos seringais, reivindicações pela permanência e posse de terras para a produção agrícola, são uma constante dentre os direitos reclamados por muitos moradores dessas distintas áreas dos arredores de Belém. A classe mais pobre, durante os projetos implementados pela administração, sofreu com esse processo, as ruas das regiões dos arredores da cidade viviam com aspectos desoladores, um cenário de abandono, gerando uma grande repercussão por parte da população. Os problemas urbanos, mesmo durante a grande mudança na estética da cidade, sempre foram muito presentes, ou pelo menos atingia uma parcela desta sociedade.¹⁷⁶

Destaca-se no fragmento acima, a instrumentalização dos problemas sociais, no qual as más condições vividas pela população pobre são destacadas não tanto por uma genuína preocupação com a qualidade de vida dessas pessoas, mas como uma estratégia para criticar o governo em questão. Como foi abordado antes, durante a intendência lemistá, as intrigas por partes dos principais periódicos que circulavam na cidade, foram utilizadas como estratégia, tanto dos apoiadores de lemos, quanto de seus opositores, como formas de conseguir apoio do público leitor.

Não podemos esquecer que, durante a belle époque, o crescimento econômico pela qual passou a capital da Amazonia favoreceu a vinda de uma imensa quantidade de pessoas provenientes dos mais diferentes lugares, em busca do seu “*el dourado*”, pensando em enriquecer e melhorar suas condições de sobrevivência. Muitos passaram a fixar moradia em locais insalubres, considerados inadequados aos padrões de exigência da municipalidade. De acordo com Karol Gillet Soares (2008), “Para o Poder Público, as casas insalubres seriam um foco de doenças e que acabavam por afetar o bem-estar de todos”(Soares, 2008, p.84). Essa preocupação serve como justificativa para que o governo intervisse nas áreas habitacionais, o que é compreensível do ponto de vista da saúde pública. Contudo, questiona-se até que ponto

¹⁷⁶ SANTOS, Estefany Ferreira; NO TEMPO DAS “VACAS GORDAS”: SUBÚRBIOS E CAMADAS POPULARES EM BELÉM (1897-1910), p.8.

tais medidas visam genuinamente promover a saúde e o bem-estar da população, pois ao que parece as soluções propostas apenas serviram de pretextos para expulsar grupos socialmente marginalizados, haja visto que “Essa nova organização socioespacial também foi motivada pela nova distribuição de valores imobiliários nos diferentes bairros de Belém, que aumentava significativamente nas áreas mais centrais, algumas consideradas nobres.”(Soares, 2008, p.85)

Esse excedente de pessoas, que após o declínio da economia gomífera, tornou-se, para a administração pública, um grande problema, haja visto terem permanecido na urbe paraense, mesmo de pois da crise econômica vivida pela queda nas transações comerciais do látex. Várias empresas que antes havia se instalado na cidade, como é o caso do *Port of Pará*, que acabava consumindo a mão de obra dessas pessoas, encerrou seu funcionamento, deixando esse público sem nenhuma perspectiva.

Dessa maneira, Lemos foi obrigado a pensar numa política pública que fosse capaz de dar um rumo às pessoas que inchavam a cidade deixando-a feia. A solução foi, a promoção das reformas nos centros urbanos, com custo humano de “empurramento” desse grupo de pessoas que não era bem-visto pela elite política e econômica formada pela borracha, principalmente, e que olhava para estrato social com tamanho desdém, pois não atendiam a um discurso de progresso.

Em “*As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil*”, Ermínia Maricato (2013), critica o planejamento urbano brasileiro que, da forma como ele foi organizado, não atente as necessidades específicas das comunidades menos favorecidas que acaba sendo excluída e marginalizada, contribuindo para o aumento da segregação socioespacial. Para a autora “O urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas.”¹⁷⁷. Isso ocorre devido à influência que a elite dominante exerce sobre o poder político no contexto do planejamento urbano.

Uma questão importante sobre as transformações urbanas ocorridas em Belém nesse período do governo Lemos que podemos identificar, retrata uma preocupante dicotomia entre o que é considerado o núcleo central da cidade e as áreas mais afastadas que parecem não fazer parte da urbe. O arquiteto dinamarquês, Jan Gehl (2013), fala que a partir da segunda metade do século XX, houve novos paradigmas enfrentados pelo planejamento urbano que não pensaram nas pessoas que ocupam as ruas e, ao focar predominantemente no centro da cidade, nota-se uma tendência em relegar a áreas periféricas em um segundo plano,

¹⁷⁷ MARICATO, 2013, p.122

como se não fizessem parte integral da cidade. O autor destaca que esse é um problema comum em muitas cidades: um planejamento que, embora visualmente impressionante, falha em considerar as necessidades cotidianas dos cidadãos. Gehl chamou essa circunstância de “síndrome de Brasília”¹⁷⁸, que tem por característica tornar a mobilidade impraticável para aqueles que moram em áreas de periferia, o que contribui para a fragmentação social e econômica. De acordo com o autor:

Existem boas explicações racionais para justificar porque, em muitas situações, o planejamento se inicia do alto e de fora... em quase todos os casos, verificou-se a impossibilidade de garantir boas condições para garantir a vida urbana, quando a maioria das decisões de planejamento é feita na maior escala e a proposta com a vida na cidade se reduz a tratar somente das áreas remanescentes, no quadro geral. Infelizmente, na maioria das cidades e empreendimentos, a conclusão é que a dimensão humana está, lamentavelmente, perdendo terreno.¹⁷⁹

Apesar das diferenças temporais e contextuais entre a concepção de Brasília, a partir da década de 1950, e a realidade de Belém nos primeiros anos de 1900, é intrigante observar paralelos notáveis em relação às preocupações centradas no beneficiamento de estratos sociais específicos, negligenciando o bem-estar das camadas menos favorecidas. A cidade de Brasília, por exemplo, foi projetada como uma utopia arquitetônica visando refletir a modernidade e o progresso, mas que revela uma desconexão enorme entre a visão macro do urbanismo e as necessidades de sua população. Existe na cidade um monumento que faz alusão aos operários que trabalharam em sua construção: os candangos¹⁸⁰. Contudo, a história por trás desse monumento revela uma narrativa menos celebrada, marcada por desigualdade e marginalização. Os candangos, em sua maioria oriundos do nordeste brasileiro, migraram para Brasília em busca de emprego e perspectiva de vida melhores. Estes trabalhadores, foram fundamentais na construção da cidade, dedicando-se ao árduo trabalho na construção civil. No entanto, a realidade pós-construção contrasta drasticamente com a narrativa heróica. Ao invés

¹⁷⁸ Jan Gehl fala que, urbanismo e planejamento urbano envolvem níveis de escalas diferente: uma escala grande, que é o tratamento holístico dado à cidade, ou seja, é a cidade vista de cima e à distância. A escala média, como o próprio nome sugere, é onde as partes individuais ou bairros da cidade são projetados e organizados dentro do espaço público. E existe também, uma escala menos, a paisagem humana. é a cidade experimentada pelas pessoas que utilizam nível dos olhos, percebida por aqueles que caminham ou por aqueles que permanecem na cidade. É essa percepção no planejamento urbano, que não é levando em consideração, a preocupação com as pessoas que frequentam esses espaços.

¹⁷⁹ GEHL, Jan; Cidades para as Pessoas, 2013, p.208.

¹⁸⁰ O dicionário Aurélio diz que ela nasceu de kungundu, diminutivo de kingundu, em Quimbundo. Kungundu exprimia, para os africanos, a ideia de ruim, ordinário, vilão. Era a designação que eles davam aos portugueses dedicados ao rendoso tráfico negroiro.

de integrarem-se plenamente à cidade que ajudaram a erguer, foram relegados às margens sociais, não tendo acesso à moradia digna, o que resultou em seu escoamento para as regiões periféricas, conhecidas como cidades satélites. Essa realidade coloca em xeque a promessa de progresso e inclusão social embutida na construção do que hoje é a capital do país.

Mas a identidade de uma cidade é caracterizada também pela desordem, pela diversidade e diferença, ou, em outras palavras, pelas pessoas. Não os cidadãos ideais e imaginados pelos teóricos do planejamento urbano, e sim pessoas reais que nunca aparecem nos desenhos arquitetônicos. Na verdade, a auto-identidade de Brasília é tão problemática quanto a necessidade que foi criada para elegê-la como representante da nossa identidade nacional. Não podemos cometer o erro de reduzir a cidade à arquitetura e ao urbanismo do poder, à sua dimensão simbólica (utópica), ou a uma monumentalidade superficial e distante, concentrada apenas no Plano Piloto. O que queremos dizer é que a utopia da cidade de Brasília nos faz refletir sobre as diversas formas de cultura e de arte de seus moradores, vindos de diversas partes do país e que se acumulam em torno do Plano Piloto, nas dezenas de cidades satélites.¹⁸¹

Da mesma forma, na primeira década do século XX, a cidade de Belém reflete a ideia de modernização urbana e progresso que, ao invés de beneficiar a cidade como um todo, e seus habitantes, por vezes priorizou os interesses das elites locais, permeada por preocupações estéticas que cerceava as realidades das áreas periféricas, onde residiam os grupos sociais menos privilegiados. A ênfase na estética urbana e nas necessidades desses grupos abastados, nega acesso a condições de vida mais adequadas à grande maioria da população, além de oportunidades mais equitativas.

A diversidade habitacional que se formou no entorno da cidade mostra a complexa realidade, no qual o plano de ordenamento confrontava a percepção de Belém como uma cidade verdadeiramente moderna, “E, neste caso, a diversidade das (más) moradias interferia diretamente no seu plano de embelezamento, revelando, desta forma, que Belém, não era tão moderna assim.”¹⁸² Essa estética urbana que prioriza um determinado estrato da sociedade, e não olha as necessidades habitacionais básicas da população, é incapaz de lidar com a realidade socioeconômica da cidade, e mais preocupante ainda, ela evidencia que o modelo de desenvolvimento subjacente aos discursos dominantes é caracterizado por uma modernização estritamente conservadora.

¹⁸¹ Alves, Lara Moreira: A Construção de Brasília: Uma Construção entre a Utopia e a Realidade. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilgia/arquivos/LaraALVES-AconstrucaodeBrasilia.pdf>

¹⁸² SOARES, Karol Gillet: AS FORMAS DE MORAR NA BELÉM DA BELLE-ÉPOQUE (1870-1910). 2008, p.88

Dessa forma, não era incomum surgirem iniciativas por parte das comunidades afetadas como resposta às necessidades de representação e defesa de interesses desse corpo social diante das mudanças impostas pela modernização. A partir do momento em que reconhecem a importância de se unirem e agirem coletivamente, surge, o que muitos estudiosos de materialismo histórico chamam, de consciência de classe, fundamental para unir os indivíduos em torno de objetivos comuns.

Nesse contexto, Sérgio Silva do Nascimento (2017), fala que “É a partir deste conflito que podemos perceber o surgimento de organizações independentes[...]” (Nascimento, 2017, p.36), como uma tentativa de reivindicar sua voz e poder dentro do contexto de modernização que está em curso, que garantisse a preservação de suas formas de viver na cidade. Para o autor:

Quando os trabalhadores ocupam os espaços da cidade para exercer o comércio a fim de garantir o sustento de suas famílias, e os seus hábitos estão ameaçados pela modernização dos costumes, as associações de trabalhadores protagonizam sua experiência de resistência às transformações da cidade, às limitações do trabalho na rua e a cobrança de matrícula e multas. (NASCIMENTO, 2017, p.36)

Reconhecendo a importância de sua identidade coletiva e das lutas compartilhadas, as comunidades marginalizadas fortalecem sua posição na arena política e social, tornando-se capazes de postular que suas identidades culturais não sejam sacrificadas em nome do desenvolvimento econômico e estético.

O autor observa que, desde meados do século XIX, “é possível perceber o surgimento de algumas organizações de classe em Belém de diversas orientações políticas e níveis de consciência” (Nascimento, 2017, p.38), como é o caso do jornal “*A voz do caixeiro*” e da “*Tribuna Operária*”, que buscavam representar interesses específicos de determinadas classes sociais ou promover mudanças políticas mais amplas na cidade e na sociedade. Essas organizações, embora ainda incipientes em termos de consciência política, representavam os primeiros passos em direção à mobilização coletiva dos trabalhadores:

Companheiros quem faz a nação é o povo, essa grande massa composta em sua maioria ou quasi totalidade de proletários, como costumam a chamar, das classes baixas da sociedade [...]. Se os proletários vissem o quanto valem reunidos, não viveríamos por certo sujeitos a tantos rigores, baixesas e humilhações, impostos pelos caprichos da ambiciosa e insaciável burguesia [...]. Para sermos felizes não procuremos ser nocivos e mãos para os nossos

semelhantes; destruamos antes o valor que tem o burguez, pois assim não sofreremos suas violências e extorsões.
Unamo-nos e lutemos!¹⁸³

O trecho mencionado, proveniente de uma publicação no jornal “A Tribuna”, exprime a insigne mobilização e investida direcionada aos trabalhadores de Belém, visando conscientizá-los da força que detinham enquanto classe trabalhadora que, apesar de ter sido exposto em um momento diferente do qual trata esse trabalho, é importante para compreendermos o contexto histórico e as dinâmicas sociais da época, especialmente durante o governo de Antônio Lemos, visto que sua prática tem reverberações durante sua administração.

O fato é que, no decorrer da municipalidade de Lemos, os esforços para conscientizar, não apenas os trabalhadores, mas toda a sociedade que se viu ignorada pelo governo numa clara demonstração de indiferença às necessidades básicas da população, notabilizado pela ausência de políticas efetivas para atender as carências sociais deixando evidente sua visão conservadora que perpetua estruturas de poder e injustiças históricas, foram intensificadas na tentativa de obter maior participação da população por meio do desenvolvimento de uma consciência coletiva voltada para o bem-estar comum. E podemos perceber que, essa abordagem consegue obter êxito, uma vez que, as camadas periféricas de Belém ainda hoje encontram-se nos mesmos espaços de onde foram expulsas, exercendo os mesmos costumes que antes foram condenados pela elite local e pelo governo, representando uma narrativa viva de resistência, evidenciando a importância de reconhecer e respeitar a diversidade cultural e a história das camadas periféricas que conseguem manter suas identidades e reafirmar sua presença e pertencimentos nos espaços urbanos.

3.2 - INTERVENÇÃO

“Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a “prática da liberdade”, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de

¹⁸³ COELHO, Elias. Aos Operários. TRIBUNA Operária, Belém, 01 maio 1894

forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação de seu mundo.” 184

Richard Shaull

De acordo com um dos educadores mais renomados que o Brasil já teve, Paulo Reglus Neves Freire (1974), não é possível ainda hoje pensarmos uma educação fora da realidade social ao qual ela se insere, da mesma forma que, não se pode pensar em consciência crítico-social, sem que a sociedade tenha acesso a toda uma estrutura educacional que possibilite termos a capacidade de questionar, refletir e agir de maneira informada e crítica. Para tanto, implica a compreensão de que é necessário a participação ativa do indivíduo na construção e transformação histórica do sujeito que, ao reproduzir criticamente a realidade, torna o homem autor responsável de sua própria história, ou como diria o próprio Paulo Freire “mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõe, a si mesmos, como problema”¹⁸⁵. Assim, acrescenta o autor, ao interagir de maneira reflexiva com o mundo “descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais”¹⁸⁶. E é nesse ponto, nessa busca por “saber mais”, que essa inquietude pela agnição torna-se um estímulo para a procura por um entendimento mais acurado sobre a própria realidade, identidade e o papel que desempenha na sociedade, que buscamos na terceira parte desse trabalho propor.

Não é de hoje o entendimento de que a educação é uma importante “ferramenta,” capaz de promover as transformações necessárias em uma sociedade. Também é sabido que, ao longo dos tempos o uso dessa ferramenta foi tido como um meio para manter uma determinada heteronomia entre os grupos que assumem o poder e pretendem manter seus privilégios, e os que, através dela, buscam diminuir as barreiras impostas a eles, o que conseqüentemente, acabaria por transformar sua própria realidade social.

Para Pulo Freire (1974): a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso (Freire, 1974, p.39), ou seja, ela não ocorre de maneira aleatória ou fortuita, mas como resultado direto das escolhas, ações e interações dos indivíduos que compõe a sociedade. O autor acrescenta em sua fala que “se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”,

¹⁸⁴ SHAULL, Richard, escreveu o prefácio da versão inglesa de “*Pedagogy of the oppressed*”. em comemoração ao 30º aniversário da edição.

¹⁸⁵ FREIRE, 1974, p.29

¹⁸⁶ FREIRE, 1974, p.29

se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”¹⁸⁷. Dessa forma, torna-se significativo compreender que, as transformações mais relevantes na sociedade exigem esforços conscientes, visto que, “nenhuma realidade se transforma a si mesma”¹⁸⁸.

É evidente que, as reflexões feitas aqui, estão longe de cessar a discussão sobre educação e a quem ela deveria ser direcionada, porém, existe um ponto fundamental em todo esse processo, cuja concepção depende da compreensão sobre os paradigmas sociais em cujo interior se colocam tais problemas e suas soluções potenciais. Dessa forma, entendemos que, a constituição de um processo educacional que seja, verdadeiramente, significativo para a sociedade, não pode ser desvinculada do contexto social que moldam o corpo social, dado que, como projeto individual e coletivo não “é produto puramente subjetivo, sendo elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito social e historicamente”,¹⁸⁹ seja por meio de movimentos sociais, reformas institucionais ou ações individuais, a transformação social é um processo que demanda esforço e comprometimento.

“Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e o educando. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo” (Freire, 1974, p.78).

E através dessa prática, busca-se uma promoção mais ativa na construção do saber onde o relacionamento educador/educando passa a ser percebido fora de uma dicotomia rígida, tornando-se colaborativa à medida que a autoridade do educador coexista com a autonomia do educando. Essa gnose é essencial para promover uma análise crítica das estruturas sociais existentes e para buscar de forma mais eficiente a criação de uma sociedade mais justa, equitativa e adaptada às necessidades de seus membros.

Segundo Paulo Freire :

A educação problematizadora, que não é fixismo reacionário, é futuramente revolucionária. Daí que seja pro-fética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua

¹⁸⁷ FREIRE, 1974, p.39

¹⁸⁸ FREIRE, 1974, p.43

¹⁸⁹ Trabalho, educação e sociedade : diferenças e desigualdades [Ebook] / organizadores, Jaqueline Pereira de Oliveira Vilasboas, Jordão Horta Nunes, Tania Ludmila Dias Tosta.. - Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF).-- Goiânia : Cegraf UFG, 2022. il. – (Coleção SocioLogias).

historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos - como "projetos" - como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro. Daí que se identifique com o movimento permanente em que se acham inscritos os homens, como seres que se sabem inconclusos; movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo. (Freire, 1974, p.84)

Tentar entender como esses nexos podem nos fazer repensar nossos próprios comportamentos e tensionamentos sobre essas questões, uma vez que, a própria condição do homem como sujeito histórico, preconiza uma educação problematizadora enraizada em intenções claras, das quais não podemos ser passivos em relação ao processo educacional, reconhecendo que as transformações sociais são caminhos com direções e propósitos definidos. Nesse sentido, somos desafiados a repensar nossas abordagens em relação à educação e à nossa própria participação na sociedade, porquanto, nossa existência está profundamente ligada às mudanças sociais ao longo do tempo, no qual “o ponto de partida deste movimento está nos homens mesmos”.¹⁹⁰

É o que pretendemos com esse trabalho, que se ofereça mais uma ferramenta de análise de nossa atual conjuntura educacional, não apenas universitária, mas de todo um horizonte que se pode valer e a quem realmente deveria estar inserido nos processos educativos no país: educadores e educandos.

O filósofo Vladimir Safatle fala que, “saltar no vazio talvez seja o único gesto realmente necessário”¹⁹¹. Necessário, não apenas pela complexidade que o problema nos permite observar, mas também, pelo esforço de compreensão exigida para que se possa estabelecer parâmetros de estudos que coadunem com as inquietações capazes de propor e desenvolver, sobretudo, “a respeito das formas sociais em que crescemos e nos permitir um acesso menos difícil ao terreno da autoanálise histórica de si mesmo”¹⁹². Entretanto, podemos assentir de diversas formas e com diferentes entendimentos, algumas ideias estruturadas acerca dos caminhos que a educação tem sido organizada, fornecendo às pessoas ao qual dela

¹⁹⁰ FREIRE, 1974, p.84.

¹⁹¹ SAFATLE, Vladimir; O Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2019, p35

¹⁹² (SILVA, 2005, p. 34)

se prevalecem, um vislumbre de seu papel como sujeito consciente que busca “elementos constitutivos de uma ação reflexiva não encontrada fora da práxis”.¹⁹³

A importância do conhecimento histórico como uma ferramenta para entender a própria capacidade e identidade, se ampara na ideia de que a história serve como registro das experiências onde os eventos históricos oferecem lições sobre a condição humana, a sociedade e as consequências de determinadas ações. O exame do que as pessoas fizeram no passado, nos permite construir uma compreensão atilada da nossa identidade coletiva e individual. Nesse sentido, “a postura que adotamos com respeito ao passado, quais as relações entre passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis.”¹⁹⁴ Ou seja, a relação entre tais elementos é fundamental para a compreensão do mundo em que vivemos.

Certamente, analisar a ideia de uma participação ativa, crítica e reflexiva na educação básica, faz-se tão importante, quanto necessário à compreensão ante a complexa realidade que circunda o educando, onde o envolvimento consciente do indivíduo na transformação dessa realidade, apresenta-se como condição necessária ao desenvolvimento humano, assim como a consciência de seu lugar no mundo. A amplitude do debate não implica que se deva fazer tudo, pois não é essa a intenção, deseja-se apenas oferecer mais uma possibilidade de aprofundamento dentro dessa proposição.

Sendo assim, o objetivo desse texto é fazer uma pequena discussão teórica, como um importante caminho fornecido pela educação, conferindo assim, mais uma possibilidade de aplicações práticas sobre o tema dessa dissertação, onde, pressupondo que as mudanças sociais ao qual uma sociedade se insere, seja possível através da obtenção de determinados conhecimentos inerentes às transformações políticas, econômicas e sociais. Dentro dessa perspectiva, o estudo de História, enquanto disciplina, e sua inserção nos ambientes escolares e universitários, são imprescindíveis à obtenção da compreensão sobre tais caminhos. O cerne da pesquisa em questão concentra-se nos alunos dos anos finais do ensino fundamental, visando iniciar uma busca ativa pela conscientização histórica que proporcione um entendimento crível sobre o papel social desses estudantes. Tal abordagem reconhece a importância de introduzir a consciência histórica como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento educacional e social nessa importante fase de formação.

¹⁹³ (FREIRE, 1974, p.92)

¹⁹⁴ (HOBSBAWN, 1997, p.32)

Assim sendo, para facilitar a compreensão da importância de se obter consciência histórica na formação da identidade social, esta ideia propõe uma jornada fotográfica, na qual os alunos explorarão suas próprias histórias e as de suas comunidades, como forma de **explorar** o passado, inserindo-os no contexto dos acontecimentos, para que seja possível desenvolver habilidades de análise crítica através da interpretação de imagens. Essas experiências tornam o estudo de História mais significativo e pessoal, pois utiliza-se memórias e costumes dos alunos como ponto de partida para a reflexão sobre os eventos históricos. A ideia de se construir um álbum de fotos e memórias, desenvolve as habilidades de pesquisa e permite obter uma rica compreensão das complexidades do mundo ao seu redor, enraizadas na intersecção entre suas vidas e a História. Além disso, o Ensino de História tem um papel fundamental na formação dos alunos, permitindo-lhes compreender como os eventos passados tem reverberações no nosso presente. Isso faz com que se amplie o escopo de narrativas que reconhecem a importância daquelas pessoas que foram negligenciadas nos livros de História.

De acordo com Gabriel Costa de Souza:

O reconhecimento de “eu”, do “outro”, de espaço e tempo é um movimento intimamente conectado com o processo de aprendizagem em História Local, em que a memória permite observar e compreender o passado com a construção de um sistema de comunicação que percorre os fatos, constituindo uma interpretação das experiências e vivências. Essa dinâmica nos direciona ao desenvolvimento desse espaço de reflexão e ponderação sobre a consciência no aprendizado histórico local.¹⁹⁵

Dessa maneira, a pesquisa baseia-se na asseveração de que a compreensão do passado é essencial para a construção de uma identidade individual e coletiva mais sólida, na medida em que, “a construção de nossa identidade pessoal e social é produzida pela socialização, pela inserção do indivíduo nos diversos mundos socializados (família, grupos, amigos, escola)”¹⁹⁶. Assim, ao direcionar o foco para os anos finais do ensino fundamental, a pesquisa busca atingir um grupo de estudantes em uma fase crucial de transição, onde começam a desenvolver suas próprias perspectivas sobre o mundo e a sociedade que os cerca.

¹⁹⁵ SOUZA, Gabriel Costa: A consciência histórica no processo de aprendizado da História Local. In: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/38/a-consciencia-historica-no-processo-de-aprendizagem-da-historia-local>.

¹⁹⁶ MOURA, Eloisa Silva: A história de Eva: a síntese de uma história docente. Revista Conhecimento Online – ano 4 -vol. 1 – Março de 2012. p.2.

Segundo Souza, “a consciência histórica exige a expressão do pensamento mediante a linguagem narrativa, em que o indivíduo interpreta o passado, guia suas ações no presente e projeta o futuro”¹⁹⁷, à vista disso, a intenção aqui apresentada, é promover uma consciência histórica que vá além da simples memorização de datas e eventos – como tem-se ensinado há algum tempo-, englobando uma relação mais profunda que busque despertar nos alunos a capacidade de contextualizar os eventos históricos em seus respectivos períodos, proporcionando uma visão mais abrangente de como a história molda o presente. Dessarte, “a consciência histórica ocorre por meio de uma série de operações mentais em que se constituem a experiência temporal e a territorial, mobilizando as ações do indivíduo em seu aprendizado.”¹⁹⁸

Por conseguinte, ao integrar a consciência histórica ao currículo dos anos finais do ensino fundamental, pretende-se envolver os alunos em uma jornada de descoberta, criando uma abordagem educacional que vá além do conhecimento factual, utilizando métodos interativo, narrativas diversificadas e atividades práticas, onde a consciência se dá na conjugação do empírico com o emocional na produção de significados e sentidos de si e do mundo.¹⁹⁹ Isso faz com que os estudantes não apenas observem as informações, mas também desenvolvam habilidades críticas de análise, questionamento e reflexão.

Diante do que foi apresentado, incumbe-se ao Ensino de História, oferecer um espaço para que os estudantes possam relacionar o que aprendem em sala de aula com suas próprias experiências de vida, onde uma estrutura curricular e pedagógica bem elaborada permite, também, que professores abordem o tema dessa dissertação, conectando-o à realidade dos alunos, possibilitando a criação de uma “ponte” entre o passado e o presente, facilitando sua compreensão. Dentro desse contexto, é crucial reconhecer que a construção do conhecimento histórico não ocorre em um vácuo, mas está intrinsecamente ligada às dinâmicas da educação. Assim, entendemos que o modo como o conhecimento é produzido, transmitido e adquirido no ambiente educacional, relaciona-se a uma epistemologia social escolar, haja visto considerar as influências sociais, culturais e contextuais, posto que, cada contexto educacional

¹⁹⁷ SOUZA, Gabriel Costa: A consciência histórica no processo de aprendizado da História Local. In; <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/38/a-consciencia-historica-no-processo-de-aprendizagem-da-historia-local>.

¹⁹⁸ SOUZA, Gabriel Costa: A consciência histórica no processo de aprendizado da História Local. In; <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/38/a-consciencia-historica-no-processo-de-aprendizagem-da-historia-local>

¹⁹⁹ SOUZA, Gabriel Costa: A consciência histórica no processo de aprendizado da História Local. In; <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/38/a-consciencia-historica-no-processo-de-aprendizagem-da-historia-local>

é único, sendo moldado por diversos fatores que compõe as abordagens pedagógicas que serão adotadas, “o que torna a dimensão educativa um elemento estruturante de sua constituição.”²⁰⁰

Nos dizeres de Ana Maria da Costa e Fernando de Araújo Penna (2011): “Certamente, no ensino de história, possibilitar a compreensão pelos alunos de práticas e acontecimentos de outros tempos, espaços e culturas, constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos docentes.”²⁰¹ Este desafio reside não apenas na transmissão de informações, mas na criação de experiências de aprendizagem que conectem os estudantes de forma significativa ao que está sendo estudado. Nesse sentido, a utilização de recursos visuais para criar uma representação mais tangível dos eventos históricos, pode proporcionar uma experiência mais imersiva e facilitar a compreensão para a construção de uma consciência histórica.

Ao oferecer uma experiência mais imersiva aos educandos proporciona-se uma melhor compreensão sobre o contexto em que os eventos ocorreram, isso contribui para uma aprendizagem mais profunda, pois os estudantes não apenas absorvem informações, mas também desenvolvem uma conexão emocional e intelectual sobre o material e o que está sendo apresentado. Ao considerar a eficácia da utilização de recursos visuais ao ensino de história, é possível perceber um descompasso educacional diante dos novos paradigmas que emergem na educação. Nessa direção, Marinice Souza Simon (2012), em seu artigo intitulado “Novos tempos – Novos paradigmas para a educação: Limites e desafios” analisa a reação de professores diante da necessidade de uma ruptura paradigmática na educação, através de entrevistas feitas com esses profissionais, demonstra o seguinte:

Os resultados indicaram que os sujeitos dessa investigação percebem o descompasso da escola com o mundo, em constante transformação. Entendem a necessidade de uma nova postura docente que atenda às demandas atuais, ancorada por uma mudança paradigmática que responda às questões emergentes. Contudo, não conseguem se perceber como agentes das mudanças preconizadas, com a possibilidade de enfrentar ou superar o paradigma dominante (Souza Santos, 1989) presente no contexto educacional. Assim, ficou evidente, ao longo dos depoimentos das professoras e supervisoras, a convicção de que a mudança é necessária, mas que sua instalação ocorrerá por outros agentes pedagógicos e não por elas

²⁰⁰ Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro & Fernando de Araújo Penna: Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educ. Real., Porto Alegre, v.36, n.1, p.191-211, jan./abr., 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade

²⁰¹ (Costa e Penna, 2011, p.204)

mesmas, trazendo-lhes benefícios, sem a necessidade de correrem maiores riscos por assumirem posições radicais de transformação curricular.²⁰²

Segundo o fragmento acima, ainda pode haver uma lacuna entre o potencial educacional oferecido por abordagens mais inovadora e a realidade da sala de aula, impactando na eficácia do ensino, fazendo-se fundamental que educadores e instituições estejam atentos à integração de métodos modernos para garantir que a educação atenda às demandas contemporâneas e prepare os alunos para os desafios do mundo atual. De acordo com Simon, “É necessário audácia para formular novas abordagens e transformar as propostas tradicionais em ações inovadoras que inaugurem outras formas de conduzir a situação ensino-aprendizagem”.²⁰³ É preciso adaptar-se ao ritmo acelerado dessas mudanças vital para promover uma educação mais equitativa e inclusiva, onde todos os alunos possam se beneficiar das oportunidades proporcionadas pelos avanços da pedagogia, como consequência, convertendo-se em “[...] esperança para a possibilidade de reversão de um quadro escolar tão desfavorável.”²⁰⁴ nesse sentido, conforme o autor “É preciso construir propostas pedagógicas que vislumbrem um profissional versátil e comprometido com a nova visão de mundo e que considere a essência do ser humano como o mais importante dado a ser respeitado dentro do processo de ensino-aprendizagem.”²⁰⁵

A obtenção do conhecimento histórico desempenha um papel crucial na formação da consciência social dos discentes, isso permite-lhes compreender o lugar que ocupam na sociedade através de uma lente multifacetada, anuindo percorrer em um contexto complexo de identidades sociais, reconhecendo as forças que os mantem em determinadas categorias, assim como aquelas que podem marginalizá-los. Essa consciência histórica não apenas fomenta uma compreensão mais profunda do presente, mas também capacita os alunos a se envolverem de maneira informada e crítica da sociedade. Para tanto, percebe-se que, o uso de imagens no processo de ensino-aprendizagem, especialmente fotografias, mostra-se como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de uma conscientização histórica no ambiente educacional. De acordo com as autoras Cintia Gomes da Silva e Roseane Maria de Amorim (2016):

O uso das imagens no ensino de História não é algo novo em nossa sociedade. Sua relevância como recurso pedagógico é indispensável para a

²⁰² SIMON, Marinice Souza: Novos tempos – Novos paradigmas para a educação: Limites e desafios. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.3, n.2, dez. 2012.

²⁰³ SIMON, 2012, p.7

²⁰⁴ SIMON, 2012, p.7

²⁰⁵ SIMON, 2012, p.13

compreensão dos conhecimentos artísticos e culturais, pois possibilita o desenvolvimento da criticidade e da interpretação, e faz com que o(a) aluno(a) reflita sobre os diferentes contextos histórico e temporal que perpassaram a nossa história, o que, por isso, precisa ser conhecido, estudado e utilizado pelo(a) professor(a) mais frequentemente em sala de aula.²⁰⁶

Dessa maneira, é possível perceber que, através de uma abordagem visual transcendemos os limites da narrativa textual, haja visto que, permite professores e alunos observarem detalhes e nuances de determinados momentos e períodos que seriam desafiadores de transmitir apenas por meio de descrições textuais. Para as autoras, as reflexões feitas acerca da historiografia e da representação iconográfica tem impulsionado propostas inovadoras no ensino de História, superando abordagens que, por vezes, se mostram pouco produtivas cedendo “[...] lugar a um ensino que requer novos olhares e mudanças significativas quanto à análise e interpretação das imagens nesta disciplina.”²⁰⁷

No entanto, há a necessidade de se ter cautela no uso de imagens, pois como qualquer forma de representação visual, oferece diversas opções de interpretação, de modo que, cada imagem é uma construção, uma representação subjetiva do ponto de vista de quem a produziu, influenciada por crenças, valores, perspectivas e contextos culturais específicos. Essa subjetividade se estende à escolha do que incluir ou excluir, à composição da imagem, às técnicas utilizadas e aos elementos simbólicos presentes. Conforme as autoras “a iconografia oferece várias opções para interpretação, porém, é preciso que haja o questionamento, pois nenhum documento é neutro; ele é sempre inventado, construído pelo homem e, por fim, considerado como “verdade absoluta”.²⁰⁸

A compreensão da complexidade na construção e utilização de um documento iconográfico permite uma contribuição oportuna para o desenvolvimento de um espaço de discussão sobre os conflitos político/sociais que permeiam a educação e o ensino de História. Introduzir abordagens que valorizam a diversidade, a pluralidade de vozes e a desconstrução de narrativas consideradas hegemônicas, é fundamental para enriquecer e pensar a História:

Em suma, vemos a importância de ler, estudar e compreender as imagens, as gravuras, os desenhos, enfim, tudo o que está a nossa volta; bem como levar isso para a sala de aula, despertando e formando o espírito crítico, questionador e reflexivo dos alunos em relação à apreensão sobre a

²⁰⁶ AMORIM, Roseane Maria de, & SILVA, Cintia Gomes da: O USO DAS IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÃO SOBRE O USO E A INTERPRETAÇÃO DAS IMAGENS DOS POVOS INDÍGENAS. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 2, p. 165-187, jul./dez. 2016

²⁰⁷ AMORIM e SILVA, 2016, p.167.

²⁰⁸ AMORIM e SILVA, 2016, p.168-169

complexidade e a riqueza da história em vários aspectos; conhecer o passado simultaneamente com o presente, como a própria história, os modos e as atitudes herdadas do passado.²⁰⁹

É preciso que se pense em um ensino de História de maneira a proporcionar discussões e melhor entendimento da realidade que sejam capazes de promover possibilidades de desenvolvimento das faculdades intelectuais que permitam melhor compreender a sociedade em que vivemos:

De tal forma, é importante que o professor saiba fazer uso da imagem em História, não sendo pauta apenas de uma simples discussão, mas aprofundando significativamente no contexto histórico intrínseco, contribuindo no processo de aprendizagem, ao levar o aluno a compreender a importância das imagens do passado, em face da sociedade atual, vivenciada pelo educando. Complementarmente, o aluno precisa formar sua consciência crítica acerca dos acontecimentos passados e, ao mesmo tempo, meditar sobre o presente.(Amorim e Silva, 2016, p.173)

Obviamente o modelo de ensino que se tem percebido merecem atenção, pois há a necessidade de se compreender de forma clara como a política educacional no Brasil explicitou os paradigmas existentes, para que possamos buscar melhores abordagens, tornando-se indispensáveis, trazendo novas posturas ao ensino, que conduzam a uma consciência transformadora viabilizando as condições que contemplem as aspirações da sociedade atual, não permitindo oportunizar ao estudante, debates históricos fundamentais ao exercício da cidadania, além de impossibilitar uma reflexão mais crítica em torno dos problemas estruturais da educação e os discursos que crescem a ela. Diante disso, as autoras expõem o seguinte:

Nessa perspectiva, trabalhar com imagens viabiliza uma melhor interpretação da história, levando os(as) educandos(as) a discernir sobre determinadas épocas com produtivas informações e detalhes, o que abre uma lista de possibilidades para o conhecimento do passado. Semelhantemente, não apenas propiciará nesses aspectos, mas também desenvolverá um cidadão mais crítico, autônomo e independente na sociedade em que atua. Inúmeras são as formas de levar o alunado a aprender sobre a própria história e entender o que está à sua volta, para, depois, compreender a história do mundo. Uma dessas formas é perceber como o educando constrói seu conhecimento histórico e o apreende. Indubitavelmente, o(a) professor(a) é a ponte que desenha o melhor caminho para se ruminar um conhecimento

²⁰⁹ AMORIM, Roseane Maria de, & SILVA, Cintia Gomes da: O USO DAS IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÃO SOBRE O USO E A INTERPRETAÇÃO DAS IMAGENS DOS POVOS INDÍGENAS. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 2, p. 165-187, jul./dez. 2016

não pulverizado, levando o alunado a pensar em fatores do cotidiano: políticos, econômicos, sociais, culturais e, principalmente, os acontecimentos da própria história (Amorin e Silva, 2016, p.174)

Essa abordagem reflexiva e dinâmica no ensino de História não apenas amplia as possibilidades de aprendizado, como também cultiva uma apreciação mais profunda da disciplina, capacitando os alunos a compreenderem não apenas a história mundial, mas também a sua própria história pessoal e coletiva. Porém, segundo Amorim e Silva, “Sabemos que trazer para a sala de aula o objeto iconográfico não é uma tarefa fácil, pois requer que o(a) educador(a) conheça e entenda os diferentes tempos históricos e busque sempre associá-los à realidade dos(as) alunos(as) e as temporalidades diversas”.²¹⁰

O educador deve abordar esses elementos com sensibilidade, sendo importante estar atento às mudanças de percepção e criar um espaço para revisão e ampliação do entendimento histórico. Assim sendo, as autoras concluem:

Em complemento, consideramos que muitas são as probabilidades para instigar os discentes à compreensão crítica do seu cotidiano e da própria sociedade de que faz parte, do mesmo modo que é relevante o conhecimento crítico da história para a formação desses indivíduos que carecem de participar da transformação da coletividade e do mundo. Embora as imagens estejam presentes por todos os lados – por exemplo, em livros didáticos, fotos, desenhos, pinturas, internet e televisão –, na maioria das vezes, elas não são trabalhadas pelos professores como um rico veículo de significados na construção do conhecimento ou solidificação do processo de ensino-aprendizagem. Inclusive, no que diz respeito à formação dos profissionais da educação, a falta de conhecimento sobre a perspectiva iconográfica e a formação precária são obstáculos que impedem a solidificação de novos métodos na aquisição da aprendizagem dos(as) alunos(as) em sala de aula, levando o professor a cair nas armadilhas dos “materiais didáticos”. Logo, tem-se a reprodução, ainda que sem intenção, de muitas ideologias vazias e deficientes, criando, assim, uma barreira que os amedrontam a trabalhar com as fontes históricas. (Amorin e Silva, 2016, p.178)

A inferência ao texto citado, serve para podermos perceber que o cenário ao qual vivemos, é fruto de um contexto da política brasileira, onde o ensino de História se vê diante do desafio em oferecer uma resposta às conjunturas sociais enfrentadas. Nesse sentido, a inserção desses temas dentro da cultura escolar, é importante para que haja reais condições de

²¹⁰ AMORIM e SILVA, 2016, p.175

formar “não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global”.²¹¹

É preciso que se conheça os debates em torno da política educacional brasileira, para que dessa forma se torne possível uma educação plural, pois “não há como construir uma sociedade voltada para a cidadania, ética e valores familiares sem que a educação possa ser o alicerce que fecunda os pilares da dignidade”.²¹²

Ao abordar esses aspectos, a pesquisa pretende contribuir com uma compreensão que amplie o entendimento de como o ensino de história referenciado na história local pode ser uma estratégia pedagógica eficaz para enriquecer a experiência educacional dos estudantes. A história local pode fortalecer o sentimento de pertencimento do educando, conectando-os às raízes de suas comunidades, de modo que, ao explorar eventos históricos que ocorreram em sua região, os discentes podem desenvolver uma conexão mais forte com sua cultura e identidade. Nesse sentido, Priscila Gonçalves Ferreira Souza observa que, os projetos pedagógicos são conhecidos por promover o aprendizado de maneira ativa, onde os alunos não apenas absorvem informações, mas também as aplicam em situações práticas. O “aprender-fazendo”²¹³ tem por premissa criar um ambiente onde a experiência pessoal de cada estudante é considerada e incorporada ao processo de aprendizagem, tornando-os mais relevante e significativo, de modo a aprimorar a compreensão de conceitos que estão sendo apresentados e incentivar resoluções de problemas de maneira mais efetiva.

Para a autora:

Aprender história não é apenas ler textos e entender como os acontecimentos se desenvolveram, pois não há aprendizagem histórica quando a história é ensinada como uma verdade absoluta. Podemos dizer que a aprendizagem histórica ocorre de fora pra dentro: quando após as aulas de história o estudante passa a orientar as suas decisões a partir do conhecimento

²¹¹ CHERVEL, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 177-229.

²¹² DELGADO, Thaisy Correia Guerra; SILVA, Rita de Cassia da,: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL : Thaisy Correia Guerra Delgado. Rita de Cassia da Silva. FABE em Revista, Bertioiga, Vol.8, 2018.

²¹³ Ideia proposta pela autora durante a efetivação do projeto pedagógico desenvolvido na comunidade local, “Cordelizando o meu bairro: uma narrativa sobre Cajueiro Seco” com os estudantes do nono ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Professora Cândida de Andrade, localizada no bairro de Cajueiro Seco em Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco.

aprendido ou quando o estudante passa a utilizar aquilo que adquiriu na disciplina de história para solucionar os problemas do seu cotidiano.²¹⁴

Assim sendo, o papel do professor torna-se crucial nesse processo. Ele é o responsável por “promover a transposição do saber histórico/científico para o saber escolar”²¹⁵ de modo a envolver os estudantes de maneira mais direta e estimular o pensamento crítico, além da aplicação prática do que estão aprendendo. Isso pode levar ao desenvolvimento de habilidades de investigação estimulando no estudante, o aumento de sua capacidade investigativa, de análise de fontes, questionando e chegando a conclusões mais fundamentadas.

Segundo Souza (2023):

Quando pensamos historicamente com criticidade percebemos como as ações e as decisões humanas podem impactar não só a sociedade do presente, como as futuras gerações. Essa perspectiva precisa estar bastante clara para que nossos estudantes percebam a responsabilidade de estar inseridos no processo histórico e como as suas ações precisam ser pautadas em princípios éticos que visem sempre o bem da coletividade. A educação escolar voltada para a cidadania precisa enfatizar que os estudantes serão futuros cidadãos dotados de responsabilidades, sujeitos históricos com a capacidade de interferir intencionalmente na sociedade para promover mudanças necessárias e urgentes.²¹⁶

Destarte, a abordagem da história local como uma aliada no desenvolvimento da consciência histórica é, de fato, uma estratégia pedagógica valiosa, pois torna a aprendizagem mais significativa devido a criação de uma ponte entre as experiências pessoais ao que está sendo ensinado, o que por sua vez, promove um senso de pertencimento e conexão com o ambiente em que vivem, além de incluir diversas perspectivas e vozes que podem ter sido negligenciadas, humanizando a narrativa histórica, tornando-a mais acessível e relevante para os estudantes, visto que, “Essa prática promove uma aprendizagem mais efetiva e demonstra

²¹⁴ SOUZA, Priscila Gonçalves Ferreira: A HISTÓRIA LOCAL EM PROJETOS DIDÁTICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O APRIMORAMENTO DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA. In.: Olhares plurais para o ensino e a pesquisa em história, 2023, p.92

²¹⁵ _____, p.92

²¹⁶ _____, p.92

como o saber não deve ser impositivo, mas o resultado de uma construção entre alunos, professores e toda a comunidade.”²¹⁷

Um aspecto importante a ser considerado nesse processo em que o ensino de história se insere para promover o desenvolvimento de habilidades analíticas dos estudantes, refere-se à tomada de consciência, no sentido de que, a conscientização histórica relaciona-se à uma profunda compreensão crítica sobre o passado, o que permitiria a esses discentes, melhor apreciação da importância do estudo de História.

Por outro lado, ao abordar a ideia de “tomada de consciência”, é importante termos cautela sobre seu conceito, pois pode haver diferenças no tratamento desse entendimento, variando dependendo do contexto, das perspectivas teóricas ou das abordagens utilizadas por diferentes autores. De acordo com Luis Fernando Cerri (2007), é importante dar ênfase ao contexto histórico em que o estudo se insere na compreensão das características e identidade humanas, correndo o risco de pôr no mesmo “bojo” todas as especificidades que caracterizam as transformações ocorridas na sociedade. De acordo com o autor, esse homem que ele chama de “adjetivado”, é delineado pela passagem pelo processo histórico chamado de modernização, e aqueles que não tenham passado por esse processo ou que tenham se mantido refratários a ele seriam excluídos dessa categorização:

Desse modo, essa parte da humanidade está alijada das “subversões espirituais da nossa época” e amarrada à tradição, sem a possibilidade de uma postura reflexiva sobre o que ela transmite. Essa perspectiva permite inclusive pensar um papel vanguardista para o conhecimento histórico e seu processo de distribuição pelos setores não – acadêmicos das sociedades - inclusive o ensino - numa obra de “conscientização” histórica. É inevitável que se lembre dos conceitos de “cultura” e de “civilização”, também equacionados como características restritas a uma parcela da população mundial, a uma parte de suas organizações políticas, que já foram suficientemente questionadas pelas ciências sociais, como armadilhas do pensamento que acabam por justificar uma postura de superioridade de algumas sociedades sobre outras.²¹⁸

A ideia de “conscientização histórica” implica em despertar a consciência das pessoas em relação à sua história, suas tradições e as implicações de eventos passados. Se parte da população está vinculada rigidamente à tradição, sem uma abertura para uma postura

²¹⁷ SOUZA, Priscila Gonçalves Ferreira: A HISTÓRIA LOCAL EM PROJETOS DIDÁTICOS: UMA ESTRATÉGIA PARA O APRIMORAMENTO DA APRENDIZAGEM HISTÓRICA. In.: Olhares plurais para o ensino e a pesquisa em história, 2023, p.93

²¹⁸ CERRI, L. F. OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E OS DESAFIOS DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133>.

reflexiva, o conhecimento histórico pode servir como uma ferramenta para desafiar a inércia e promover uma compreensão mais crítica sobre esse passado. Para tanto, entendemos que há a necessidade de tornar o “conhecimento” acessível fora do ambiente acadêmico, de modo a integrar setores da sociedade oportunizando a inclusão de uma diversidade de histórias e experiências, tornando possível a desconstrução de narrativas históricas dominantes. Isso possibilita que, ao menos de maneira razoável, a população não especializada, alcance um nível de conhecimento e estrutura de pensamento comparáveis aos detidos pelos especialistas, ou por classes sociais ou nações consideradas “modernizadas”.

A consciência histórica que até então estamos nos referindo nesse trabalho, é um elemento crucial para contextualizar e enriquecer a compreensão das experiências humanas, haja visto que permite compreender de maneira mais desmedida as raízes de problemas, padrões recorrente e mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido, ao integrar o debate sobre consciência histórica nessa dissertação, foi o modo pelo qual reconhecemos a relevância de considerar um determinado evento passado, para entender as complexidades do presente, mesmo sem aprofundar na origem ou análise mais detalhada desse conceito.

De acordo com Fábila Janaína Marciel da Silva (2020) *et al*;

Essa tomada de consciência que foi adquirida pelo homem moderno, foi fundamental para que a sociedade pudesse ter uma visão mais abrangente sobre as coisas, os fatos, os acontecimentos que permeiam duas vidas, embora ela não chegue para todos, de forma igual, é possível afirmar que sua importância é grandiosa.²¹⁹

Nesse sentido, ao longo dessa dissertação, tornou-se útil considerarmos como a consciência histórica contribui para a compreensão do tema em questão, tentando manter o equilíbrio adequado, na busca por entender como eventos passados têm influência sobre situações atuais. De fato, a ideia de estarmos “consciente” vai além de uma mera percepção superficial sobre o que nos rodeia, é um reconhecimento interno, uma compreensão profunda das ações, palavras e experiências vividas. Como acrescentam os autores:

O próprio termo consciente, ou estar consciente, já caracteriza uma certeza interna daquilo que se faz, ou diz. É um reconhecimento da sobriedade humana, estar consciente é saber o que faz, é sentir-se no mundo. É compreender um pouco do passado que se viveu, sabendo que esses fatos

²¹⁹ SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; LIMA, Edgar Nogueira; SILVA, Fábila Janaína Marciel da; GOIANA, Ivaneide Severo: Conceitos de Tempo e Consciência Histórica na Perspectiva de Historicidade Humana. Revista Multidisciplinar e de Psicologia. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.14, N. 49 p. 257-271, Fevereiro/2020

verificados no passado, serão chamados ao tempo presente, quando se fizer necessário responder, ou compreender determinada vivência, ou determinadas escolhas. Eles têm uma ligação profunda com o que se vive hoje (Silva, 2020 *et al*, p.266).

Portanto, entendemos que, como uma ferramenta valiosa para enfrentar as demandas do presente, as sociedades precisam construir uma base sólida para sua coesão social, de modo a criar narrativas que conectam passado, presente e futuro, pois compreendemos que “dessa forma, percebemos que tanto a interpretação dos fatos, como uma visão reflexiva sobre o mundo que o cerca, faz o ser humano se orientar melhor diante dos problemas que lhe são postos pelo cotidiano. ” Isso facilita uma comunicação e compreensão, permitindo que as pessoas relacionem conceitos complexos a experiências já vivenciadas, os autores acrescentam ainda: bem como facilita o mesmo a relacionar determinados fatos, ou conflitos com algo que foi vivenciado por ele ou por outra geração em outros tempos.²²⁰

Muitas vezes, a história é caracterizada por ciclos ou recorrências de determinados padrões, onde a memória coletiva de uma sociedade, transmitida por meio de narrativas históricas, permite que as gerações compreendam como os eventos do passado moldaram a atual configuração social, política e cultural. Dentro dessa perspectiva, a compreensão dos ciclos históricos²²¹ e a transmissão da memória coletiva desempenham importantes papéis na formação e na evolução de uma sociedade.

Desta maneira, o loquor entre a experiência pessoal do educando e o conhecimento adquirido no ambiente escolar é essencial para o desenvolvimento de um tipo de consciência a que esse trabalho se propõe, pois destaca-se pela importância de compreender e dialogar com as perspectivas e realidades das pessoas, de modo que, temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui.²²²

Vale salientar que, devemos considerar a diversidade de experiência de vida e culturais dos alunos observando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como pensamento crítico, análise de fontes, capacidade de contextualização, tendo em vista as lacunas de conhecimento que impactam a percepção e compreensão que esses educandos possuem.

²²⁰ SILVA, 2020 *et al*, p.267.

²²¹ A ideia de ciclos históricos, aqui posto, referem-se a padrões recorrentes de eventos, tendências ou mudanças que ocorrem ao longo do tempo, porém, não implica uma repetição exata dos mesmos eventos, mas sim a observação desses padrões e tendências ao longo do tempo.

²²² FREIRE, Paulo: pedagogia do oprimido. 1974, p.102. Editora Paz e Terra S.A.

Dessa forma, podemos refletir sobre abordagens pedagógicas mais eficientes e criar estratégias de ensino, que garanta a todos os alunos a oportunidade de desenvolver uma consciência histórica sólida.

É fato inquestionável, não querendo parecer meio clichê, que a educação desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, que se respaldada por uma compreensão profunda de seu impacto em indivíduos e na coletividade. Reconhecendo que os eventos são moldados por diversos fatores, a educação torna-se, assim, a base para promover um entendimento mais elaborado do valor da justiça social, isso não se limita à justiça legal, como a conhecemos, mas que inclui a busca por equidade em oportunidades, tratamento e acesso igualitário a recursos. Essa base educacional sólida é essencial para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade consciente e engajada.

Nesse sentido, a História, quando ensinada de maneira eficaz, torna o passado mais acessível e compreensível, que muitas vezes revela injustiças e desigualdades que não se compreendia em sua completude, o que não permitia aos alunos perceberem as raízes de questões sociais que se encontram em suas próprias realidades. Ao reconhecer o papel de cada geração como parte de uma narrativa histórica mais ampla, jovens, aluno e a sociedade de um modo geral, podem ser capazes de desenvolver uma apreciação mais esclarecida sobre a nossa herança cultural, social e política que delineou nosso mundo e nossas perspectivas. Nas palavras dos autores referidos:

Essa ideia de observar que a consciência histórica fornece identidade, pois ajuda no reconhecimento do nosso papel enquanto sujeito histórico, nos dando uma associação temporal, direcionando no agir humano é algo de grande valia para se propor que os jovens, ou toda a sociedade a adquiram, não ficando presos somente ao tempo presente. Conseguir realizar essa tarefa seria aproximá-los da História, para que a sociedade atual possa ter essa noção de sua importância, percebendo que não são uma geração perdida no tempo presente, e sim, que existe uma grande “costura”, uns “nós” que nos interligam a outros seres humanos e à outros tempos pretéritos (SILVA, 2020 *et al*, p.268).

A História é a disciplina mais capacitada a olhar simultaneamente para trás e para a frente. Afinal de contas, os historiadores são mestres na observação da mudança no tempo.²²³

Antoine Prost

Ao longo da história, a compreensão sobre o passado exerce um papel importante na formação da identidade individual e coletiva, influenciando diretamente a maneira como

²²³ PROST, Antoine: Doze lições sobre a História. p.21.

percebemos e vivenciamos o presente. No entanto, é inegável que muitas vezes as narrativas históricas foram moldadas por forças poderosas, resultando em uma desinformação que perpetua relações de subalternidade. Logo, com o objetivo de contribuir para um processo de ensino/aprendizagem que propicie a construção de uma consciência crítica, que vá além dos muros da escola, esta proposta de intervenção educacional alvitra produzir um álbum de imagens que destaque movimentos de resistência ao longo da história, em contextos onde a população se percebe desassistida pelo poder público, tornado possível mostrar aos alunos que a luta contra a desigualdade e a injustiça não é algo isolado no tempo, mas uma constante na história humana. Dessa forma, pretende-se com essa abordagem quebrar a ideia de que certas condições são aceitáveis ou imutáveis.

Através de determinado período ou acontecimento histórico, no caso dessa dissertação que, apresenta como contexto histórico, o processo de modernização empreendido pelo intendente Antônio José de Lemos, intendente da cidade de Belém, no início do século XX, é possível estabelecer uma análise e conexão mais significativa com as experiências vividas pela população pobre desse período, mostrando como a partir desse processo “civilizatório”, as formas de resistência encontradas pelos moradores da cidade, podem servir de exemplo para um possível engajamento cívico que busque abordar as disparidades existentes em suas próprias comunidades.

Destarte, não poderia deixar de lembrar um dos mais célebres educadores que já tivemos, Paulo Freire:

No momento em que uma sociedade vive uma época assim, o próprio irracionalismo mitificador passa a constituir um de seus temas fundamentais, que terá, como seu oposto combatente, a visão crítica e dinâmica da realidade que empenhando-se em favor do seu desvelamento, desmascara sua mitificação e busca a plena realização da tarefa humana: a permanente transformação da realidade para a libertação dos homens.(FREIRE, 1974, p.108)

É nesse contexto que esta proposição intenta desenvolver a consciência histórica dos alunos, mostrando que as formas de resistência e contestação, são elementos constantes na história, no qual o “irracionalismo mitificador” citado por Paulo Freire, pode levar a uma visão distorcida da realidade, onde mitos e narrativas simplificadas são promovidos para sustentar determinadas agendas ou manter estruturas de poder existentes. Ao longo do tempo, essas formas de narrar a história, criam uma realidade que não reflete a complexidade das experiências vividas pelos diferentes grupos sociais. Assim, resgatar as vozes silenciadas, evidenciando os movimentos de resistência que emergiram diante desigualdades a que foram

submetidas, pode despertar no discente, um nível tal de consciência, que possa torna-los agentes ativos na construção do conhecimento histórico.

A ideia central é criar uma experiência educacional envolvente que conecte os alunos com a História de uma maneira significativa, de tal modo que, “Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela.”²²⁴

3.3 – A ação pedagógica

"Da Modernidade à Marginalização"

Diante do que foi exposto, pretende-se apresentar uma atividade pedagógica de intervenção educacional, como requisito do programa que, possa fornecer à docentes e discentes uma possibilidade de pôr em prática as discussões feitas nesse trabalho sobre um momento histórico específico acerca da cidade de Belém do Pará e suas repercussões para seus habitantes. Esta proposta foi pensada para ser desenvolvida com alunos do último ano do ensino Fundamental, proporcionando-lhes não apenas conhecimento histórico, como também habilidades reflexivas e analíticas fundamentais para a formação de cidadão conscientes e engajados.

De acordo com Eduardo Rezende Martins (2019):

Consciência Histórica é a expressão utilizada contemporaneamente para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo

3.3.1 - Metodologia do Projeto

O projeto é estruturado em diferentes fases, cada uma delas projetada para envolver os alunos em atividades de pesquisa, análise crítica e produção de conhecimento. Inicia-se com uma fase de contextualização, onde os alunos são introduzidos ao período histórico e ao

²²⁴ FREIRE, 1974, p.116

contexto de Belém durante a Intendência de Lemos. Isso inclui discussões em sala de aula, leituras de textos históricos e análise de imagens e documentos da época.

Na fase seguinte, os alunos são divididos em grupos para realizar pesquisas mais detalhadas sobre aspectos específicos da administração de Lemos, utilizando fontes primárias e secundárias. Eles são incentivados a examinar como as políticas e os projetos urbanos afetaram diferentes segmentos da população, investigando tanto os benefícios quanto os impactos negativos dessas iniciativas.

A produção final dos alunos ocorre na fase subsequente, onde cada grupo cria um produto que sintetiza suas descobertas e reflexões. Isso pode incluir apresentações orais, vídeos documentários, exposições de pôsteres ou outros formatos criativos. Os alunos são desafiados a conectar o passado histórico de Belém com questões contemporâneas, destacando continuidades e mudanças na cidade ao longo do tempo.

3.3.2 - Benefícios e Aprendizados

Este projeto oferece uma série de benefícios educacionais significativos. Ele não apenas amplia o conhecimento histórico dos alunos sobre um período específico, mas também desenvolve habilidades críticas, como análise de fontes, interpretação histórica e argumentação fundamentada. Além disso, promove o pensamento crítico ao incentivá-los a questionar as narrativas dominantes e a considerar múltiplas perspectivas sobre eventos históricos complexos.

Ao integrar reflexões sobre inclusão e exclusão social na análise do legado da Intendência de Lemos, o projeto também aborda questões contemporâneas de justiça social e diversidade cultural. Ele capacita os alunos a refletir sobre como o passado histórico de uma cidade pode influenciar suas dinâmicas atuais e oferece esclarecimentos valiosos para pensar em soluções para desafios contemporâneos.

3.3.3 - Conclusão

Em suma, o projeto "Da Modernidade à Marginalização" não apenas enriquece o ensino de História com uma abordagem investigativa e crítica, mas também prepara os alunos para serem cidadãos informados e conscientes. Ao explorar o legado da Intendência de Antônio José de Lemos em Belém, os alunos são incentivados a pensar criticamente sobre o

passado e suas implicações para o presente e futuro da cidade. Esse tipo de intervenção educacional não só fortalece o aprendizado acadêmico, mas também contribui para a formação de indivíduos capazes de participar ativamente na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, a compreensão da História e suas minúcias é essencial para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes. Ao longo desse texto, exploramos um importante acontecimento na capital do Estado do Pará, em um período de intensas mudanças em todas as formas estruturais que fazem parte da nossa história. Os movimentos civilizatórios que acorreram em Belém, no início do século XX, sob a intendência de Antônio José de Lemos, nos permitiu analisar o quanto que as relações socioeconômicas e culturais,

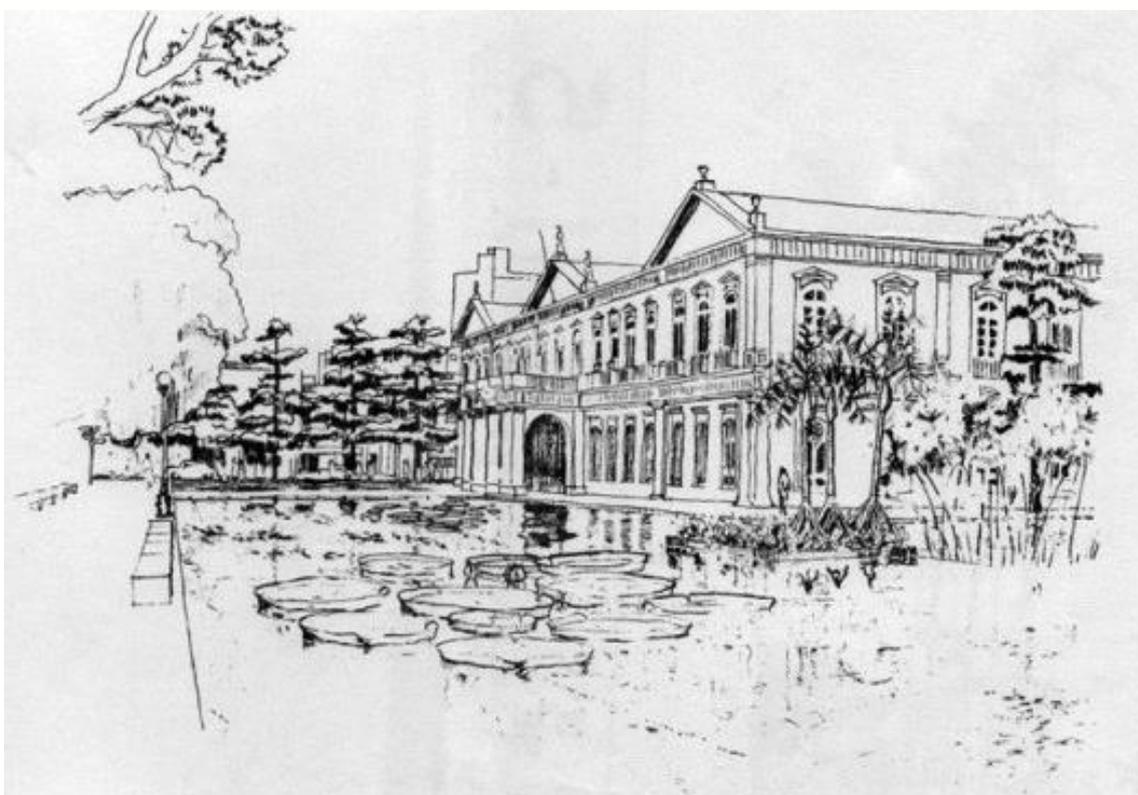
É verdade que, em muitos casos, o sistema educacional pode falhar em promover um ambiente que encoraje a criatividade, o pensamento crítico e a busca por mudanças positivas na sociedade, correndo o risco de reforçar padrões e ideias preexistentes que por sua vez, perpetua estruturas injustas e de desigualdades. Entretanto, reconhecemos, também, que é através da educação que capacitamos indivíduos a questionar as normas estabelecidas, em busca de soluções para os desafios de nosso tempo.

Sugestão de intervenção pedagógica



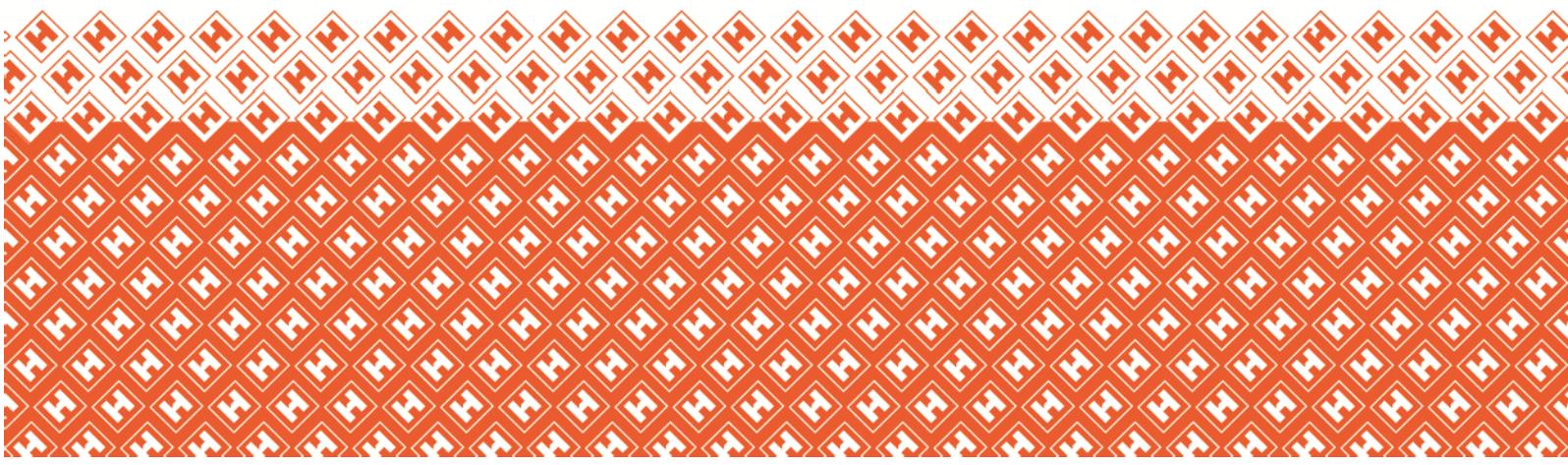
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

2024



Intervenção Pedagógica: Análise Crítica de Imagens e Resistência à Modernização em Belém do Pará no Início do Século 20

A modernização de Belém do Pará no início do século 20, promovida sob o governo de Antônio Lemos, marcou profundamente a história urbana da cidade. Este período foi caracterizado por transformações significativas na infraestrutura urbana, incluindo a construção de grandes avenidas, a reforma de praças, e a edificação de monumentos e edifícios públicos que visavam embelezar e modernizar a cidade, integrando-a aos padrões urbanísticos europeus. No entanto, essas mudanças não ocorreram sem controvérsias, especialmente em relação às populações marginalizadas que resistiram às transformações que, em muitos casos, levaram à exclusão social e à gentrificação.

Neste contexto, propõe-se uma intervenção pedagógica voltada para a análise crítica de imagens históricas como forma de compreender e discutir as resistências da população marginalizada à modernização em Belém. O objetivo principal desta intervenção é desenvolver a capacidade dos estudantes de analisar criticamente as imagens do período, identificando tanto os processos de modernização quanto as manifestações de resistência e exclusão social que acompanharam essas transformações.

A intervenção começará com uma breve exposição sobre o contexto histórico, abordando as políticas de modernização implementadas por Antônio Lemos e suas consequências para a população de Belém. Será destacado como as reformas urbanas pretendiam criar uma imagem de cidade moderna e civilizada, ao mesmo tempo em que desconsideravam as necessidades e direitos das populações mais vulneráveis. Essa introdução é essencial para situar os alunos no período histórico e contextualizar as imagens que serão analisadas.

Em seguida, os estudantes serão convidados a observar uma seleção de imagens históricas de Belém, incluindo fotografias, gravuras e cartões-postais do início do século 20. Essas imagens serão utilizadas como fontes primárias para que os alunos possam identificar aspectos visuais das transformações urbanas e refletir sobre as condições de vida das populações marginalizadas. A análise crítica das imagens será orientada por perguntas-chave, como: Quem está representado na imagem? Que elementos da modernização são visíveis? Onde estão as populações marginalizadas? Como a imagem pode sugerir ou ocultar formas de resistência?

O debate em sala será central para aprofundar a compreensão dos alunos sobre as relações entre modernização e exclusão social. Serão discutidos os impactos dessas

transformações para diferentes grupos sociais e as formas de resistência que podem ter surgido em resposta às mudanças impostas. Além disso, os alunos serão incentivados a refletir sobre o papel das imagens históricas na construção da memória coletiva e como essas representações podem influenciar nossa compreensão do passado.

Para consolidar os aprendizados, os estudantes serão envolvidos em uma atividade prática de criação de painéis temáticos. Utilizando as imagens analisadas e suas reflexões críticas, cada grupo de alunos produzirá um painel que relacione as transformações urbanas com as resistências sociais. Esses painéis serão posteriormente expostos na escola, permitindo que o trabalho desenvolvido seja compartilhado com a comunidade escolar.

A intervenção será concluída com uma roda de conversa, onde os alunos poderão compartilhar suas impressões e aprendizagens. Este momento será fundamental para que os estudantes expressem suas reflexões sobre como a modernização de Belém do Pará no início do século 20 não foi apenas um processo de transformação física da cidade, mas também um período marcado por tensões sociais e resistências que ainda reverberam na história da cidade.

Essa intervenção pedagógica não apenas facilita o desenvolvimento de uma compreensão crítica da história urbana de Belém, mas também promove a reflexão sobre os processos de modernização e exclusão social que continuam a moldar as cidades contemporâneas. A análise de imagens históricas, assim, torna-se uma ferramenta poderosa para conectar o passado ao presente, incentivando os estudantes a questionarem as narrativas dominantes e valorizarem as histórias das populações marginalizadas.

Algumas imagens que podem ser trabalhadas em sala de aula

Figura 1

**Belém PA/ Quartel do Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado do Pará em 1902.
Funcionava no Largo do Esquadrão, denominação antiga da Praça Brasil.**

Figura 2



Belém PA/ Estrada de Nazaré em 1902.

Figura 3



Escola Estadual José Veríssimo. Inaugurada em 19 de abril de 1903, a unidade escolar centenária foi construída na gestão do ex-secretário de Estado de Educação, José Veríssimo, e é uma das instituições de ensino mais antigas do Pará

Figura 4

Jacques Huber, Círio de Nazaré. 1902. Staatsarchiv des Kantons Basel-Stadt, Suíça. Reprodução autorizada. <https://medium.com/@ensaio/o-c%C3%ADrio-negro-de-jacques-huber-6b21e45>

Figura 5



Jacques Huber, Círio de Nazaré, 1902. Staatsarchiv des Kantons Basel-Stadt, Suíça. Reprodução autorizada. <https://medium.com/@ensaio/o-c%C3%ADrio-negro-de-jacques-huber-6b21e45>

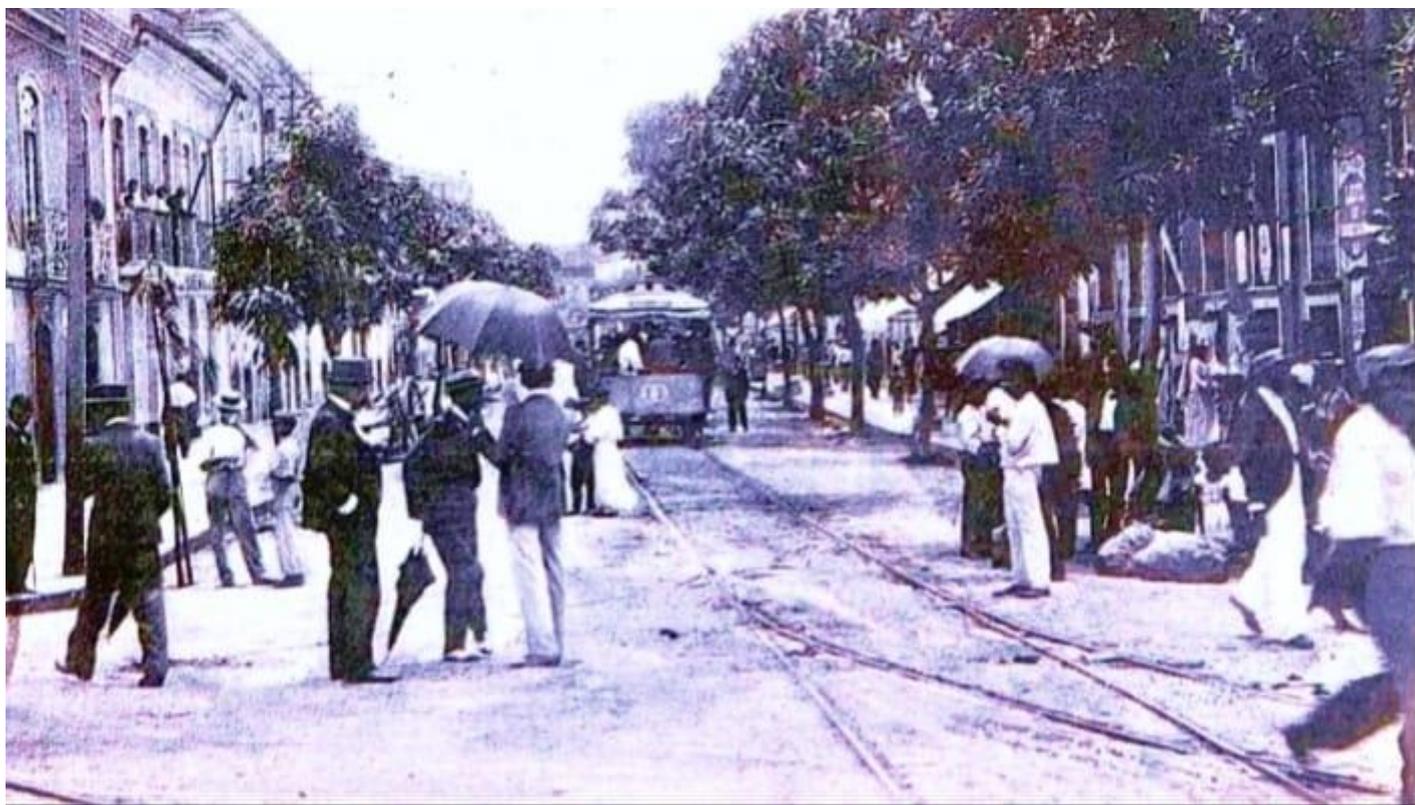


Figura 6

Belém PA/ Rua João Alfredo em 1901.

Figura 7

Belém PA/ Quiosque urbano construído pelo engenheiro Francisco Bolonha em 1907. Antiga Localização: Avenida Portugal esquina com a 15 de Novembro, defronte ao Ver-o-peso, onde havia o inacabado palácio da Bolsa de Comércio, hoje Praça do Relógio.

Figura 8



Figura 9



Populares e comerciantes, no comércio de Belém, indignados com a cobrança de impostos municipais e contra a oligarquia de Lemos, segundo os jornais da época. A fotografia mostra a manifestação que era comandada pelos políticos Justiniano de Serpa e Lyra Castro, da bancada do governador João Coelho, no Largo de Nazaré.

Fonte: Revista PZZ, ed.18/ Março de 2014, p.56.

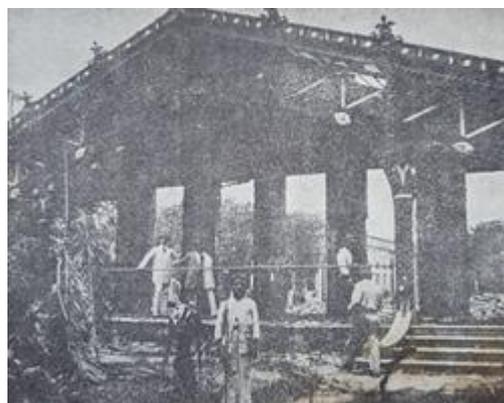
Figura 10

A charge publicada na época que representa os comerciantes contra a taxaço de impostos sobre o preço da farinha e do pescado na cidade de Belém.

Fonte: Fonte: Revista PZZ, ed.18/ Março de 2014, p.60-61.

Figura 11

Belém - PA: O leiteiro (1902) - <http://www.ibamendes.com/2017/09/fotos-antigas-do-estado-do-para-vii.html>

Figura 12

SOARES, Roberto de La Rocque. *Vivendas Rurais do Pará Rocinhas e outras* (do século XIX ao XX). Belém: Fundação Cultural do Município de Belém, 1996.

Algumas fontes que podem ser consultadas:

- **<http://www.ibamendes.com/2017/09/fotos-antigas-do-estado-do-para-vii.html>**

- Álbum do Pará em 1899 – obrasraras.fcp.pa.gov/publication/file/álbuns/albumdopara1899

- Álbum de Belém, Pará 15 de Novembro de 1902 – obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/álbuns/álbumbelem1902

- Revista PZZ, ed. 18/ Março de 2014.

- GOMES, Rodrigo Neves: A Imprensa Ilustrada: Uma análise das representações fotográficas em Belém (1910-1920). UFPA, 2002.

REFERENCIAS

AFLALO, Anna-Beatriz Bassalo; NASCIMENTO, Flávio Campos do: A Ocupação de Belém: A Política Higienista de Antônio Lemos e o Descaso com as Áreas Alagadas. 2018.

ALVES, Ronaldo Cardoso; Representações Sociais e a Construção da Consciência Histórica. 2006.

AMORIM, Roseane Maria de; SILVA, Cintia Gomes da; O Uso das Imagens no Ensino de História: Reflexão Sobre o Uso e a Interpretação das Imagens dos Povos Indígenas. História & Ensino, Londrina, v. 22, n. 2, p. 165-187, jul./dez. 2016.

ARRAES, Rosa Maria Lourenço; O Palácio Antônio Lemos: História, Arte e Representação do Poder em Belém do Pará (século XIX e XX). UFPA, 2019.

AZEVEDO, Adriane Karina Amin de; JUNIOR, Antônio Carlos Ribeiro Araújo: Formação da Cidade de Belém (PA): Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.2, p. 151-168, 2012.

AZEVEDO, André Nunes de; Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. 2014.

AZEVEDO, André Nunes de Azevedo; As Noções de Progresso do Império à República: Transformações Recônditas em Uma Mesma Terminologia. Outros Tempos, vol. 13, n. 22, 2016.

BAHIA, Mirleide Chaar; O Lazer e as Relações Socioambientais em Belém – Pará. UFPA. 2012.

Baudelaire, Charles, 1821-1867. Sobre a modernidade o pintor da vida moderna / organizador Teixeira Coelho — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. — (Coleção Leitura] ISBN 85-219-01984

BENJAMIN, Walter: A Modernidade e os Modernos. 2a edição TEMPO BRASILEIRO Rio de Janeiro - RJ – 2000

BENJAMIN, Walter; Teses sobre o conceito da história, 1940

BITTENCOURT, Circe Fernandes; Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados 32 (93), 2018.

BRAVESCO, Agemir; DAMER, Leno Francisco: Modernização Conservadora como Conciliação: Ensaio de Interpretação Filosófica – Apontamentos Programáticos. AUFKLÄRUNG, João Pessoa, v.6, n.2, Mai - Ago., 2019, p. 4774

BURKE, Peter: A Escrita a história: novas perspectivas / (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica)

BRUIT, Héctor Hernan: América Latina: Quinhentos Anos Entre a Resistência e a Revolução. Ver, Bras. de Hist. São Paulo, v.10 nº 20, pp. 147-171. Mar.91/Ago.91

CANCLINI, Néstor García; Culturas Híbridas; Estrategias para Entrar y Salir de La Modernidad. EDITORIAL GRIJALBO, S.A. de C.V. 1990.

CARVALHO, José Murilo de; Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi / José Murilo de Carvalho. - São Paulo : Companhia das Letras. 1987

CERRI, Luis Fernando; Os Conceitos de Consciência Histórica e os Desafios da Didática da História.

CHAGAS, Margareth Padinha das; SANTANA, Joana Valente; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; "O nosso lugar": embelezamento de cidades, memória e resistência das/os

remanescentes do Projeto Portal da Amazônia/orla em Belém (PA). Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 21, n.1, p. 160-179, jan. / jun. 2021 ISSN 1980-8518

CHAVES, Celma; Belém e os sentidos da modernidade na Amazônia. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.1, n.1, p.26-43, abr.-set. 2017

COIMBRA, Adriana Modesto: A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938. 2014

COIMBRA, Adriana Modesto; O Clarão que Iluminou a Cidade: As Concessões Bolonha e a Derrocada da “Era Lemos” – Modernização e Disputas Polpíticas na Cidade de Belém do Pará.

COSTA, Marcondes Lima da; NORAT, Roseane da Conceição Costa; SZLAFSZTEIN, Aciel Cerqueira; - O Forte São Pedro Nolasco ou Baluarte Nossa Senhora das Mercês em Belém do Pará: uma história em blocos de rochas. 2018.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e Condições da Moradia em Belém e Manaus. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012.

DANTAS, Hélio da Costa; Colonização e |Civilização na Amazônia: Escritas da História e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931-1966).Universidade Federal do Amazonas, 2011.

FURET, François; A Oficina da História.

GALEANO, Eduardo. – As Veias Abertas da América Latina. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989. Tradução de Galeno de Freitas. Coleção Estudos Americanos, volume 12.

GEHL, Jan; Cidades Para Pessoas. Tradução Anita Di Marco. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIL, Carmen Zeli de Vargas; PERERIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Caroline; Ensinar, pesquisar, ensinar: a experiência dos Mestrados Profissionais. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 08 - 32, set./dez. 2017.

GIDDENS, Anthony As Consequências da Modernidade / Tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Rodrigo Neves: A Imprensa Ilustrada: Uma análise das representações fotográficas em Belém (1910-1920). UFPA, 2002.

HARTOG, François; Regimes de Historicidade : Presentismo e Experiências do tempo - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.-- (Coleção história e historiografia)

HOBBSBAWN, Eric; Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOSELLECK, Reinhart; Estratos do Tempo: Estudos Sobre História / Tradução Markus Hediger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____, Futuro Passado : Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos / Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira ; revisão da tradução César Benjamin. - Rio de Janeiro : Contraponto o : Ed. PUC-Rio , 2006.

LACERDA, Franciane Gama; SARGES, Maria de Nazaré: De Herodes para Pilatos: Violência e Poder na Belém da Virada do Século XIX para o XX. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro: Capoeira Boi-Bumbá e Política no Pará republicano (1889-1906). Projeto História, São Paulo, n.38, p. 165-182, jun. 2009 165

LEFEBVRE, Henri, 1901 – 1991. O Direito à cidade / Henri Lefebvre; Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Edgar Nogueira; SILVA, Fábila Janaína Marciel da; SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; SEVERO, Ivaneide: Conceitos de Tempo e Consciência Histórica na Perspectiva de Historicidade Humana. Rev. Mult. Psic. V.14, N. 49 p. 257-271, Fevereiro/2020

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, v.3, n.6,p.96–103,2009. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/291>

MEDINA, José Toribio; Descubrimiento del Rio de Las Amazonas. Sevilla, Imprenta de E. RASCO, Busto Tavera, num. 1, MDCCCXCIV.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Tradução . Petrópolis: Vozes, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo: Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 191-211, jan./abr., 2011. Disponível em: [http://www. Ufrgs.br/edu_realidade](http://www.Ufrgs.br/edu_realidade).

NADAI, Elza, Ver. Bras. de História. São Paulo, v.13, nº 25/26, pp143-162. Set. 92/ago. 93.

NASCIMENTO, Márcio Silveira: Circulação e modernidades urbanas em Manaus e Belém da Belle Époque: a implantação dos bondes elétricos. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 2, p. 7693-7708, fev. 2020.

NASCIMENTO, Sérgio da Silva do; TRABALHADORES DE BELÉM: Tempos de Modernização na virada do século XIX-XX. Universidade de Amazônia, 2017.

NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves: Boulevard da República: espaço republicano construído na Baía do Guajará (Belém, PA). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS Vol. 9 Nº 18, Julho - Dezembro de 2017.

_____ ; O “Velho” Lemos como transformador do Orphanato Municipal de Belém (1893-1903). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 12 Nº 24, Julho - Dezembro de 2020

OLIVEIRA, Luciana de Fátima; O Conceito de Território e o Primeiro Processo de Territorialização do Estado do Maranhão e Grão-Pará – Século XVII. Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia Ano 1, N.1, Dezembro, 2010

PENNA, Alícia Duarte: Na Cidade Brasileira Entre os Século XIX e XX: Periferias e Centros, Pobrezas e Riquezas.2011

PENTEADO, Antônio Rocha. Belém do Pará: estudos de geografia Urbana. 1º volume, 1968.
PCCININ, Fabiana. O Narrador Benjaminiano na Mídia Contemporânea: Notas Sobre o Documentário “Nós Que Aqui Estamos Por Vós Esperamos”. Porto Alegre, nº 22, dezembro 2009, Famecos/PUCRS

PROST, Antoine; Doze Lições Sobre a História / Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira — Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2008.

RICOUER, Paul; Tempo e Narrativa (tomo 1) / Tradução Constança Marcondes Cesar - Campinas, SP : Papyrus, 1994.

ROMERO, José Luis; Latinoamérica: Las ciudades y las ideas. 3ª ed. 1ª reimp. – Buenos Aires; Siglo Veintiuno Editores, 2011.

ROSÁRIO, Jocenilda Pires de Sousa do; ROSÁRIO, Samuel Antônio Silva do; A Cronística de Gaspar de Carvajal e a Colonização da Amazônia. Nova Revista Amazônica – Volume VI – Número Especial - Dezembro 2018.

RUSEN, Jorn; Razão Histórica: Teoria da história: fundamentos da ciência histórica/ Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília; Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa; HISTÓRIA DA CIDADE DE BELÉM: intervenções urbanísticas e produção do espaço da orla fluvial. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia. São Luís /MA. 2016.

SANTOS, Protásio César dos; SILVA, Maria do Carmo Prazeres; REIS, Jovelina Maria dos: Ethos: A Construção de Imagem de Si no Discurso de Antônio Lemos. ASAS DA PALAVRA v. 18 | n. 1 | Jan./Jun. 2021 - ISSN: 1415-7950 97

SANTOS, Estefany Ferreira dos; No Tempo das “Vacac Gordas”: Subúrbios e Camadas Populares em Belém (1897-1910). ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE, 2018.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. Memórias do “Velho” Intendente: Antônio Lemos – 1869-1973 / Maria de Nazaré dos Santos Sarges, Campinas, SP:[s.n.], 1998.

SLOTERTJIK, Peter; Crítica da Razão Cínica. Tradução Marco Casanova, Paulo Soethe, Mauricio Mendonça Cardoso, Pedro Costa Rego e Ricardo Hendlmeyer. – São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: O Saneamento de Pelotas nas Primeiras Décadas do Século XX.

SOARES, Karol Gillet; As Formas de Morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910), 2008.

SIMON, Marinice Souza; Novos tempos – Novos paradigmas para a educação: Limites e desafios. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.3, n.2, dez. 2012.

SOUZA, Márcio: História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI / Márcio Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Priscila Gonçalves Ferreira ; In. Olhares plurais para o ensino e a pesquisa em história [livro eletrônico] / Organizadores Kalina Vanderlei Silva, Mário Ribeiro dos Santos, Sandra Simone Moraes de Araújo. – Recife, PE: Edupe, 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravony, 1942- Pode o subalterno falar?; Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG,2010.

TEIXEIRA, Nícia Cecília Ribas Borges, (2007). Lima Barreto: A crônica e o avesso da cidade. *Revista Da Anpoll*, 1(23). <https://doi.org/10.18309/anp.v1i23.116>

TEIXEIRA, Suelem Demuner; O Rio de Janeiro Pelo Brasil: A Grande Reforma Urbana nos Jornais do País (1903-1906). UNIRIO, 2020

VEYNE, Paul Marie; Como se Escreve a História; Foucault Revoluciona a História. Trad . de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998. 285 p.

VIEIRA, David Durval de Jesus: Belém: Sociedade e Natureza (1897-1911). *Revista Territórios e Fronteiras* V.3 N.2 – Jul/Dez 2010 Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

VIEIRA, David Durval Jesus; Pelas ruas da cidade: cotidiano e trabalho de mulheres negras em Belém (1888-1900). *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB EM TEMPO DE HISTÓRIAS | Brasília-DF | n. 36 | p. 1-10 | jan./jun. 2020.*

WHITHE, Hyden. Meta-História: A imaginação histórica do século XIX/Hyden White; (Tradução de José Laurêncio de Melo). -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992. (coleção Ponta; v. 4)

WHITE, Hyden. Ficción histórica, história ficcional y realidade histórica. – 1ª ed.- Bueno Aires : Prometeo Libros, 2010.

WÜNSCH, J. G. (2018). Cidades Rebeldes: apropriação dos espaços públicos e os movimentos sociais urbanos. *Conversas & Controvérsias*, 3(1), 71–75. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/23665>

TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Correa: Os Traçados da Cidade: A Belém da Primeira Metade do Século XX. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/9545>
<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v13i21.9545>. 2020

THOMPSON, Edward P.; A Formação da Classe Operária Inglesa. Tradução: Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROUILLOT, Michel-Rolph; Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História / Tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: 2016.